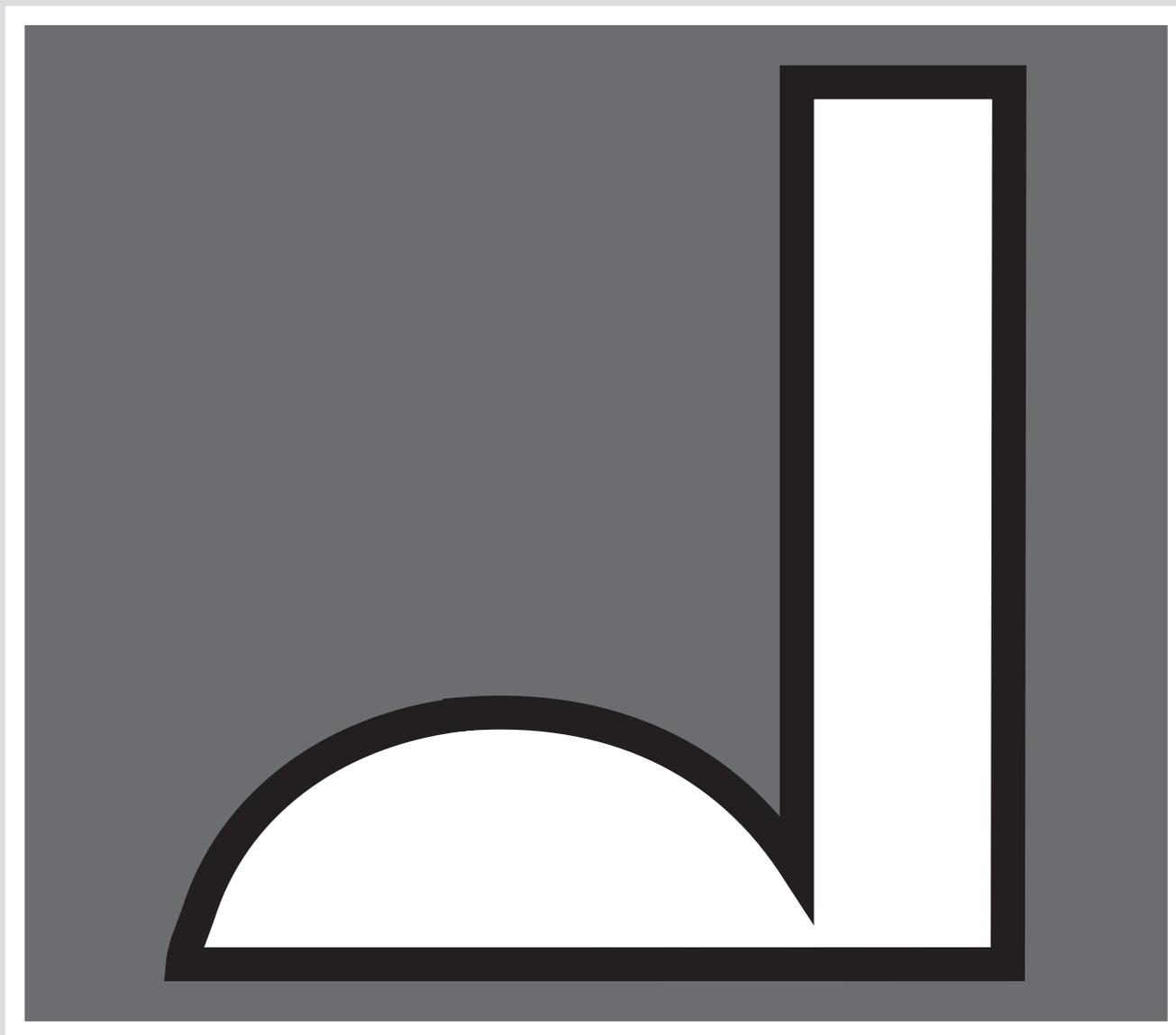




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas das Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXVI - SUP. AO Nº 035 - QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
 Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
 Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
 João Ribeiro - (PR-TO)

3º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
 2º - João Durval - (PDT-BA)
 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</p> <p align="center">Líder Humberto Costa - PT</p> <p align="center">.....</p> <p align="center">Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p align="center">Líder do PR - 5 Magno Malta</p> <p align="center">Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p align="center">Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p align="center">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p align="center">.....</p> <p align="center">Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p align="center">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia</p> <p align="center">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p align="center">Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p align="center">Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar. (PSDB/DEM) - 15</p> <p align="center">.....</p> <p align="center">Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p align="center">Líder do DEM - 5 José Agripino (2)</p> <hr/> <p align="center">PTB - 6</p> <p align="center">Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p align="center">PSOL - 2</p> <p align="center">Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p align="center">PPS - 1</p> <p align="center">Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Expediente</p> <p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de março de 2011	4	
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011	17	
Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de março de 2011.....	35	
		1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
		Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 02 de março de 2011.....
		1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
		Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de março de 2011
		1.1.5 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
		Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011.....

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia primeiro de março do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Angela Portela, Wellington Dias, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rego, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Gim Argello, Demóstenes Torres e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Aécio Neves, João Vicente Claudino, José Agripino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas da 1ª e 2ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 58-Seses-TCU-Plenário, de 26 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-001.918/1996-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada na área de fiscalização do Banco Central do Brasil no ano de 1996, contendo orientações às unidades técnicas daquele Tribunal de procedimentos nos processos cuja instrução dependa de acesso a informações protegidas por sigilo bancário; Aviso nº 5 de 2011, de 19 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-018.997/2010-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 24 de 2010; Aviso nº 6 de 2011, de 19 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Ple-

nário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.596/2009-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 48 de 2009; Aviso nº 10 de 2011, de 26 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-005.019/2010-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 1 de 2010; Aviso nº 12 de 2011, de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-015.654/2010-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 18 de 2010; Aviso nº 13 de 2011, de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.589/2009-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 47 de 2009; Aviso nº 14 de 2011, de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.029/2010-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 39 de 2010; Aviso nº 15 de 2011, de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.587/2009-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 45 de 2009; Aviso nº 17 de 2011, de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.599/2009-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 51 de 2009; e Aviso nº 18 de 2011, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.970/2010-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do

Senado Federal nº 20 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação da Matéria, constante da Pauta. Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 2 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres e Wellington Dias. É solicitada Vista pelos Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa. A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Comissão aprova o Requerimento nº 1/2011–CAE, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para criação de Subcomissão Permanente destinada a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. A Comissão rejeita o Requerimento nº 2/2011–CAE, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para realização de audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal; Exmo. Sr. Alexandre Tombini e Sr. Henrique Meirelles, atual e ex Presidentes do Banco Central do Brasil, respectivamente; e de representante do Fundo Garantidor de Créditos, para prestarem esclarecimento sobre a operação de compra de ações do Banco PanAmericano pela Caixa Econômica Federal, com a anuência do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil. A Comissão aprova o Requerimento nº 3/2011–CAE, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, para realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater, possivelmente em dois ou três encontros, a Diretriz Principal de Governo da Presidenta Dilma Rousseff de “erradicar a pobreza absoluta”, “promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade” e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Antonio Palocci, Ministro-Chefe da Casa Civil; Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Exma. Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego;

Exma. Sra. Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Exmo. Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social; Exmo. Sr. Afonso Bandeira Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Exmo. Sr. Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Sra. Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Erradicação da Pobreza; Sr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Exmo. Sr. José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal-SP; Sr. Philippe Van Parijs, Co-fundador e Presidente do Conselho Consultivo Internacional da *Basic Income Earth Network* (BIEN), Professor da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e Professor-visitante da Universidade de Harvard (USA); Sr. Guy Standing, Co-fundador e Co-presidente de Honra da *Basic Income Earth Network* (BIEN) e Professor da Universidade de Bath (UK); Sr. João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ; Sr. Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Sra. Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); Sr. Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sra. Lena Lavinias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Sr. Fábio Waltenberg, do Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (CEDE-UFF). A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 4/2011–CAE, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, para que seja o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil convidado para prestar informações acerca das políticas monetária, creditícia e cambial, e da economia brasileira em 2011. A Comissão aprova o Requerimento nº 5/2011–CAE, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, para que seja o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda convidado para prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011 esperado pelo Governo Federal. A Comissão aprova, por fim, o Requerimento nº 6/2011–CAE, de iniciativa dos Senadores Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira, para criação de Subcomissão Temporária destinada a acompanhar e avaliar o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotípiã Informatizada. – Senador **Loabõ Filho**, Vice-Presidente, no exercício

da Presidência, da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho – Bloco/PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, bom dia!

Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª reuniões.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas do Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU)

1 – **Aviso nº 58-Seses-TCU-Plenário**, de 26 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-001.918/1996-6**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada na área de fiscalização do Banco Central do Brasil no ano de 1996, contendo orientações às unidades técnicas daquele Tribunal de procedimentos nos processos cuja instrução dependa de acesso a informações protegidas por sigilo bancário.

2 – **Aviso nº 5, de 2011**, de 19 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-018.997/2010-4**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 24, de 2010**.

3 – **Aviso nº 6, de 2011**, de 19 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-029.596/2009-0**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 48, de 2009**.

4 – **Aviso nº 10, de 2011**, de 26 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-005.019/2010-9**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito

autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 1, de 2010**.

5 – **Aviso nº 12, de 2011**, de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-015.654/2010-9**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 18, de 2010**.

6 – **Aviso nº 13, de 2011**, de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-029.589/2009-6**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 47, de 2009**.

7 – **Aviso nº 14, de 2011**, de 24 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-022.029/2010-9**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 39, de 2010**.

8 – **Aviso nº 15, de 2011**, de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-029.587/2009-1**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 45, de 2009**.

9 – **Aviso nº 17, de 2011**, de 1º de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-029.599/2009-2**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 51, de 2009**.

10 – **Aviso nº 18, de 2011**, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº **TC-016.970/2010-1**, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela **Resolução do Senado Federal nº 20, de 2010**.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vou dar início à pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 2 DE 2011
– Não Terminativa –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Passo à palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho:

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 2, de 2011, do Presidente da República (nº 709, de 22 de dezembro de 2010, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD, no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao “Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”.

RELATOR: Senador **EDUARDO MATA-RAZZO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Trata-se de pleito do Governo Federal para que seja autorizada operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os recursos da operação destinam-se ao “Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, do Ministério

do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Recomendação nº 1.091, de 10 de março de 2009.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes à referida operação de crédito, manifestando-se favoravelmente à sua contratação, na forma do Parecer nº 1.887– 2010/GEOPE/CODIP/STN, de 30 de novembro de 2010.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação sob o registro ROF-TA 531865.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 2.659, de 10 de dezembro de 2010, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pelo atendimento das formalidades legais prévias à contratação.

II – ANÁLISE

Segundo a STN, “o objetivo do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social é fortalecer a capacidade do Programa Bolsa Família como instrumento para a redução da pobreza e da desigualdade, de promoção do desenvolvimento humano, melhorando a escolaridade, o estado de saúde das crianças e sua condição nutricional”.

Bolsa Família e seus efeitos

Vale notar que o Programa Bolsa Família – PBF foi criado pela Lei 10.836, sancionada em janeiro de 2004, unificando os quatro principais programas de transferência de renda, então, existentes, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação. Hoje, proporciona um complemento de renda para as famílias cuja renda mensal *per capita* esteja abaixo de R\$ 140,00.

No atual desenho do programa, todas as famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 têm o direito de receber um benefício mensal de R\$ 68,00.

Ademais, todas as famílias inscritas no PBF também poderão receber R\$ 22, R\$ 44, ou R\$ 66 se tiverem um, dois ou até três filhos com idades até 16 anos, e ainda mais R\$ 33 por cada adolescente na faixa etária de 16 a 18 anos, no máximo de dois.

Dessa forma, o programa Bolsa Família paga um mínimo de R\$ 22 e um máximo de R\$ 200 por mês. O valor médio do benefício é de R\$ 95 por família.

E importante ressaltar, Sr. Presidente, que por ocasião de sua visita a Irecê, na Bahia, agora, às 11h da manhã, a Presidenta da República Dilma Rousseff anunciará um acréscimo nos valores do Programa Bolsa Família.

Há obrigações a serem cumpridas para receber esses benefícios. Se a mãe estiver grávida, deverá se apresentar à rede pública de saúde – posto de saúde ou hospital municipal – para exames e acompanhamento das condições de sua saúde.

Os pais deverão levar os seus filhos de até 6 anos para serem vacinados de acordo com o calendário de vacinações do Ministério da Saúde. As crianças de sete a dezesseis anos de idade deverão frequentar a escola, pelo menos 85% das aulas. Os adolescentes de dezesseis a dezoito anos deverão frequentar a escola, pelo menos 75% das aulas.

Em fevereiro de 2011, 12,94 milhões de famílias foram beneficiadas pelo PBF, distribuídas por todos os municípios brasileiros. Considerando que o tamanho médio da família brasileira é de 3,5 pessoas, mas que atinge um valor próximo de 4, no caso das famílias com o nível de renda das famílias beneficiadas pelo programa, pode-se afirmar que o Bolsa Família atinge cerca de 51,76 milhões de brasileiros, 27,13% dos 190,73 milhões de brasileiros, segundo o Censo 2010. O gasto total do PBF em 2009 foi de R\$ 12,1 bilhões. Para 2011, o valor estimado é de R\$ 13,9 bilhões, 33,32% do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS que gerencia o programa.

Há um consenso entre os analistas de políticas públicas de que o Programa Bolsa Família, junto com outras iniciativas governamentais, contribuiu significativamente para a redução da concentração de renda da população brasileira.

O coeficiente Gini da renda dos brasileiros era 0,594, em 2001; 0,588, em 2002; e reduziu-se para 0,538, em 2009, tendo a cada um dos anos, 2001 para 2002, de 2002 para 2003 e assim por diante, sempre se reduzido gradualmente. Esse quadro é detalhadamente analisado pelos vários estudos do Centro de Políticas Sociais (CPS), da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Marcelo Cortes Neri e pelos trabalhos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O trabalho de Neri denominado *A geografia das fontes de renda*, publicado em agosto de 2010, afirma que “entre 2003 e 2008 houve uma redução de 43,03% da pobreza – o que corresponde à saída de 19,3 milhões de pessoas da miséria com uma renda abaixo de R\$ 137,00 em termos domiciliares per capita”. Por sua vez, o texto *PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009* publicado pelo IPEA, divulgado em outubro de 2010, também registra que a proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza está em forte queda desde 2003 e isso é consequência de uma distribuição de renda cada vez mais igualitária.

Além do incremento da distribuição de renda proporcionado pelo Bolsa Família, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) – identificou a elevação da frequência escolar das crianças que integram o programa. Essa taxa dos atendidos pelo programa é de 94,6% e a dos não beneficiários é de 91,6%. O impacto é mais acentuado em relação às crianças mais novas. Na faixa etária entre 6 e 10 anos, a proporção de crianças beneficiadas pelo PBF é de 96,3%, enquanto a das não beneficiadas é de 93,3%. Observa-se, portanto, que receber esse benefício aumenta a frequência escolar, reduzindo o número de crianças fora da escola.

Empréstimo do BIRD

O empréstimo do BIRD tem o objetivo de aprimorar o Programa Bolsa Família e seus impactos. O apoio financeiro ao projeto, no valor total de US\$ 185 milhões, será realizado no âmbito de modalidade de desembolso oferecida pelo BIRD, denominada Esquemas Fiduciários para Abordagens Setoriais, que consiste no apoio a programas em execução com recursos do mutuário, visando o desenvolvimento de um setor específico.

O projeto será desenvolvido por três secretarias finalísticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, além da Secretaria Executiva, tendo a seguinte estrutura:

Componente 1. Transferências Condicionadas de Renda. Refere-se a toda a parte Swap (Sector-Wide Approach) do Projeto, no montante de US\$185 milhões, com previsão de reembolso dos dois primeiros anos do Acordo de Empréstimo (2011-2012). O reembolso de US\$92,5 milhões por ano será efetuado mediante contrapartida nacional anual de aproximadamente US\$5 bilhões, destinados ao pagamento de benefício do Programa Bolsa Família.

Componente 2. Fortalecimento do Cadastro Único como principal instrumento de seleção para programas sociais. Objetiva a continuidade do desenvolvimento do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família e consolidação e melhorias no Sistema do Cadastro Único.

Componente 3. Fortalecimento institucional para a Consolidação do Programa Bolsa Família. Objetiva a capacitação de gestores do Programa, melhoria na gestão do Programa e de seus benefícios, além da melhoria na gestão das condicionalidades do Programa.

Componente 4. Consolidação do sistema de monitoramento e avaliação do MDS. Objetiva o reforço da capacidade do MDS e monitoramento da avaliação de programas sociais.

Componente 5. Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social. Proporcionará uma estratégia de programas e iniciativas do MDS e de outros níveis de governo; e

Componente 6. Apoio Operacional à Unidade de Implementação do Projeto. Objetiva a gestão centralizada do Projeto, uma das condições de efetividade estabelecidas pelo Banco Mundial.

Os componentes 2 a 6 estão orçados em US\$30 milhões, com financiamento do BIRD para metade do valor estimado. A diferença corresponde à contrapartida nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional estima que o custo efetivo médio da operação situa-se em 3,16% ao ano. Considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em dólar dos Estados Unidos da América, no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para aquela Secretaria.

Em resumo, o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional considerou atendidas as seguintes exigências:

- cumprimento dos requisitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal;
- inclusão no Projeto do Plano Plurianual para o período 2008/2011, e na lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2010 e no projeto de lei orçamentária para 2011;
- observância dos limites de endividamento e apresentação de capacidade de pagamento;
- não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidenta da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado:

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$200 milhões (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Art. 2º. A operação de crédito (...) deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – valor: até US\$200 milhões (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

IV – modalidade: margem variável;

V – prazo de desembolso: até 30 de dezembro de 2015;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possíveis iguais, pagas nos dias 15 dos meses de novembro e maio de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de novembro de 2015 e a última em 15 de maio de 2040, com cada parcela correspondendo a 2% do valor total do empréstimo.

VII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino (Libor) semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem (spread) a ser determinada pelo BIRD semestralmente;

VIII – comissão à vista (front-end fee): até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

IX – opção de alteração da modalidade de empréstimo: a contratação na modalidade “margem variável” permite a alteração para a modalidade “margem fixa” mediante solicitação formal ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

(...)

Sala da Comissão.”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) –
Peço vista, Sr. Presidente. Ou ainda não encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não encerrou ainda. O senhor está açodado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente Lobão Filho, gostaria de informar que, no diálogo com a Ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social, e com o Sr. Rômulo Paes, Secretário Executivo, obtive a seguinte informação. Ao se referir ao projeto de consolidação do programa Bolsa Família e apoio ao compromisso nacional pelo desenvolvimento social, que, na verdade, constitui...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) (*Fazendo soar a campanha*) – Peço silêncio nesta Comissão para que o Senador Suplicy possa concluir seu relatório por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ... que, na verdade, constitui o objetivo maior da Presidenta Dilma Rousseff – registrado em seu discurso de vitória e, mais uma vez, em seus pronunciamentos de 1º de janeiro, na posse, e aqui, em 2 de fevereiro, quando compareceu ao Congresso Nacional –, ficou claro que o objetivo maior de erradicar a pobreza absoluta, a miséria e promover maior igualdade e justiça serão respaldados por esse contrato de empréstimo. No que diz respeito ao objetivo de consolidação do programa Bolsa Família, está implícito que também estarão sendo colocados os estudos sobre a possibilidade da transição daquilo que está previsto na Lei nº 10.835, ou seja, o caminho em direção à Renda Mínima de Cidadania, por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como explícita e é realizado pelo programa Bolsa Família, que se quer aperfeiçoar.

Esse é o voto.

Agradeço, Sr. Presidente, a atenção de V. Exª e do Plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista, mas como fiquei sabendo que o Governo vai fazer alguns requerimentos, eu até poderia aguardar, porque a estranheza é só em relação ao lapso que demorou para a aprovação desse projeto.

Em 2004, quando ele foi apresentado, segundo consta do texto que veio, o objetivo do empréstimo eram transferências condicionadas de renda – que acabou acontecendo –, fortalecimento do cadastro único – que já existe –, fortalecimento institucional para a consolidação do programa Bolsa Família – hoje, talvez, seja o programa mais consolidado do Governo Federal;

apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, que certamente é para contratar técnicos a fim de implantar o projeto; apoio operacional à unidade e implementação do projeto.

Então, o que eu vejo é que todos esses objetivos já foram cumpridos e talvez esse empréstimo já não seja mais necessário. Posso até trocar o pedido de vistas para que alguém do Governo possa vir aqui e explicar qual a razão da necessidade desse empréstimo no dia de hoje, sete anos depois de ter sido apresentado e, obviamente, com os objetivos do Bolsa Família plenamente cumpridos.

Portanto, Sr. Presidente, meu único objetivo é fazer esse questionamento para saber se ainda há razão ou não para que esse empréstimo ocorra, uma vez que a motivação original dele era consolidar o programa, que está totalmente consolidado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu gostaria de transmitir ao Senador Demóstenes Torres que eu tive o cuidado de, como Relator, conversar com a Ministra Tereza Campello, bem como com o Secretário Executivo, Rômulo Paes, que me prestaram as informações. É verdade, sim, que essa é a segunda etapa do empréstimo que foi realizado em 2004. Inclusive, na época, fui o Relator designado para analisar e apresentar o requerimento tal como hoje, que tive a honra de ter sido escolhido novamente para relatar.

V. Exª há de convir que o Programa Bolsa Família, que decorre do desdobramento dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação... Mas gostaria de ressaltar que há algo muito interessante, às vezes, no debate entre nós da Oposição e da Situação. Quero lembrar que quando éramos nós, do PT, Oposição, e a base de apoio do Governo, todos nós votamos favoravelmente àqueles projetos – Programa Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás – porque sempre houve consenso nesse ponto.

Quando houve, em 2003, a apresentação do projeto Bolsa Família, que acabou sendo sancionado em 9 de janeiro de 2004, também houve a aprovação consensual de todos, o que é um aspecto muito interessante. E, felizmente, como pudemos observar na campanha eleitoral, todos os candidatos informaram que era seu propósito aperfeiçoar e expandir o programa. E se levarmos em conta que o programa, em 2003, tinha 3,5 milhões de beneficiados e, hoje, tem 12,9 milhões de beneficiados, notamos que houve um

salto formidável, um salto que, inclusive, levou em consideração algo muito interessante.

Estive em Marrocos no I Fórum Internacional das Caixas de Depósito ou caixas econômicas. Ali, o representante da Presidente da Caixa Econômica Federal, a Sr^a Maria Fernanda Ramos Coelho, pôde dizer como é que a Caixa Econômica Federal conseguiu estabelecer uma expansão tão significativa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador Suplicy, sem querer interromper...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas o que eu gostaria de transmitir a V. Ex^a é que, de fato, para a melhor coordenação dos esforços tanto para o aperfeiçoamento do Cadastro Único como a relação com todos os Municípios brasileiros é importante dar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O que eu indago é se V. Ex^a concorda que os esclarecimentos que a Ministra prestou...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...o apoio a esse salto de qualidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ...que a Ministra ou o seu Secretário Executivo prestaram também sejam prestados aos demais Senadores. É o que estou pedindo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu não tenho nenhuma objeção, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu acredito muito em V. Ex^a, mas gostaria de obter essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Demóstenes, passo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, como meu caro Senador Demóstenes lembra, um dos motivos de ele querer a vinda da Ministra é exatamente a demora na aprovação desse projeto. Queria chamar a atenção para um fato. É de conhecimento público a prioridade do Governo de trabalhar a erradicação da miséria e, com isso, a redução da pobreza. Considerando o volume de recursos que são aplicados nesse programa – na verdade, estamos falando aqui de US\$200 milhões... Eu quero colocar que é importante a aprovação desse projeto. O que se quer é mais a integração do programa na chamada porta de saída da dependência desse programa. Certamente, quanto mais cedo aprovarmos, melhor será a condição de sua implantação.

Faço um apelo ao Senador Demóstenes e a todos os Parlamentares para que possamos apreciar e colocar em votação, porque certamente as pessoas que mais precisam é que vão ganhar com a implementação dessa proposta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu gostaria de informar ainda ao Senador Demóstenes Torres que, no processado, está a nota técnica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde estão descritas todas as etapas que serão realizadas com os recursos. Faço questão de encaminhar pessoalmente às suas mãos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Esta Presidência pergunta, já que gentilmente declinou do direito de pedir vistas, se poderia proceder à votação do primeiro item da pauta e, depois, colocaríamos em votação o requerimento de V. Ex^a no sentido de convidar a Ministra para dar explicações.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador Lobão, eu estava conversando com o ex-Secretário Executivo do Ministério, uma vez que tive oportunidade de relatar um grande número de projetos que acabaram por contribuir no fortalecimento do programa.

A minha dúvida é uma só: se esse recurso é para fortalecer o programa, e o programa já está constituído e forte, se esse recurso inicialmente era para fazer com que o programa se tornasse o que ele é, a minha dúvida é se esses recursos são hoje desnecessários. Então, vou insistir no pedido de vista. O Sr. Arnóbio, que já foi o Secretário, continua Secretário Executivo, pede-me para que hoje a tarde ele traga esses esclarecimentos. Eu, então, irei analisá-los junto com ele. Tenho certeza de que vamos superar isso e, na próxima reunião, poderemos votar, uma vez esclarecidas as minhas dúvidas, que faço questão de repassá-las a todos os Srs. Senadores. E nós poderemos votar. Insisto no pedido de vista apenas para esse esclarecimento, Senador Lobão.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, eu faço um pedido de vista coletivo para esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Fica, portanto, concedido vistas coletivas.

Passo ao seguinte item da pauta.

Sobre a mesa, requerimento de iniciativa do Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES (PSDB – SP) – Eu apresentei dois requerimentos. Qual deles?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Dois requerimentos. Vamos colocar em primeira dis-

cussão o item que requer a criação da Subcomissão Permanente para avaliar a funcionalidade do sistema tributário nacional.

O SR. ALOYSIO NUNES (PSDB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo de meu requerimento é um só, nós criarmos nesta Comissão de Assuntos Econômicos uma subcomissão cuja missão é ser um instrumento para que o Senado exerça uma importante atribuição que lhe foi conferida pela Constituição da República, numa emenda constitucional, se não me engano, de 2003. Se V. Ex^a e os colegas observarem as competências do Senado inscritas na Constituição verão que, entre elas, está a de avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional em todos os seus componentes.

Essa competência corresponde a uma atividade que esta Comissão já desempenhou no passado, e no passado recente, de análise do sistema tributário nacional, que produziu propostas de reforma tributária, a que se referiu inclusive o Senador Dornelles no seu discurso inaugural desta legislatura. De modo que já há uma tradição de trabalho.

O que eu entendo e proponho a esta Comissão é que nós adotemos uma estrutura, digamos, permanente, uma vez que, segundo a letra da Constituição, essa avaliação deve ser permanente. Não é por acaso que a expressão avaliar “periodicamente”, o advérbio “periodicamente” esteja inscrito nesse inciso a que me refiro.

De modo que é uma iniciativa que vai instrumentalizar melhor a nossa Comissão e o Senado da República como um todo, para cumprir essa importante missão constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero falar de uma questão geral sobre requerimentos e também, em específico, sobre a proposta do Senador Aloysio Nunes.

Quero dizer que, especificamente quanto a esse requerimento, nós vamos encaminhar favoravelmente o requerimento. Acho que é importante avaliar o sistema tributário. Nós estamos aqui todos voltados para melhorar a economia do País e esse é um tema permanente, objeto desta Comissão.

Eu só gostaria de solicitar à Presidência da Comissão que elaborasse uma norma, para que fizéssemos como outras Comissões, a fim de que os requerimentos fossem feitos com antecedência e a gente pudesse ter a tramitação do requerimento na reunião e, assim, nenhum dos Senadores fosse pego de surpresa. Eu não digo que estes são de surpresa; pelo contrário, nós

vamos encaminhar favoravelmente à maioria deles, mas que nós tivéssemos um rito. Outras comissões já estão fazendo esse ritual também.

Que efetivamente tenhamos uma regra a fim de que todos possam se planejar para discutir, para pedir vista, enfim, para poder tramitar da forma como diz o Regimento.

Então, nós vamos votar. Quanto aos requerimentos de hoje, nós vamos encaminhar contra e a favor de alguns requerimentos. A este requerimento específico vamos encaminhar favoravelmente, mas pediríamos que a Comissão, V. Ex^a junto com o Senador Delcídio pudessem, para a próxima reunião, trazer uma proposta, como trouxe a Comissão de Relações Exteriores, a CCJ e outras comissões que estão estruturando.

Esse é o meu pleito.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Romero Jucá...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, quero só reforçar esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Já havia sido registrado aqui nesta Mesa o desejo do Senador Wellington Dias de promover exatamente a mesma sugestão. Nós iremos, na Mesa, fazer as proposições em relação ao Regimento desta Comissão e proporemos, na próxima sessão, para votação dos Exm^{os} Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – A minha intervenção ia no mesmo sentido do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Há mais alguém que queira discutir o requerimento de iniciativa Aloysio Nunes?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu também gostaria de tomar conhecimento, com antecedência, desses requerimentos, inclusive os de hoje, que acho vieram muito em cima.

Então, reitero também para que a gente tome conhecimento e seja colocado na próxima reunião.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Eu gostaria de informar que, com respeito ao requerimento do Senador Aloysio Nunes, sobretudo o que fala sobre a funcionalidade do sistema tributário nacional, havia sido por ele anunciado na nossa primeira reunião.

O meu requerimento sobre a audiência pública com o propósito de debater a erradicação da pobreza absoluta e promover maior igualdade e justiça, principal objetivo do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, também foi por mim apresentado na reunião inicial, inclusive assinado pelos 15 Senadores do Partido dos Trabalhadores. Portanto, já é de conhecimento prévio de todos.

Eu me lembro que o Senador Francisco Dornelles também anunciou o requerimento dele no sentido de o Ministro Mantega vir aqui discutir as metas de política econômico-financeira do País. Pelo menos esses três requerimentos eu me lembro de já terem sido previamente anunciados.

Com respeito à proposição de eventual convocação de Ministros, mesmo, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Suplicy, está em discussão aqui apenas o requerimento que cria a subcomissão para a discussão de temas tributários.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Está bem. Então, só para completar. Mesmo ao requerimento do Senador Dornelles, eu queria sugerir que sempre tenhamos, como procedimento, o convite, e não a convocação. O Senador Dornelles diz que concorda. Então, para cada um desses requerimentos de convocação, que possa ser substituída a convocação por convite, Sr. Presidente. É a sugestão que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Agradecendo ao Senador Eduardo Suplicy, e não havendo mais quem queira discutir o requerimento do Exm^o Senador Aloysio Nunes, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Dando continuidade e aproveitando o próprio Senador Aloysio Nunes, peço ao Senador que se manifeste em relação ao segundo requerimento de V. Ex^a, que diz respeito a: que seja realizada audiência pública sobre operação de compra de ações do Banco PanAmericano pela Caixa Econômica Federal com a anuência do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil.

Com a palavra Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o primeiro requerimento, cuja aprovação acaba de ser votada por esta comissão e cujo sufrágio, aliás, aproveito para agradecer, dizia respeito a uma competência importante do Senado, que é a competência de acompanhar, avaliar o sistema tributário nacional. Esse outro requerimento diz respeito a uma das competências do Congresso Nacional, que constitui a substância mesmo deste

Poder, que, além de ser encarregado da elaboração da lei, tem também a função nobilíssima de fiscalizar a ação do Poder Executivo. Especialmente o Senado da República é, digamos assim, um guardião da saúde financeira do nosso País. Temos leis para isso, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a ação política do Senado, especialmente a ação fiscalizadora, é outra trava importante contra eventuais desvios da gestão da economia brasileira, dos bons rumos da sua economicidade, do zelo com o dinheiro público, da moralidade.

No caso do Banco PanAmericano, Sr. Presidente, creio que não apenas eu, mas todo o Senado tem mais dúvidas do que certezas. As lacunas, os desconhecimentos das informações, inclusive entre as próprias autoridades do sistema financeiro brasileiro, são de tal maneira gritantes que tudo recomenda que haja um esclarecimento delas, até mesmo para que se preserve a confiabilidade e a solidez das nossas instituições, o rigor com que o Banco Central analisa e fiscaliza o sistema bancário, a boa gestão da Caixa Econômica Federal.

Tudo isso recomenda um esclarecimento dessas questões levantadas pelo Banco PanAmericano. Não é um assunto de pequena monta o buraco nas contas; a gestão fraudulenta; a participação da Caixa Econômica; o mau negócio que, aparentemente, a Caixa Econômica fez, ao adquirir parte do controle acionário de um banco que já vinha apresentando dificuldades; a falta de acompanhamento, por parte dos representantes da Caixa, no conselho de administração do banco, para poder detectar, em tempo – eventualmente até corrigir –, o rumo que os acontecimentos vinham tomando; o comprometimento de recursos públicos, que são recursos do fundo garantidor, que, embora não sendo estatais, acabam por ser um instrumento muito importante de estabilização do nosso sistema financeiro. E esse comprometimento, como todos sabemos, tem uma repercussão evidente nos custos do funcionamento do sistema bancário e acabam incidindo sobre os usuários, sobre os consumidores.

De modo que tudo isso recomenda que o Senado analise, ouça as pessoas, para esclarecer. Esse é o meu objetivo. Não é o objetivo de polêmica política, situação *versus* oposição, mas do zelo, que não é apenas meu, mas é compartilhado por todos os Senadores, pelo bom cumprimento das nossas atribuições, especialmente dessa, da fiscalização.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para orientar...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Agradeço o Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá. Em seguida, V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Apenas para orientar a Bancada, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar contrariamente o requerimento. Essa matéria foi exaustivamente debatida no Senado, em audiências públicas e, portanto, nós somos contrários à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Então, com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Uma questão de ordem: eu gostaria, para uma análise melhor, depois de tudo que foi dito, de pedir vista a esse requerimento, para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Ao requerimento não cabe vista.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Não, ao requerimento, não. Eu gostaria que fosse encaminhado novamente, para que possamos analisar isso, para que fosse votado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador, eu acho que deveria ser colocado em votação. Ao requerimento não cabendo vista, tendo sido lido e defendida a tese pelo seu autor, e tendo o Líder do Governo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já encaminhado o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – ...se pronunciado e encaminhado o voto, eu pediria a V. Ex^a a condescendência em permitir que pudéssemos continuar, dar continuidade à votação.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Para debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Wellington Dias, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero a transparência nesta Casa. Quero apenas chamar a atenção para temas que, realmente, mereçam todo o debate e esse é um tema importantíssimo. Devo registrar que é tão importante, que, no ano passado, nós tivemos aqui dois debates. Um, primeiro, foi na Câmara; em seguida, no Senado Federal, onde compareceram exatamente os que estão sendo chamados, hoje, aqui: a Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr^a Maria Fernanda Ramos Coelho, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, ou seja, todas as autoridades envolvidas estiveram aqui, esclarecendo para quem é Governo ou Oposição, exaustivamente, por muitas horas.

Portanto, eu acho que não cabe... Se, de um lado, o Senado tem de primar pelo debate, também não cabe ficar requeitando tema. Acho que há um

conjunto de outros temas colocados. Por essa razão, eu também quero, aqui, somar-me à posição do Líder do Governo.

Independentemente de ser Governo ou ser Oposição, acho que esta Casa tem, hoje, um conjunto de informações e não há, na minha opinião, fatos relevantes novos sobre isso, quer dizer, esse processo tem um conjunto de desdobramentos a partir, inclusive, de iniciativas do próprio Senado e da própria Câmara, e quero acreditar que devamos tratar de outros temas que são mais relevantes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco, neste momento, em votação.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

Portanto, foi rejeitado, e que conste dos registros desta Comissão.

Passo, em seguida, ao requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater, possivelmente em dois ou três encontros, a diretriz principal de governo da Presidenta Dilma Roussef em erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade com garantia de futuro para os setores discriminados da sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, para a defesa do seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se de uma sequência, e a própria Presidente, o Senador Delcídio e V. Ex^a poderão definir qual é a melhor maneira, porque aqui estão incluídos diversos dos Ministros, todos aqueles relacionados com o tema principal, previsto e destacado pela Presidenta Dilma, de erradicação da miséria, da pobreza absoluta e para promover a justiça. Já foram encaminhados a todos os Srs. Senadores e Senadoras os nomes propostos e essa é uma proposição apresentada pelos 15 Senadores do Partido dos Trabalhadores. Acredito que possa haver consenso.

Se houver alguma sugestão adicional, fica a critério dos Srs. Senadores, sobretudo da Presidência e da Vice-Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Tendo sido lido o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, pergunto a V. Ex^{as} se há quem queira discutir. (*Pausa.*)

Portanto, coloco-o em votação.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

Está aprovado.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Francisco Dornelles para que possa defender o seu requerimento para que seja o excelentíssimo Sr. Presidente do Banco Central do Brasil convocado a prestar informações acerca das políticas monetária, creditícia e cambial e da economia brasileira em 2011.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Dornelles para que, nos dois requerimentos de S. Ex^a para trazer autoridades aqui, nós trocássemos o termo convocar por convidar. Em havendo a troca do termo, vamos encaminhar favoravelmente aos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pergunto ao Senador Dornelles se deseja alterar o seu requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, a minha intenção é justamente convidar e não convocar. Estou de pleno acordo com o Senador Jucá. Prefiro transformar a convocação em convite.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Portanto, fica registrada nesta Comissão a alteração no requerimento de V. Ex^a para convite.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Anualmente, é importante que esta Comissão conte com a presença do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central para falarem sobre a política econômica, financeira e monetária do País. Esta é a razão do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não havendo quem queira...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – O Senador Eduardo Suplicy está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Eu queria perguntar ao Senador Francisco Dornelles... Nós temos já uma resolução aprovada segundo a qual o Presidente do Banco Central comparece – e normalmente o faz com os seus diretores – trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, além das ocasiões em que também comparece à Comissão Mista de Orçamento. Já é uma norma o comparecimento do Presidente do Banco Central trimestralmente. Então, pergunto a ele se não seria o caso de nos dedicarmos sobretudo à exposição do Ministro da Fazenda, sem qualquer preju-

ízo da presença do Presidente do Banco Central. Mas estes têm que vir aqui a cada três meses.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Dornelles, deseja manifestar-se?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Mantém o requerimento.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão e os que rejeitem se manifestem. (*Pausa.*)

Está aprovado, alterando-se, como já registrado nesta Comissão, o termo convocar para convidar.

Senador Francisco Dornelles, o segundo requerimento requer seja o excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda convidado para prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011 esperado pelo Governo Federal.

Com a palavra, para defesa do seu requerimento, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, a justificativa eu já fiz, é justamente para dar oportunidade ao Ministro de falar sobre a política econômica e financeira do País. É um convite. Sempre ocorreu a presença do Ministro nesta Comissão. Eu apenas reitero para esta legislatura o que sempre ocorreu no passado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Para discutir, passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, nobre Senador Francisco Dornelles, eu entendo que, mesmo sendo parte do funcionamento desta Casa o convite ao Ministro da Fazenda para se fazer presente no início do ano, nós temos, de fato, uma situação nova no Brasil. Acho da maior oportunidade que tenhamos o quanto antes este convite aceito pelo Ministro da Fazenda, tendo em vista o que o mundo vive hoje em regiões importantes do nosso planeta e tendo em vista também os desafios que o novo Governo tem de manter sob controle a inflação.

Então, eu só queria me associar ao propósito do nobre Senador Dornelles. Espero que esta Comissão possa aprovar este requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Apenas para fazer o registro, Sr. Presidente, de que, na legis-

latura passada, o Ministro Guido Mantega esteve muito presente a esta Comissão e que ele fica muito satisfeito de ser convidado. Todas as vezes em que foi convidado ele esteve presente. Portanto, a presença do Ministro Guido Mantega aqui continuará sendo importante. Nós vamos encaminhar favoravelmente ao convite.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o requerimento em votação neste momento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, na reunião anterior, o Senador Flexa Ribeiro apresentou um requerimento que acabo por subscrever, uma vez que o Senador está em outra comissão que funciona concomitantemente a esta. É um requerimento que solicita a criação de uma subcomissão temporária, desta vez, para acompanhar e avaliar o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo. Um requerimento que é tanto mais oportuno quanto um fato que acabamos de constatar, um corte de despesa importante, cerca de R\$50 bilhões, o que mostra que existem problemas fiscais e uma preocupação com o equilíbrio fiscal, que deve ser objeto de avaliação do Senado e dessa subcomissão proposta pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Tendo sido subscrito pelo Senador Aloysio Nunes o requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, quanto ao mérito, nós concordamos com a subcomissão e, portanto, vamos encaminhar favoravelmente, apesar da ausência do Senador Flexa Ribeiro, que só chegou agora. Mas, em homenagem à ausência dele, estamos votando favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Eu passarei a palavra ao autor do requerimento para que possa complementar as brilhantes palavras do seu companheiro, o Senador Aloysio Nunes. Apesar de o Senador Flexa Ribeiro ainda não saber do que se trata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, sei sim.

Sr. Presidente, Senador Lobão Filho...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, agradeço a V. Ex^a por ter me dado a honra de ter subscrito o requerimento e de tê-lo aprovado com a aquiescência do nosso...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não, não foi aprovado ainda. Não foi colocado em votação ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas será.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – E já com o beneplácito do Líder do Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só pelo Líder do Governo, ele já orientou toda a Base. Eu estou preocupado com o olhar do Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – O Humberto Costa ali, olhar de matador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já estou preocupado com o olhar. Mas eu quero dizer... Senador Jucá, V. Ex^a disse que eu cheguei...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Você não vai votar contra o seu requerimento, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, pelo amor de Deus.

V. Ex^a fez uma referência que eu tinha chegado agora para a reunião. Mas sabe onde eu estava, Senador Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nem quero saber.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas eu tenho que... Eu tenho que lhe dizer, Senador Jucá, porque eu estava falando em V. Ex^a. Falando bem! Eu, como vice-Líder do Senador Jucá, eu só falo bem dele. Mas eu estava em uma reunião da Anac, com o Presidente em exercício, o Dr. Cláudio Passos. E vou pedir aqui, de público, aproveitando a CAE, apesar de não ser... A Anac está fechando todos os escritórios dela no Brasil inteiro, mantendo apenas Rio, São Paulo e Brasília. E eu acho um absurdo, na nossa Amazônia, que tem 60% do território nacional, não ter um escritório da Anac. Então, eu disse ao Dr. Cláudio Passos que faria um pronunciamento hoje, mas que pediria ao Líder do Governo que fizesse um apelo à Presidente Dilma, porque foi um decreto, uma resolução do Executivo, que determinou isso, que pudesse ser revisto. O *deadline*, a data do fechamento, é 19 de março. Então, vou conversar com V. Ex^a. Vou pedir ajuda e tenho certeza de que V. Ex^a será cúmplice de todos os brasileiros, em especial dos amazônidas. Esse foi o motivo que me...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro, como Senador, compactuo integralmente com seu posicionamento em relação a evitar que a Anac promova o fechamento de todos esses postos de serviço ao longo do Brasil. Somos parceiros na defesa dessa tese.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu dizia ao Dr. Cláudio Passos que, com relação à Amazônia,... E V. Ex^a é amazônida também. V. Ex^a é anfíbio: tem um pé no Nordeste e um pé na Amazônia. Mas é amazônida, porque São Luís está na Amazônia. Quando V. Ex^a se desloca mais para o lado do Piauí, V. Ex^a vira nordestino. Mas o que eu digo é que é lamentável não haver controle aéreo naquele espaço de 60% do território brasileiro. E aí tiram: “Ah, porque nós vamos fazer o controle do Fale com a Anac”. Quer dizer, os usuários da aviação brasileira não têm condições de fazer a reclamação com a Anac presente, imagine com acesso digital!

Senador Jucá, confio na sua liderança, mas quero só...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Flexa, foi um projeto de lei que originou toda esta celeuma no setor, mas já pedi a minha assessoria, já havia pedido um projeto de lei também para tentar minimizar ou alterar os efeitos desse projeto de lei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Confio em V. Ex^a, no prestígio do Maranhão para que possamos reverter este quadro. Mas só para defender o Senador Aloysio – nem precisa defender, subscrevo o que ele falou –, é importante essa subcomissão da CAE, tão bem presidida pelo nosso Senador Delcídio, referendada por V. Ex^a como vice-Presidente. Eu posso dar testemunho da competência de V. Ex^a, eu que estive ao seu lado na legislatura passada na CCT e sei que V. Ex^a, na ausência do Senador Delcídio, vai, como está fazendo agora, levar a bom termo os trabalhos da CAE. Mas essa subcomissão proposta vai possibilitar que nós aqui, em um grupo menor, acompanhemos a política fiscal do Governo. Basicamente isso. Todos nós temos interesse em que o Brasil se desenvolva de forma saudável e sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

S. Ex^a declina da palavra.

Não havendo mais quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta, declarado encerrada esta reunião.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Renan Calheiros, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolphe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, João Ribeiro, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Gilvam Borges, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti, Demóstenes Torres e das Senadoras Marta Suplicy, Kátia Abreu e Ana Rita. Registra presença o Senador José Agripino. O Presidente registra presença honrosa do Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Passa-se à deliberação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo – CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2011** Encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta sobre as providências cabíveis a serem adotadas quanto ao Ofício nº 453/2011-SPR, de 8 de fevereiro de 2011, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que cientifica sobre a publicação do julgado proferido no Processo Administrativo nº 4014-72, da relatoria do Ministro Marcelo Ribeiro, no qual o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo ocorrido no Estado do Acre no dia 31 de outubro de 2010 e homologou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral. **Autoria:** Presidente do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pelo recebimento e conhecimento da matéria veiculada na

Consulta nº 001, de 2011, e, no mérito, pela imposição jurídica de expedição de Ato Declaratório pelo Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional, nos seguintes termos: O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 4º. do Decreto Legislativo nº. 900, de 1º de dezembro de 2009, e tendo em vista a homologação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, do referendo havido no Estado do Acre na data de 31 de outubro de 2010, faz saber que as disposições da Lei nº. 11.662, de 24 de abril de 2008, tiveram sua eficácia encerrada, no que se refere ao Estado do Acre, na data da publicação da decisão homologatória do resultado do referendo, pelo Tribunal Superior Eleitoral, assegurada a sua aplicação até 05 de março de 2011. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Pedro Taques e Vital do Rego, nos termos regimentais. ITEM 2) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2007** Altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores José Pimentel, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares e Vital do Rego, nos termos regimentais. ITEM 3) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 616, DE 2007** Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 4) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2008.** Confere autonomia à Polícia Técnico-Científica, com base no disposto no art.24, XVI, da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pelo arquivamento do Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. ITEM 5) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2010** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social

– INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Vital do Rego, nos termos regimentais. ITEM 6) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2010** Altera o art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir a atualização monetária de bens imóveis de pessoa física na apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da respectiva alienação, a qualquer título. **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 7) Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 787, DE 2009** Obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Jorge Viana e Alvaro Dias, nos termos regimentais. ITEM 8) Não Terminativo – OFÍCIO “S” Nº 1, DE 2007** Encaminha decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil que acolheu proposta no sentido da “atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito”. **Autoria:** Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. ITEM 9) Não Terminativo – OFÍCIO “S” Nº 38, DE 2007** Encaminhando ao Senado Federal, para conhecimento e análise, Proposta de Reforma Tributária elaborada pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE. **Autoria:** Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pelo encaminhamento, em meio eletrônico, deste parecer e da anexa Proposta de Reforma Tributária da Febrafite a todos os Senhores Senadores e, em seguida, pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado: Aprovado o Parecer pelo encaminhamento, em meio eletrônico, deste Parecer e da anexa Proposta de Reforma Tributária da Febrafite a todos os Senhores Senadores e, em seguida, pelo arquivamento do Ofício “S”. ITEM 10) Não Terminativo – REQUE-**

RIMENTO Nº 857, DE 2010 Requer seja encaminhado voto de felicitação à Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), que completou 50 anos, levando a quase 3 milhões de domicílios do Paraná a programação da Rede Globo de Televisão, por meio de oito emissoras afiliadas: Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranaíba. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CCJ** “Requeiro nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de nova Subcomissão Temporária, composta por cinco membros, para no prazo de noventa dias, analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que “Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às doze horas e um minuto, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Bom-dia a todos! Há número regimental. Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, passo a palavra, pela ordem, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Havendo sido distribuído a todos os Srs. Senadores, pela proposta do Senador José Pimentel, os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nº 1 ao nº 10.

Item nº 1: CONSULTA SF Nº 1, DE 2011, NÃO TERMINATIVA. “Encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta sobre as providências cabíveis a serem adotadas contra o Ofício nº 453, de 2011-SPR,

de 8 de fevereiro de 2011, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que científica sobre a publicação do julgado proferido no Processo Administrativo nº 4012/72, da Relatoria do Ministro Marcelo Ribeiro, no qual, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral à unanimidade considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo ocorrido no Estado do Acre, no dia 31 de outubro de 2010, e homologou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral.”

Autoria: Presidente do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores presentes nesta reunião da CCJ, primeiramente queria dizer da satisfação em estar relatando este projeto que nós entendemos, na verdade, ser um projeto que não havia a necessidade de ter chegado a esta Comissão, porque é um projeto de referendo, que aconteceu em nosso Estado, onde o povo acreano se manifestou nas últimas eleições, ocorridas em 2010, e decidiu que queria o nosso horário antigo de volta. Este projeto de referendo é de autoria do Deputado Flaviano Melo, ex-Senador, ex-Governador e ex-Prefeito da nossa capital. Ele é uma pessoa que realmente tem um trabalho prestado ao nosso Estado; e apresentou este projeto na Câmara dos Deputados. É um projeto que já foi fruto de muito debate lá na Câmara, onde tivemos a oportunidade, e eu, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, de participar de debates, em que nós entendemos que não há um instrumento mais democrático do que um referendo. Acho que o povo acreano tem o direito de escolher o horário em que quer viver, porque a proposta do referendo é para contrapor uma lei de autoria do então Senador Tião Viana, hoje Governador do nosso Estado, que eu não quero nem entrar no mérito. Ele pode até ter tido boa vontade em ajudar o povo do Acre, mas a verdade é que essa lei causou um prejuízo muito grande para a nossa população, e a prova disso é que, quando a população foi consultada a dizer se concordava ou não com essa lei, a população se manifestou querendo o nosso horário antigo, como lá nós sempre dizemos: o horário de Deus. Nós queremos o nosso horário, o horário em que nós sempre vivemos. Há quase cem anos vivendo num horário e, de repente, a população teve que mudar a sua forma de viver completamente. Seis horas da manhã no Acre é noite. Agora, vocês imaginem: as crianças tendo que acordar, Senadora Marta, cinco horas da manhã... Como diminuiu um horário, quem acordava às seis passou a acordar às cinco, cinco horas da manhã, de noite. As crianças têm que ir para a esco-

la à noite. Então, isso para nós trouxe um transtorno muito grande. Temos a presença aqui de alguns Deputados Estaduais, do meu Estado. Eu registro aqui a presença do Deputado Rocha, do Deputado Chagas Romão. Vocês não têm idéia – e eu espero que a TV Senado esteja transmitindo ao vivo, porque isso gerou uma expectativa muito grande no nosso Estado. Esse projeto já deveria ter chegado à Comissão na semana passada, infelizmente esta Comissão não se reuniu, e, hoje, nós estamos tendo a oportunidade de devolver ao povo do meu Estado, ao povo do Acre, um horário pelo qual ele fez opção. O TRE fez o referendo, encaminhou ao TSE, o TSE já homologou, agora eu penso que só cabe a nós, membros desta Comissão, tomar essa decisão, cumprindo, na verdade, o que já foi feito pelo TSE. Então, o nosso parecer é neste sentido: que possamos devolver ao povo do Acre – e, se vocês tiverem acesso ao parecer da Advocacia do Senado, ele já encaminha neste sentido, no sentido de que, na verdade, o horário já era para estar em vigor. No momento em que o TSE homologou a decisão, o entendimento da Advocacia do Senado era para que o nosso horário já tivesse voltado, até porque foi essa a decisão que o povo acreano tomou. Eu entendo que a nossa posição é nesse sentido, o nosso parecer é nesse sentido, e aqui eu queria pedir aos meus pares, aos Srs. Senadores e Senadoras que nos ajudem e façam parte deste momento histórico, que é a volta do horário em que o povo acreano sempre viveu e que, de uma forma... Porque nós poderíamos ter evitado tudo isso se essa lei do Senador Tião Viana tivesse cumprido um rito. Qual o rito? Faz-se um plebiscito, a população se manifesta e daí, sim, a população ia dizer se concordava com essa lei ou não. O que nos deixa mais preocupado é que, na Câmara, esse plebiscito deu entrada junto com esse projeto de lei. Agora para nossa surpresa, no andamento dos trâmites na Comissão, o plebiscito sumiu, o plebiscito não apareceu mais. Então, essa lei teve uma certa celeridade e o povo acreano foi pego de surpresa. Quando o povo acreano foi questionado, foi perguntado, pronunciou-se por meio deste referendo, querendo o nosso horário de volta. Portanto, ficam aqui as nossas palavras, colocando-me à disposição dos senhores e das senhoras que queiram mais algum esclarecimento. Por enquanto, era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Em discussão a matéria. Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Eunício, queria saudá-lo, saudar V. Ex^a, saudar também... É a primeira reunião de que participo desta Comissão como titular. Eu queira cumprimen-

tar V. Ex^a, pela presidência, e o Senador Pimentel, que é Vice-Presidente desta Comissão. Eu queira, cumprimentando os demais colegas Senadoras e Senadores, dizer que, já nesta minha estreia também na Comissão de Constituição e Justiça, tenho que me deparar com algo que diz respeito à vida ao povo acreano e gostaria de poder contar com a atenção dos meus nobres colegas, tendo em vista o pronunciamento do meu colega Senador Sérgio Petecão. Como foi possível observar, ele trouxe uma carga que não é irreal, é verdadeira, uma carga muito acentuada de disputa político-ideológica a respeito de um tema que diz respeito à vida dos cidadãos do Acre. De fato, este tema está contaminado ideologicamente e até partidariamente indevidamente na minha opinião. Primeiro, horário, definição de horário no Brasil estava sempre preso a convenções. O do Acre, por exemplo, em 1913, uma convenção estabeleceu que o Acre deveria ter um fuso horário diferente, que o Brasil deveria ter quatro fusos horários – um, em Fernando de Noronha; outro, que é o horário de Brasília; outro que estabelece horário com um hora de diferença para Rondônia, Amazonas e outros Estados; e o Acre, no quarto fuso horário. O Senador Tião Viana estudou este assunto, tanto engrandeceu esta Casa com sua dedicação e estudou este assunto de maneira atenta, estudou toda a legislação, todo o processo de criação ou de convenção para horários no nosso País e, fazendo uma pequena correção à fala do nobre Senador Sérgio Petecão, o Senador Tião Viana era favorável de se ter o plebiscito antes da aprovação da lei. Lamentavelmente, este tema já foi carregado de uma disputa na qual não me envolvi diretamente. Estou aqui tranquilamente tratando deste assunto. O certo é que ele aprovou uma lei que não havia, o Senado aprovou uma lei, uma lei que criou, aí sim, a partir da ação do Congresso Nacional, o fuso horário amazônico. A lei criou o fuso horário amazônico para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia, Acre e parte do Pará. Essa lei entrou em vigor e, obviamente, com todo o direito que o Estado de direito e a democracia permitem, o ex-Senador e atual Deputado Federal Flaviano Melo apresentou uma proposta de se fazer um plebiscito no Acre, tendo em vista que tínhamos divergência – parte da população achando que deveria ter o horário antigo, e parte da população aceitando e achando que seria uma evolução termos o fuso horário amazônico. O certo é que isso não decorreu em função apenas do desejo do Senador Tião Viana. Nós temos um problema grave hoje no Acre: o mundo está *on-line* hoje, o mundo está em tempo real, e o Acre, em determinado período do ano, fica três horas de defasagem em relação a Brasília. O Ministério Público estadual, o Mi-

nistério Público Federal, a sociedade entraram num embate com emissoras de televisão, com rádios sobre a normatização dos horários no Estado. O Acre viveu, durante muitos anos, o conflito de tudo ser gravado, tudo, todos os noticiários. Ou seja, isso criou um impasse entre instituições e sociedade. Mas isso são situações passadas. Só estou apenas contextualizando este tema e sem nenhuma paixão político-eleitoral, tanto é que nem o atual Governador Tião Viana nem eu nos envolvemos diretamente nessa disputa. Foi feito um plebiscito, e há o resultado de um plebiscito, que não foi 70, nem 80%, não. Aliás, a população, com a sabedoria que tem, tirou a carga ideológica: onde o PT ganhou, o plebiscito perdeu; onde o PT perdeu, o plebiscito ganhou. Então, vamos dar a esse assunto o tamanho que ele deve ter. É de interesse nacional; é de interesse da população do meu Estado e do País. Não pode ser propriedade, porque estávamos falando de algo que é muito importante, que é estabelecimento de horário. É um tema que diz respeito ao Congresso. Eu queria, então, para não me alongar mais, Sr. Presidente, apenas fazer uma ponderação: o que está em discussão não é se a gente cumpre o plebiscito ou não. Não acredito que possa alguém levantar voz contra uma decisão soberana do povo do Acre. Então, eu, enquanto Senador, vou trabalhar, independentemente da minha opinião pessoal, para que se faça valer a vontade da população do meu Estado, que, em um plebiscito, por 56% da população, resolveu e decidiu que o horário deve ser o velho horário, o antigo horário. Então, nisso não há divergência. Espero, sinceramente, que os que estão apaixonadamente presos a esse tema não deturpem as minhas posições. Elas estão gravadas e são explícitas. Eu defendo o cumprimento da decisão que o plebiscito trouxe, de que nós mudemos o horário do Acre como era no passado. Então, essa é uma preliminar. O segundo ponto que eu queria levantar era apenas pôr à apreciação da Presidência, e não mais que isso, esse tema. Nós temos uma divergência. De um lado, foi criada uma lei federal estabelecendo um fuso horário e, ao mesmo tempo, o mesmo Congresso aprovou, logo depois, que fosse feito um plebiscito, uma consulta simples até: você quer o velho horário ou o novo horário? Sim ou não. E a decisão foi: eu quero o velho horário. Está decidido. E eu agora, como Senador do Acre, tenho de fazer valer a decisão do povo. Mas como vamos implementar, então, isso? Nesse ponto, há uma divergência. Foi encaminhado um relatório do Presidente do TSE, dando o resultado do plebiscito e pedindo que o Congresso tome e adote as providências. O Presidente Sarney acho que já adotou uma medida sensata, quando não decidiu monocraticamente e encaminhou para esta

Comissão a decisão – esta é a Comissão que cuida do cumprimento das leis e da Constituição –, a apreciação desse tema. Então, não é um tema qualquer, não é um tema do Acre, não é um tema exclusivo do Acre; é um tema nacional. E foi com essa dimensão que o Senador Tião Viana apresentou uma proposta para o Congresso. É um tema sério e está no lugar adequado, que é a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Sr. Presidente, eu queria concluir, porque temos muitos itens na pauta, fazendo aqui um apelo aos Senadores e Senadoras desta Comissão: que apreciemos só uma preliminar. Vencida – ninguém, eu pelo menos não trago essa discussão – a questão sobre a aplicabilidade ou não do plebiscito, porque isso é líquido e certo, estou aqui para trabalhar por ela, Senador. Agora eu queria que apreciássemos o seguinte: nós vamos fazer isso, substituir uma lei, aprovada por esta Casa, que criou um fuso horário em cinco Estados, o fuso horário amazônico, por uma medida monocrática, a partir de um plebiscito que aconteceu só em um desses Estados? Nós vamos fazer isso, em um tema que está carregado de sentimentos, ideologizado, com estudos de um lado e de outro, para que, depois, ele não tenha fim, e aí os recursos dos mais diversos interesses possam levar mais um tema que é prerrogativa desta Casa ao Supremo, aos tribunais superiores, ou podemos resolvê-lo aqui? A minha ponderação é que apreciemos, nesta Comissão, se o melhor para implementar, o mais rápido possível, o plebiscito aprovado pelo povo do Acre é um ato monocrático que possa substituir a lei ou se vamos, conjuntamente – pode ser inclusive o Senador Sérgio Petecão o proponente –, apresentar uma lei, que eu me disponho a defender, que faça a alteração da outra lei federal, e a gente estabeleça, sem nenhum risco de termos qualquer contencioso a partir de um tema tão importante para o povo do Acre e para o País. Queria concluir as minhas palavras ponderando para as nobres Senadoras e Senadores que apreciemos este tema. Não é apenas um tema do Acre mas de todo o País. Agradeço a atenção de V.Ex^a e espero sinceramente que outros colegas possam opinar sobre este tema para que nos tomemos a mais sensata das decisões e que esteja de acordo com o que estabelece os princípios da ação da Comissão de Constituição e Justiça, que é o de zelar pelo cumprimento da Constituição e das leis.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC) – Presidente, pela ordem. Na primeira exposição que fiz, na verdade, não li o voto do meu parecer. Gostaria de fazê-lo e, como fui citado, pretendo fazer algumas correções na fala do...

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB-CE) – Concedo a palavra a V. Ex^a por três minutos para fazer a leitura final do voto...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – O que disse o Senador Petecão é bastante claro. Acho que nós poderíamos fazer a discussão do tema e, em seguida, como ele é o Relator vai dar a palavra final.

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB-CE) – Senador Demóstenes Torres, concordo com V. Ex^a mas ele como Relator, já concedi três minutos para que profira o final do voto já que ele se encontra incomodado por não ter lido o voto final.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC) – Vou tentar ler em dois minutos e ficar com um minuto para fazer...

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB-CE) – Apelaria a V. Ex^a para não fazer a discussão ideológica nem regional...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC) – Era exatamente no sentido de corrigir. A paixão do discurso não tem nada disso. Isso não existe, eu sou apaixonado pelo Acre é claro e notório. Estou fazendo este debate desarmado do espírito de qualquer interesse político e já agradeço ao Senador Jorge Viana, mas não aceito a proposta de ser relator de uma lei, porque jamais iria me dar ao luxo de ser contra uma decisão que meu povo já tomou criando qualquer tipo de mecanismo de lei. Para mim não existe instrumento mais democrático do que o referendo. Não se trata de um plebiscito, mas de um referendo. O plebiscito teria que ser feito antes de a lei entrar em vigor. VOTO. Em face do exposto o voto é pelo recebimento e conhecimento da matéria vinculada na consulta nº 001, de 2011, e, no mérito, pela imposição jurídica de expedição do Ato Declaratório pelo Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional nos seguintes termos: O Presidente da Mesa do Congresso Nacional nos termos do art. 4º do Decreto Nº 900 de 1º de Dezembro de 2009 e tendo em vista a homologação do Tribunal Superior Eleitoral do referendo havido no Estado do Acre no dia 31 de Outubro de 2010, faz saber que as disposições na lei 11.662 de 24 de abril de 2008 tiveram sua eficácia encerrada, no que se refere ao Estado do Acre, na data da publicação da decisão homologatória do resultado do referendo pelo Tribunal Superior Eleitoral, assegurada a sua aplicação até o dia 5 de março de 2011." Na verdade, no momento em que o TSE homologou a decisão já era para estarmos cumprindo o novo horário. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para discutir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós todos aqui amamos muito o Acre. Eu, em particular, morei no Acre 3 meses, lembro-me que comia muito tacacá na Praça Plácido de Castro, o jambú. Nós todos amamos muito o Acre. Estamos todos discutindo aqui o tempo. Todos sabemos o que é o tempo, mas poucos sabem defini-lo. Um filósofo católico definiu o tempo, Sr. Presidente, como o espaço compreendido entre dois instantes. O tempo faz a comida apodrecer, faz a mulher ficar mais bonita, faz o homem ficar maduro. Eu preciso de tempo para analisar isto aqui. Dessa feita, com fundamento no Art. 132 § 1º do Regimento peço vista para que eu possa analisar, tendo em conta, ainda, que a Lei 11662 faz referência ao Estado de Mato Grosso, Estado que com muita honra eu represento nesta Casa. Assim, eu peço vista essa consulta.

O SR. – Vista conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, sem querer polemizar, mas o art. 132 diz, com clareza, que: *Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer. § 1º. O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido ao disposto no §4º. O que diz o §4º: §4º. Os prazos a que se referem os §§1º e 3º correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.* Portanto, nós estamos num processo de discussão da matéria e o voto já foi proferido e V. Ex^a há de convir que o prazo para vista já foi ultrapassado na hora em que o voto foi proferido. O Senador Jorge Vianna, inclusive, discutiu a matéria. A matéria está em discussão. Como o relator pediu a palavra de volta, foi concedido três minutos para que ele proferisse o final do seu relatório, eu concedo a vista conjunta para a próxima reunião de quarta-feira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, queria fazer um apelo a V. Ex^a para que pudesse colocar o item 5, que é um item terminativo, que trata da criação de cargos para o Instituto Nacional de Seguridade Social e um concurso para perito médico previdenciário, matéria que está aqui desde o final do ano passado, não foi votado na última sessão da legislatura passada porque não houve quórum. Mas é uma matéria rápida e eu sou o relator e gostaria de pedir a V. Ex^a prioridade nessa votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu vou pedir vistas, Sr. Presidente. Vou pedir vistas da matéria, porque, se o Governo corta R\$50 bilhões, como é que quer aumentar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O PSDB também pede vista. Vista coletiva, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de colocar a matéria em pauta, eu não posso conceder pedido de vista. Primeiro quero submeter ao Plenário o pedido de inversão de pauta do Senador Romero Jucá. Submeto ao Plenário se houver concordância dos Srs. Senadores e a permissão da platéia. Peço ao Senador Romero Jucá que pede a inversão de pauta e submeto ao Plenário. Se todos concordarem, haverá inversão de pauta. Não havendo concordância, vamos dar segmento à pauta. Todos concordam? Não havendo quem se manifeste ao contrário, aprovada a inversão de pauta. Aprovada, submeto o item 5 ao relatório do Senador Romero Jucá. Pela ordem, o Senador José Pimentel, do meu querido Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, antes do voto e dos pedidos de vista, eu queria fazer uma ponderação. O Congresso Nacional autorizou a Previdência Social a construir 720 agências no Brasil. Aportou os recursos no orçamento e estamos construindo no Estado de São Paulo 95 agências, com construção sendo concluída. No Estado do Paraná são 48; no nosso Estado do Ceará são 47. Essas agências estão prontas na sua ampla maioria, aguardando o início dos seus trabalhos, pelo Código que está neste projeto. Portanto, adiar a discussão dessa matéria e a sua aprovação, é impedir que entre em funcionamento, no Brasil, 720 agências da previdência social instaladas nas pequenas cidades, cidades que têm em média entre 20 e 50 mil habitantes; e essas agências, a bem dos mais pobres, os trabalhadores rurais, os pescadores artesanais, e também autoriza a contratação de 500 médicos peritos. Quem teve a oportunidade de assistir o jornal de domingo, estava dizendo que o grave problema da previdência brasileira são as perícias, porque tem fila, tem mulheres precisando fazer as suas perícias; os trabalhadores doentes, e é para isso esse projeto de lei. Portanto, aqui nós estamos trocando um investimento de mais de um bilhão de reais, já feito, com as agências prontas, para não inaugurá-las, continuarem trancadas, sem atender os interesses da sociedade brasileira. E mais, as agências foram construídas em todos os Municípios acima de 20 mil habitantes, independentemente do partido político. No caso de Goiás, as 19 agências estão prontos

tas e parte delas já inauguramos, com os códigos que tínhamos até dezembro de 2010.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra pela ordem o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para contraditar o que disse o ilustre Senador José Pimentel. O Governo acaba de anunciar a suspensão dos concursos públicos, inclusive o concurso para o Instituto Nacional do Seguro Social, INSS. E essa proposta pretende a contratação de 500 servidores em cargos comissionados. Portanto, não há por que aprovar de pronto, sem uma análise mais aprofundada. E é o que pretendemos, ao solicitar vistas para a apreciação desse projeto. É contraditório. O Governo suspende concursos, inclusive o concurso para o INSS, e depois encaminha projeto pretendendo contratação de 500 médicos para cargos comissionados. Nós temos que estudar melhor essa matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como fui citado e sou autor da lei, eu peço, pelo Regimento, o direito de esclarecer. Primeiro, os 500 cargos são para perito médico. É só ler o projeto, é muito claro. Não tem nenhum cargo comissionado externo, são todos para gerentes das agências, concursados e já empossados. Não tem nenhum concurso para comissionado. O concurso é exclusivamente para perito. É somente ler o projeto. É muito simples.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São cargos comissionados, Sr. Presidente. É a isto que estou me referindo; são DAS, 500 cargos comissionados, pode ser para perito, mas são cargos comissionados, de livre provimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias e Senador José Pimentel, vamos ouvir o voto do relator e, na discussão, V. Ex^{as} terão a oportunidade fazer o debate...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em função dessa questão do tempo, que já suscitou uma discussão anterior, fica já reafirmado o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O pedido de vista será concedido pela Presidência, se for esse o intuito de V. Ex^a, após a leitura do relatório, como prevê o nosso Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, esse é um projeto importante, é um projeto que aparelha e dá melhores condições de atender a população no que diz respeito ao INSS. O Ministro Pimentel registrou o esforço que o Governo realizou para construir várias agências do INSS no Brasil, e esse projeto prevê a criação de 14 cargos DAS de livre provimento; 510 funções comissionadas, privativas de servidores do INSS, e serão exatamente esses servidores os responsáveis por essas agências, e também prevê 500 cargos efetivos de médico perito exatamente para suprir também as agências no que diz respeito à perícia médica. Então, o nosso parecer é favorável...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador? Apenas para esclarecer essa questão dos cargos comissionados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O projeto faz referência a 500 cargos comissionados...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – São 510 cargos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato! São 10 mais 500 cargos. E não há nenhum item do projeto...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, Senador Alvaro Dias, apenas para registrar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, por favor, o Relator está com a palavra assegurada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu pedi um aparte a ele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Certo. Desculpe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Alvaro Dias, o projeto prevê 14 cargos DAS que são de livre provimento e 510 funções comissionadas do INSS. As funções comissionadas do INSS só podem ser concedidas a servidores do INSS. Portanto, não são funções de livre provimento, são funções para servidores do INSS que irão ser responsáveis, gerentes das agências, gerentes de atendimento, superintendentes, e por aí vai. É importante dizer que há uma diferença do livre provimento ou não nesses 510 cargos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aí se discute, porque é de livre provimento nos quadros do INSS, mas não deixa de ser livre provimento, não há um concurso para estabelecer a questão de mérito. A meritocracia não está em jogo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, tem que ser funcionário do INSS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aí, evidentemente que se pode, dependendo da consciência do administrador, escolher os melhores ou não. De qualquer forma, é de livre provimento dentro dos quadros do INSS, e nós vamos poder detalhar melhor isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Só para registrar que o INSS...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. É um detalhe, parece-me, isso. É um detalhe, porque se temos os prédios prontos, e se temos as pessoas para atuar nos prédios, como vamos deixar, num País tão necessitado desse atendimento, vazios os prédios? Isso é ridículo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Faço um apelo aos Srs. Senadores para que a gente escute o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, para disciplinar... Sr. Presidente, pela ordem. Permita pela ordem, para disciplinar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para disciplinar, se V. Ex^a continuar concedendo aparte, V. Ex^a não vai conseguir...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Quero saudar e registrar a presença do Senador Garibaldi, Ministro da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Honra-nos muito sua presença aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para tranquilizar o Senador Alvaro, essas funções comissionadas do INSS, o INSS criou um processo seletivo interno que é extremamente rigoroso, um processo de escolha, por mérito, de servidores para dirigir as agências. Portanto, não é um processo de livre provimento indicando-se quem queira. Pelo contrário, houve – e o Senador Pimentel pode atestar isso – um criterioso procedimento de estruturação e de escolha interna do INSS exatamente para termos os melhores na chefia. Então, meu parecer é favorável. Concordamos com o pedido de vista porque é regimental. Só peço que seja um pedido de vista coletiva para que, na próxima semana, possamos votar a matéria. Mas é regimental, portanto, vamos dar a vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a terminou o voto?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Terminei.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pedido coletivo de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só justificando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vista. Justificando, Sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Só pedi vista porque o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não há, da nossa parte, nenhum intuito de impedir celeridade, mas também não podemos votar às escuras. Temos que conhecer a matéria e aprofundar o conhecimento da matéria. Nós não podemos votar irresponsavelmente. O Governo conhece a matéria. Nós, da Oposição, não conhecemos. Por isso, precisamos, pelo menos, desse prazo de cinco dias para uma análise aprofundada da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva conjunta concedida. A matéria volta à pauta na próxima reunião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu só pediria a V. Ex^a, se V. Ex^a me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Demóstenes Torres. Aproveito para interromper V. Ex^a somente para pedir permissão para convidar o Ministro Garibaldi Alves para sentar à Mesa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, isso mostra o prestígio da Oposição. O Ministro já veio aqui esclarecer tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu só pediria ao Líder do Governo que, se possível, trouxesse uma justificativa do Governo, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, que compatibilizasse coisas aparentemente divergentes. O Governo estabelece um corte de 50 bilhões no Orçamento. O Governo defende um salário mínimo menor porque não tem caixa para pagar um salário mínimo maior. Ao mesmo tempo, o Governo deseja a ampliação dos seus quadros dentro da Previdência Social. Parece-me uma discussão da maior justiça, mas eu gostaria apenas que, a respeito dessa incongruência, se possível, V. Ex^a, que tem esse trânsito espetacular dentro do Governo, tanto é que é seu Líder, traga uma justificativa técnica para que nós possamos sustentar, inclusive, esse aumento, que, aparentemente, é justo,

mas que confronta-se com todas as outras medidas de rigor que o Governo tem tomado até agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. (Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pimentel pediu a palavra pela ordem. Em seguida, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero saudar o nosso Ministro da Previdência, o Senador Garibaldi Alves, e começar registrando que o Governo, que é o autor do projeto, na exposição de motivos, traz todos esses esclarecimentos. Todos nós acompanhamos a Previdência pública brasileira e sabemos das suas dificuldades e da melhoria do seu trabalho. O primeiro registro é que nós aprovamos um plano de cargos e carreira, homologado pelo Poder Executivo, por decreto, em que o preenchimento desses cargos é exclusivamente por funcionário de carreira e concursado. Essa janela, que existia até 2004, foi fechada. Portanto, não vamos olhar a Previdência como o olhar até 2004. A Previdência é outra Previdência. Segunda coisa: nós aprovamos um compromisso de gestão já pela terceira vez, que tem metas por agência, que tem compromisso e avaliação coletiva. O salário dos funcionários de carreira é variável: uma parte é fixa e a outra parte depende do desempenho. É esse critério que serve para o preenchimento das funções comissionadas que são inerentes de agências. Terceira coisa: todas as entidades de trabalhadores e patronais pediram que fosse feita a ampliação da rede de agências para acabar com as filas da madrugada, que era a coisa mais desumana que o Brasil tinha e que, lamentavelmente, continua na saúde pública brasileira. Esse sistema começou a ser implantado em 2008. Ali, nós aposentamos um saco de documentos, concedemos o benefício em até meia hora, em qualquer ponto do Brasil. Depende dessa rede de agências, para evitar que essas famílias se desloquem quinhentos, seiscentos quilômetros, como acontece no Amazonas, no Pará, no Acre, em outros Municípios. E nós estamos postergando a votação dessa matéria, que está madura, está no Senado desde dezembro. Desde o dia 06 de dezembro de 2010, o voto foi protocolado e a matéria está pronta para ser votada na Ordem do Dia. Não podemos continuar penalizando os mais pobres, exatamente em face de uma oposição, que é legítima. Mas, em determinadas matérias, como está na Casa desde 2009 o projeto de lei do Congresso Nacional e pronto na pauta da Comissão de Constituição e Justiça desde 6 de dezembro de 2010, continua penalizando. Como agravante, nós estamos vendo um processo de dificuldade nas perícias médicas. Quem frequenta qualquer família mais pobre do Brasil, sabe que essa

é a grande reclamação. Esse projeto de lei autoriza o concurso de 500 médicos peritos, exatamente para atender nas menores cidades lá do norte, do nordeste, do sul, do centro-oeste. No caso de São Paulo, são 95 agências novas que estamos criando, todas no interior, não tem nenhuma em capital.

A vinda do nosso Ministro aqui é o maior testemunho dessa necessidade. O projeto é do Executivo, tem previsão orçamentária. Não foi cortado. Foi adiada exatamente a questão dos analistas, dos técnicos, e não de peritos médicos. Portanto, esse adiamento é legítimo, é regimental, não se discute. Mas é preciso dizer que ele tem como objetivo prejudicar os mais pobres, que são aqueles que precisam da Previdência pública brasileira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES. DEM – GO) – Parece-me que o argumento, se é para prejudicar os mais fortes, então vamos trocar. Eu abro mão do pedido de vista e os senhores votam o salário mínimo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a concedeu ao Senador José Pimentel a oportunidade de falar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. (Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES. DEM – GO) – Nós vamos cortar ou nós vamos gastar? Não entendo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para defender esta Comissão e esta Casa. Não sei quanto tempo esse projeto ficou na Câmara dos Deputados, mas aqui chegou em dezembro, ao final do período, quando se discutia o Orçamento e não havia nenhuma possibilidade de votar projetos que não fossem aqueles essenciais, inclusive com prioridade estabelecida pelo Governo, pelo Poder Executivo, pelas Lideranças governistas na Casa. Depois, entrou um recesso. Esta é a primeira reunião. Portanto, não há que se alegar que nesta Casa não exista boa vontade em dar celeridade a projetos de importância para o País, especialmente para os pobres. E nós repudiamos essa insinuação de que a Oposição está aqui trabalhando contra os pobres. .

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Até porque eu abro mão do pedido de vista se o Governo concordar e votar um salário mínimo maior. Não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. (Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Relator, nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que esse projeto tem

recursos definidos e é prioridade do Governo. Como disse o Senador Pimentel, o concurso da Previdência que foi adiado foi outro. Esse é um concurso prioritário. Os postos estão em construção ou já estão prontos e, portanto, traremos o posicionamento do Governo quanto ao pedido na próxima quarta-feira e vamos aprovar esse projeto com toda tranquilidade, porque é um projeto que atende ao País. Não há nenhuma discrepância. Nós vamos aprovar hoje um salário mínimo que foi acordado com as centrais sindicais, vamos aprovar uma política de ganho real do salário mínimo nos próximos cinco anos algo que o País não teve e vai ter a partir de hoje com a aprovação do Senado. O Governo está cortando gastos onde pode cortar. O Governo não vai deixar de construir postos e agências do INSS, não vai deixar de construir universidades, escolas técnicas ou outras instituições ou de comprar aparelhos que atendem à população. Portanto, nós sabemos onde cortar. O corte será feito com responsabilidade fiscal. Vamos conter a inflação e vamos fazer o país continuar crescendo. Sr. Presidente, essa é a posição do Governo. Na próxima quarta-feira nós votaremos, Senador Garibaldi, e vamos aprovar esse projeto porque ele é importante para a população do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. (Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, terminativo, que altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, regulamenta o art. 8º do Ato Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar formas de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Demóstenes Torres.** Vou conceder a palavra ao Relator para fazer a leitura do relatório. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Expedito Júnior apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, que está aqui em caráter terminativo. Esse projeto altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que, por sua vez, regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Eu já tinha apresentado esse relatório em 2007 ou 2008, se não me engano, e o Senador Inácio Arruda pediu que ele tramitasse também na Comissão de Direitos Humanos, de que ele era Presidente. Lá esse relatório foi aprovado por unanimidade. Vem agora à Comissão de Constituição e Justiça para decisão terminativa. O que propõe o ex-Senador Expedito Júnior? O que propõe esse projeto de lei? Primeiro, a Lei 10.559 disciplina as chamadas indenizações para os anistiados políticos. A

lei, no seu art. 3º, deixa claro que... Art. 3º. Da reparação econômica de caráter indenizatório. Diz o art. 3º: “A reparação econômica de que trata o inciso II do art. 1º desta lei, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, correrá à conta do Tesouro Nacional”. Aí vem: “A reparação econômica, que é gênero tanto do dano material quanto do dano moral, se dará em prestação única, não acumulável, com a reparação econômica de prestação mensal permanente e continuada”. Isso permanece da mesma forma. O que propõe o nobre Senador? Que o inciso I passe a determinar que a portaria do Ministro de Estado da Justiça informe segregadamente os valores da indenização relativos aos danos materiais e aos danos morais, o que é comum, por exemplo, numa sentença de um magistrado. Diz que a pessoa teve tanto de prejuízo em decorrência do ato, e o ato no caso é a ditadura militar, que teve vários presos políticos, que prejudicou tanta gente e que veio uma lei que permite essa reparação. Então, diz simplesmente que essa reparação deve ser separada em danos materiais e danos morais. Segundo, estabelece que, no caso da indenização por danos materiais, haja a dedução dos valores percebidos pelo anistiado em razão das atividades econômicas por ele exercidas no período referente ao qual peticiona reparação econômica de caráter indenizatório. O que quer dizer isso? A pessoa esteve presa por um determinado período, ela não recebeu nada. Então, o Governo lhe deve um valor grande em decorrência daquela segregação da liberdade. De outra maneira, ele, perseguido político, perdeu o seu emprego, ele não conseguiu mais ter um emprego daquele valor. Então, há que se levar em conta a perda que ele teve em decorrência daquele ato. Muitas vezes, porém, não houve perda, houve até ganho. Com a perseguição, ele caiu, perdeu a direção de um jornal, mas foi trabalhar em outro em que ele teve uma atividade mais lucrativa. Então, se houver a possibilidade da quantificação dos valores percebidos naquele momento, esse valor deve ser levado em consideração para saber se houve ou se não houve mesmo dano material e qual o valor desse dano material. Aliás, isso está bem expresso no Código Civil Brasileiro, quando se trata de reparação de dano. Na reparação de dano, para você pagar o dano você tem que saber quanto foi o dano. O dano não pode ser apenas e tão somente estimado. Quando da reparação dos danos morais, e aí abre-se uma possibilidade belíssima para que o Ministério possa indenizar os danos morais, porque isso só é conseguido hoje por intermédio da Justiça. Só se pode entrar na Justiça. Essa reparação econômica não é entendida como dano moral. Esse dano moral passa a ser também uma possibilidade desde que o

Estado também tenha capacidade orçamentária para fazer essa reparação, o que, aliás, já se presume, pelo próprio art. 1º, que diz que correrá à conta do Tesouro Nacional. Por sua vez, pretende-se ingressar com representante do Tribunal de Contas nesta Comissão, a que sou completamente contrário, porque membro do Tribunal de Contas, assim como membro do Ministério Público não tem função consultiva. Então, não está ali para dar parecer. Ele tem função corretiva, aliás, como o Tribunal de Contas tem feito neste exato momento, apontando várias exorbitâncias e até encaminhando ao Ministério Público Federal, que tem vários inquéritos civis públicos instaurados, inclusive, para tentar o cancelamento ou a diminuição de algumas das indenizações. Então, para evitar justamente esses questionamentos, a lei busca fazer essas adequações. Os arts. 12-A e 12-B, que são criados por este projeto, primeiro, preveem o autoimpedimento de quem participa da Comissão por suspeição em caso de amizade ou impedimento em caso de parentesco. Eu desconsidero essa possibilidade porque isso já é obrigatório em qualquer colegiado. Pretende-se também que as decisões sejam tomadas por consenso, por unanimidade. Eu também sou contra, porque é tradição no Brasil e nas democracias que as decisões sejam tomadas por maioria. E também quanto à obrigatoriedade expressa de entrega de cópias das declarações de renda prestadas à Receita Federal antes da posse a cada ano de exercício ao se desligar do colegiado também entendo que é desnecessário porque já é uma obrigação de todo agente público que exerce qualquer função assim fazer. O nobre Senador Expedito Júnior, embasa o seu entendimento com algumas frases que considero lapidares e que endosso. Diz ele: “É aviltante a consciência nacional que poucos cidadãos, a título de reparação econômica, em razão dos atos havidos durante o regime ditatorial, consiga do Estado somas impensadas e escorchantes, em detrimento de outras tantas necessidades e mesmo urgências nacionais e do bem-estar de milhares de famílias.” E lembra também que: “Muitos dos anistiados malgrado terem sido obrigados a se dedicarem a atividades diversas das que desempenhavam e até mesmo deixar o País, muito conseguiram sucesso e acumularam patrimônio material considerável e até mesmo superior ao que comporiam caso se mantivessem em seus empregos anteriores.” E lembra, com muito propriedade que “o dano perpetrado pelo regime, quando não tira a capacidade laboral, no que concerne aos danos materiais podem ter causado pouco impacto, moderado impacto, grande impacto nenhum impacto. Então isso deve se auferido quando se for pagar ou não a indenização pleiteada. OU seja, o que o projeto pretende é poupar os cofres públicos

a título de se reparar aqueles que foram presos políticos, perseguidos políticos e que obtêm indenizações nem sempre conforme ou bem explicadas.

O que se pretende, ao contrário no final do ano passado, recebi uma comissão que indagava se isso iria afetar aqueles que já teriam recebido indenização. Eu os tranquilizei dizendo que não. Não há qualquer previsão de que isso retroaja para examinar os casos já deferidos. Isso será daqui para frente. Naturalmente que os casos deferidos, os que estão subjudice, os que estão em investigação do Ministério Público em inquérito civil público, os que estão em investigação pelo Tribunal de Contas da União, que remete ao Ministério Público Federal quando entende que isso há ocorrência, naturalmente que esses casos ainda estão abertos. Então não há qualquer previsão, Sr. Presidente, de que haja essa revisão do que foi deferido no passado. Então o objetivo é um só: amoldar essa lei de Anistia, a lei de reparação, a Lei 10559 de 13 de novembro de 2002, portanto anterior a era Lula, digamos assim, que foi tão aplicado durante o governo Lula, é fazer com que haja um critério. Qual é o critério? O critério é o do prejuízo. Qual foi o prejuízo material que a pessoa teve e que, portanto, o Estado deve reparar. Se isso também for possível porque muita gente foi subempregada, muita gente não tem como, por exemplo, demonstrar o seu ganho. Muitos ficaram na clandestinidade. Esses permanecem na situação do arbitramento atual que já é feito pelo Ministério da Justiça. De sorte que o dano moral da mesma forma hoje ele é só deferido pela Justiça vai verificar qual a extensão desse dano. Então a portaria do Ministro vai dizer qual a extensão do dano material e qual a extensão do dano moral. De sorte que o parecer é para que fique redigido da seguinte forma: O art. 3º, § 2º, inciso I, passa a ter a seguinte redação: *A portaria do Ministro de Estado da Justiça deverá discriminar os valores relativos aos danos morais dos valores relativos aos danos materiais. Inciso II: dos danos materiais, serão deduzidos os valores percebidos pelo anistiado em razão das atividades econômicas exercidas durante o período em relação ao qual peticiona a reparação econômica de caráter indenizatório.* E é só. Isso porque, em primeiro lugar, eu repilo a oitiva prévia do Tribunal de Contas da União, porque ele não é órgão consultivo. Também dou parecer contrário a que um representante do Tribunal de Contas integre aquele colegiado, a chamada Comissão de Anistia, porque também um membro do Tribunal de Contas da União não pode estar ali. Igualmente, não concordo com que as decisões sejam por consenso, porque é regra no Brasil, e aqui é um exemplo: estamos na Comissão de Constituição e Justiça, e a minha opinião pode ser

acatada ou desprezada por maioria. E assim é em Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal. Não há nenhuma razão para que as decisões sejam tomadas por consenso. A declaração de suspeição por elos de amizade, ou inimizade, parentesco ou afinidade já é uma regra do Direito brasileiro, e não adianta colocar mais uma norma, porque é chover no molhado. Já é assim, e assim tem que ser feito. Da mesma forma, as declarações já são obrigatórias, e não vejo razão para existir. De forma que também faço uma adequação na ementa da lei, apenas com o intuito de clarear, que fica vazada nos seguintes termos: *Dê-se à ementa do PLS nº 517/2007 a seguinte redação: Altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político.* As demais alterações são as que já mencionei, Sr. Presidente. É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito vistas. Para não perder o prazo, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de colocar a matéria em discussão, pediram a palavra o Senador Pimentel, o Senador Randolfe, o Senador Inácio Arruda, o Senador Crivella...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – Nós queremos simplesmente pedir vista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É para pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só quero saber o seguinte: se é para discutir a matéria ou se é para pedir vista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É para pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vista concedida em conjunto: Senador Aloysio, Senador Pimentel, Senador Randolfe, Senador Crivella, Senador Inácio Arruda, Senador Vital do Rêgo. Diante da vista coletiva, a matéria volta na próxima semana.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para ressaltar um detalhe só, e serei muito breve: a questão principal da questão da anistia é nós termos uma comissão da verdade. A experiência histórica mostra que o passado às vezes volta quando a gente não vigia. E há muitas pessoas que ainda choram, angustiadas e aflitas, a perda de seus filhos. Precisamos, acima de discutir danos mo-

rais e materiais, uma comissão da verdade. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo item da pauta seria o Item 3.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É vista coletiva, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva para o Item nº 2. Para o Item nº 3, V. Ex^a é o Relator e pediu retirada de pauta: V. Ex^a confirma a retirada?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu pediria a retirada para aperfeiçoar a matéria, de comum acordo com o autor, o nobre e eminente Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirado de pauta o Item nº 3.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou dar a palavra pela ordem. Quanto ao Item nº 6, há também um pedido de retirada de pauta. Está retirado da pauta. Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para V. Ex^a esclarecer quais Senadores pediram a vista coletiva na matéria anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os Senadores que pediram vista para a matéria anterior: Senador Randolfe, Senador Pimentel, Senador Inácio, Senador Crivella, Senador Aloysius Nunes, Senador Valadares e Senador Vital de Rêgo. Esclarecido V. Ex^a? Próximo item da pauta é o item 4.

ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2008 *Confere autonomia à Polícia Técnico-Científica, com base no disposto no art.24, XVI, da Constituição Federal.* **Autoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está com a p palavra, como Relator, para leitura.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Por economia processual, tendo em vista que a matéria já foi superada e o parecer foi pelo arquivamento, quero esclarecer à Comissão que, pela superveniência com a Lei 12030, de 2009, e no tocante a outros aspectos, essa matéria não é compatível com o texto constitucional. Por ser inconstitucional, opinamos pelo arquivamento. Se as Sr^{as} e Srs. Senadores quiserem, faço a leitura por completo da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é necessário. V. Ex^a já se manifestou pelo arquivamento. Em discussão a matéria. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma matéria da maior relevância. Tivemos oportunidade de conceder, no exercício de cargo de Governador, autonomia à polícia técnica de Santa Catarina, e os resultados, como pretendo apresentar no parecer em separado, foram extraordinários. De modo que eu gostaria que esta Comissão meditasse a respeito desta matéria, que considero da maior relevância. Peço vista da matéria, para que eu possa me pronunciar oportunamente sobre ela.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente para maior esclarecimento, a lei a que me referi, a Lei nº 12030, de setembro de 2009, já dispõe sobre a matéria objeto deste projeto, como dispõe o

Art. 1º. “Esta lei estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal.

Art. 2º No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

Então, já existe uma lei que garante essa autonomia. Então, será uma perda de tempo votar uma matéria que já está disciplinada em lei anterior e que está em seu inteiro vigor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse é o voto de V. Ex^a, mas sou regimentalmente obrigado a conceder vista ao nobre Senador Luiz Henrique, do item 4.

ITEM 7 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 787, DE 2009 *Obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.* **Autoria:** Senador Magno Malta **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. Concedo a palavra à nobre Relatora para proferir seu relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Antes de ler o voto Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras o ponto crítico desta questão levantado pelo Senador Magno Malta, com muita propriedade. A Lei 10438 é o marco regulatório da energia elétrica e trata da questão do uso do medidor na zona rural. Essa lei prevê obrigatoriamente um desconto na tarifa de energia para uso econômico. Não é o uso doméstico, mas o uso econômico. Para isso, Sr. Presidente, tem que haver um medidor separado. Um medidor do uso doméstico, da residência, e

o medido do uso, por exemplo, da irrigação de uma lavoura de tomate. É perfeitamente possível essa separação. Então, a lei obriga que o concessionário dê o desconto quando o uso é econômico, mas para isso esse medidor tem que ser instalado e a Aneel exorbita na lei e define e obrigue que esse medidor tem que ser colocado pelo produtor rural e não pela concessionária. É uma proteção explícita ao concessionário. Então, eu não consigo colocar o meu medidor, portanto, eu não consigo ter o meu desconto. E isso é uma obrigatoriedade da concessionária. E a Aneel ultrapassa a determinação da lei e condiciona: “Você quer o desconto, compra o seu medidor.” Isso não é função dos produtores rurais, especialmente, Sr. Presidente, os pequenos e médios, aqueles que precisam irrigar as suas hortas, os hortifrutigranjeiros deste País que são pequeniníssimos agricultores e não podem obedecer a essa determinação e ficarem sujeitos a ela. Portanto, nós queremos, com esse decreto legislativo, que a Aneel possa recuar da sua exorbitância e que os concessionários possam comprar os medidores e colocarem nas propriedades rurais para haver a separação da cobrança de tarifa de energia elétrica para fins econômicos. Muito obrigada. Ah, desculpe-me, deixe-me ler: “Trata do PDS nº787, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que pretende a suspensão de aplicação do art. 4º da Resolução Normativa nº207, de 9 de janeiro de 2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), determinando às concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógio de dupla tarifação para produtores rurais. Até o momento não foram apresentadas emendas ao projeto. Emenda nº 1 – CCJ, de redação: “Dê-se a emenda do Projeto de Decreto Legislativo nº787, de 2009, a seguinte redação. “Susta os efeitos do art. 4º da Resolução Normativa nº 207, de 9 de janeiro de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para obrigar as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional para os produtores rurais, relógio de dupla tarifação.” Quero apenas lembrar que os grandes produtores rurais – não os grandes de terra, mas de renda – não precisam dessa regulamentação porque há muito tempo já compraram os seus medidores, porque têm condições para isso. Essa lei vai atingir praticamente os pequenos agricultores, que não têm condição de comprar esse medidor, Sr. Presidente. Obrigada. Pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Cumprimos a nobre Senadora, relatora desta matéria, porque fala com propriedade, pela proximidade e o compromisso que tem com luta daqueles que procu-

ram fazer do nosso País um país desenvolvido a partir da sua produção rural. A Senadora tem razão quando estabelece um debate com concessionárias e com a própria Aneel sobre a dúvida – ou pelo menos a não dúvida dela – de quem deve arcar com o ônus para que os produtores possam acessar esse benefício. Eu só queria fazer uma ponderação, porque temos uma resolução, a 207, de 2006, da Aneel, que agora tem como sucessora a Resolução nº414, de 2010 que deverá entrar em vigor em setembro de 2011. E acho que é um assunto pertinente porque, se nós queremos fazer um benefício especialmente aos pequenos como falou a Senadora relatora, nós não podemos ter nenhuma dúvida sobre a eficácia dessa medida, desse projeto de iniciativa do Senado. Acho que nós temos uma dúvida, uma outra dúvida que eu quero suscitar, não só de quem arca com o medidor adicional, porque é exclusivo da irrigação e para os criadores de peixe, ou seja, para uma atividade econômica, mas a dúvida é se será repassado ou não qualquer custo para os consumidores. E aí eu quero aqui, então concluindo, com base no Regimento, pedir vista desta matéria e vou me debruçar sobre ela, associando-me àqueles que querem atender aos pequenos produtores, mas, ao mesmo tempo, não repassar mais custo para os consumidores de energia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Jorge Viana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vista coletiva, Sr. Presidente. Nesta matéria em que a Senadora Kátia é Relatora, nós pedimos que seja vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida, a pedido do Senador Alvaro Dias. A matéria volta na próxima quarta-feira.

Item 8 OFÍCIO “S” Nº 1, DE 2007 – Não Terminativo – *Encaminha decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil que acolheu proposta no sentido da “atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito”*. Autoria: Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Relator: nobre Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, o então Ministro Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Tarso Genro, encaminhou a esta Casa uma decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando

do atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sugere a seccional da Ordem dos Advogados que a nova regulamentação traga:

a) coibição ao desvio de foco e mudança de rumo das investigações, bem como a transformação de CPI em elemento rasteiro da luta política conjuntural;

b) respeito à intimidade das pessoas e das famílias e aos negócios particulares do cidadão, que têm sido levados ao público sem respeito a quaisquer limites;

c) respeito às prerrogativas dos advogados;

d) necessidade de apresentação de proposições legislativas nos relatórios finais das comissões, sempre que necessário ou conveniente para o resguardo de interesse público.

Pede ainda o documento encaminhado pela Ordem que se resguarde o direito dos advogados, reconhecido na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dando conhecimento, portanto, a esta Comissão da solicitação da Ordem, se algum Sr. Senador quiser tomar providência para apresentar um projeto de lei nessa direção, fica comunicada a solicitação da Ordem. Da mesma forma, além de nós próprios Senadores, também autoridade da Presidente da República pode encaminhar ao Congresso Nacional e, vindo da própria Presidência, também já há ciência da pretensão da Ordem dos Advogados. Dado ciência a este colegiado, sugiro, portanto, o arquivamento do presente pleito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, Senador Alvaro Dias, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu creio que o assunto oportuniza a lembrança de que é necessário reabilitar este instituto fundamental no exercício da atividade de fiscalização do Poder Legislativo, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Houve uma desmoralização proposital deste instituto. Há aqueles que imaginam ser inócua uma CPI. Ela não produz resultados. Eu cito aqui o exemplo de uma CPI que não tem nenhuma relação com interesses de governo e de oposição: a CPI do Futebol, que eu presidi no Senado. Ela recuperou para os cofres públicos R\$129 milhões de tributos. Portanto, só esse fato justificaria a instalação daquela CPI. No entanto, não foi apenas a recuperação de R\$129 milhões de tributos. Nós tivemos uma nova legislação a partir da CPI, o Estatuto do Torcedor, a Lei de Responsabilidade Social do Desporto, enfim, avanços fundamentais na legislação para moralizar a gestão administrativa do

desporto nacional. Esse é apenas um exemplo, nós poderíamos citar inúmeros outros.

Sinto que há um espaço vazio ou um vácuo entre a finalização de uma CPI e as ações dela decorrentes, no Ministério Público e no Poder Judiciário. Até por esta razão apresentei há algum tempo um projeto que não foi alvo de deliberação ainda por esta Comissão, que, se aprovado, autorizaria o Poder Legislativo constituir advogado dos seus próprios quadros – portanto, sem despesa alguma a mais – para acompanhar os desdobramentos da CPI, com a possibilidade inclusive de peticionar. Muitas ações judiciais tramitam lentamente na esfera do Judiciário porque, muitas vezes, não há o interesse da parte que deveria acusar, e do outro lado há todo interesse, com advogados regidamente remunerados, adotando expedientes protelatórios, para que, ao final, prescrevam as ações e aí se possa afirmar que acabou em pizza, como se afirma constantemente. Aliás, quando se afirma que uma CPI termina em pizza, muitas vezes se afirma a verdade, apenas o endereço é errado. O endereço que colocam para esta afirmação é o Poder Legislativo, e, na realidade, esse endereço é um equívoco porque o Poder Legislativo concluiu o seu trabalho, realizou investigações, apresentou conclusões, indiciou pessoas, encaminhou ao Ministério Público. Depois, evidentemente, não cabe a ele Poder Legislativo definir a conclusão dos procedimentos. Portanto, essa matéria é extensa, este debate se prolongaria, mas eu creio que o relatório do Senador Demóstenes Torres nos deu a oportunidade de fazer essa exposição sobre aquilo que nós imaginamos deva ser um dos desafios do Congresso Nacional, especialmente do Senado, que é o de reabilitar esse instituto essencial que é o instituto da comissão parlamentar de inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para debater, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, o próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques. Em seguida, a Senadora Kátia Abreu. Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, acompanho o Senador Alvaro Dias na necessidade que esta Casa tem de valorizar o instituto da CPI. Primeiro, uma vez que a CPI é um instrumento das minorias parlamentares e a Constituição preserva isso no art. 58, §3º. Existem duas legislações no Brasil que tratam de CPI. A Lei 1.579/52, e a Lei 10.001/2000. A Lei 10.001/2000 já estabelece a obrigação ao Ministério Público de ter um prazo legal para dar prosseguimento aos trabalhos elaborados pela CPI. Mas, Senador Alvaro, muito mais do que nós discutirmos a CPI, nós

temos que discutir aqui nesta Casa o tempo que um processo demora em tramitação na República Federativa do Brasil. Existe um dado que afirma que um processo judicial no Brasil demora em média 12 anos, enquanto no Chile o processo demora 8 meses. Isso é uma vergonha. Um Senador cujo busto se encontra lá no Plenário, Rui, Barbosa, no início do século XX diz que justiça tardia não é justiça, é injustiça. Então, acompanho a fala de V. Ex^a, mas nós temos que discutir a demora nos processos judiciais. Eu, como Procurador da República, Sr. Presidente, depus em três CPIs nesta Casa: a CPI do Bingo, a CPI do Banestado e a CPI do Narcotráfico. Até hoje existem processos em andamento e nada se resolveu em razão dos trabalhos da CPI. Nós temos que valorizar a CPI, mas temos também, sobretudo, de trabalhar para que o processo judicial seja um instrumento de dignidade e dê ao cidadão resultado, absolvendo ou condenado, num prazo que seja razoável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, para discutir, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, apenas para complementar, nós precisamos, além de todas essas propostas da OAB, também modificar algumas prerrogativas de exigências da CPI, hoje, que tornam quase que impossível a sua instalação ou a convocação de pessoas pela vontade dos Senadores e Deputados Federais para serem inquiridas. Por exemplo: um requerimento para instalar uma CPI, Sr. Presidente. Hoje, é necessário um terço para a instalação da CPI, portanto, 27 Senadores. Nós poderíamos apresentar, em conjunto, um projeto que pudesse reduzir o número de Parlamentares para a instalação de uma CPI, como, por exemplo, um quarto, ou um quinto. E também no que diz respeito à quebra de sigilo bancário e fiscal, Sr. Presidente. É necessário que possamos simplificar esses *quoruns* para que as CPIs possam ter andamento satisfatório aqui dentro desta Casa e, portanto, a própria Casa não perder a credibilidade pela sociedade – ao passo que todas as CPIs da Casa, não só neste Governo, mas nos demais Governos, acabam em pizza. Portanto, garantir à minoria a instalação da CPI com um número menor de parlamentares nas assinaturas e, também, um número menor de parlamentares, uma maioria simples, na quebra de sigilo fiscal e bancário dos participantes, dos acusados, enfim, dos inquiridos por uma CPI no Congresso Nacional. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, primeiro, o ofício trata de um tema fundamental para o exercício da atividade parlamentar. Aliás, Presidente, remonta a história que o surgimento, que a introdução das comissões parlamentares de inquérito no nosso ordenamento constitucional tenha sido na Constituição de 1946. Logo a Constituição de 1946, que foi uma constituição redemocratizadora, logo após o regime do Estado Novo. Portanto, comissão parlamentar de inquérito é um instrumento do Parlamento e é um instrumento da democracia. Todas as vezes que o nosso ordenamento constitucional se democratizou, esse instituto foi valorizado. Assim foi na Constituição de 1946, assim o é agora no atual Texto Constitucional de 1988, e nesse período que é o mais longo período de estabilidade democrática, de alternância de poder emanado do voto popular da nossa história. Portanto, a matéria apresentada propõe a regulamentação de uma lei de 1952, que é a Lei nº 1.579. Creio pertinente o tema provocado pelo ofício em análise. E creio, Presidente, até na esteira do que foi colocado pelo Senador Pedro Taques e pela Senadora Kátia, que tínhamos que aproveitar esta oportunidade para aprofundar o debate do tema. Creio que seria interessante, a partir desse ofício, pensarmos na constituição de uma subcomissão aqui da CCJ para dialogar, para debater sobre a necessidade que há de modernização da Lei nº 1.579. E creio que nós... Bom, o atual texto constitucional estabelece o pré-requisito de um terço para a instalação das comissões parlamentares de inquérito. Logo, a modificação desse dispositivo só por matéria emanada de uma nova proposta de emenda constitucional. Esse conjunto me parece que são temas que poderiam ser aprofundadamente debatidos pela nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e apresento aqui essa sugestão de nós designarmos uma subcomissão para debater e tratar do tema proposto agora pela Senadora Kátia e proposto pelo ofício, que é modernizarmos. Creio que é mais do que premente, necessário e urgente modernizarmos a Lei nº 1.579.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– De minha parte, só honrará.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse tema é muito importante, porque temos que nos recordar que o Poder Legislativo, esta Casa, a Câmara dos Deputados, no século XX, perdeu espaço para o Executivo, em razão da criação de legislação de emergência, como o *decreto legge*, na Constituição italiana, como o decreto-lei a partir das constituições autoritárias brasileiras, medida

provisória na Constituição de 88. O Executivo vem se adonando, vem se assenhoreando de atribuições que são do Poder Legislativo, isso no século XX. O Legislativo deve atender à Constituição da República e exercer uma das suas atribuições mais importantes, que é a fiscalização. E essa fiscalização se faz por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito. Dessa feita, Senador, concordo inteiramente com V. Ex^a sobre a necessidade de nós repensarmos o papel da Comissão Parlamentar de Inquérito até para que o art. 2º da Constituição da República seja respeitado. Notadamente, Sr. Presidente, em Estados como o nosso, temos o que – mais uma vez, citando Rui Barbosa – ele dava o nome de “presidencialismo imperial”, muita força do Poder Executivo em detrimento do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Concluiu, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Concluí, Presidente. É nesse sentido. Só quero encaminhar esta sugestão: que nós não somente encerremos este debate aqui, que nós encaminhemos a ideia... Apresento aqui a proposta de uma subcomissão para debater a 1.579, de 52. Pode ser outra sugestão, mas devemos aproveitar a oportunidade do ofício emanado da decisão do Conselho Pleno da OAB para debatermos o tema, pela necessidade de modernizarmos essa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, eu faço uso da palavra para parabenizar o Senador Demóstenes por ter despachado para o Arquivo esse ofício da OAB. Ou manda para o Arquivo, ou faz aquilo que a OAB quer e transforma a CPI naquilo que é a visão da OAB. Penso que é de bom-tom e de saúde para o Brasil no que diz respeito ao processo investigativo, eu que presidi algumas CPIs no Congresso Nacional, quando fui Deputado Federal, a CPI do Narcotráfico... E se ela não tivesse a força, se CPI não tivesse a força... Está aqui o ex-Governador do Acre Jorge Viana, está aqui o hoje Senador Petecão, que sabem da importância dessa CPI no Acre. Foram cinco dias de tensão. O Pedro era o Procurador Federal. Aqui é outro capítulo dessa história da prisão do Arcanjo e de tantos outros, de que o Procurador Pedro hoje Senador fez parte, e essa CPI foi vital, foi vital. Os poderes de uma CPI... Penso que a Ordem poderia colaborar de uma outra forma. Quando os advogados que estão envolvidos com o crime vem às barras da CPI, a sociedade não recebe da instituição. Muito pelo contrário, a proteção dos advogados é algo que ocorre em primeiro plano. Na CPI do Narcotráfico, eu

mandei prender um advogado em Campinas e, depois, sofri uma representação da Ordem. Agora, na CPI da Pedofilia, na questão do monsenhor de Alagoas... O advogado do monsenhor de Alagoas, gravado, filmado, coagindo os coroinhas, ameaçando de prisão, dizendo que tinha prisão da Interpol na mão dele e mandado de prisão do juiz quando juiz nenhum dá mandado de prisão a advogado, mentindo, coagindo... Eu retirei esse advogado da sala, da audiência e sofri uma representação da Ordem. A CPI deve ter mais poder do que já tem hoje, e eu falo do resultado de uma CPI do Narcotráfico e CPI de Pedofilia que pautou o País, que pautou o mundo, e os resultados disso... Hoje mesmo, Senador Demóstenes, V. Ex^a, que relatou essa CPI e sabe, eu recebi os resultados do computador do Sr. DJ Marlboro, o senhor vai cair de costas, o senhor vai cair de costas. Se essa CPI, meu Presidente, dependesse de quebra de sigilo do Judiciário, esperasse o Judiciário na sua morosidade... Se nós dependêssemos de tratar com as telefônicas, porque parece que eles fazem de propósito quando se pede uma quebra de sigilo telefônico... É preciso que haja um exame muito sério para ver se há parente envolvido, para dizer assim “não encontramos”... Como é que se quebra o IP de um computador que foi pego na internet se a internet não funciona sem linha telefônica? Então, tudo isso foi quebrado por conta dessa CPI. Nós abrimos o sigilo da maior operadora de internet do planeta, a Google, e pautamos o mundo, pautamos o mundo.

Os pedófilos presos no mundo a partir da CPI da Pedofilia; foram informações entregues à Interpol a partir da CPI da Pedofilia do Brasil. Então, Sr. Presidente, o Senador Demóstenes, como Promotor, ex-Secretário de Segurança, Procurador, conhecedor da lei, um Senador da República – e eu tive o privilégio de tê-lo como relator na CPI da Pedofilia –, mais do que ninguém sabe as razões pelas quais esse ofício tinha de ir, de fato, para o arquivamento. E é preciso, realmente, que se revejam as CPIs, mas para ver que poder mais ela pode ter para poder colaborar com aqueles que combatem o crime no Brasil; aqueles que combatem o crime com um poder célere, para auxiliar o Ministério Público, auxiliar os inquéritos, auxiliar as pessoas de bem que querem fazer justiça no País. Por isso, estou aqui para parabenizar o Senador Demóstenes e dizer, mais uma vez, que lamento. Eu sabia que esse ofício estava aí, mas eu não tinha dúvida de que, certamente, ele morreria aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 9: OFÍCIO “S” Nº 38, DE 2007 – Não terminativo – *Encaminhando ao Senado Federal, para conhecimento e análise, Proposta de Reforma Tributária elaborada pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE.* Autoria: Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais. Relator: nobre Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra a S. Ex^a para proferir o seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) enviou ao Presidente do Senado um estudo para simplificação do Sistema Tributário Nacional e para ser o esboço da chamada Reforma Tributária. É um estudo muito interessante que trata, especificamente, do aperfeiçoamento e da simplificação do Sistema Tributário Nacional, o novo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação Mercadorias e sobre Proteção de Serviços de Qualquer Natureza, partilha de receita entre os Entes Federados, vinculação da receita de tributos, administração tributária e carreiras do Fisco. Entre outros temas, vai discutindo sobre impostos, contribuições, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, o Simples nacional, ampliação de imunidades estaduais, o novo ICMS, as competências legislativas, o que deve fazer o Confaz, o papel das Assembleias Legislativas, o campo de incidência do novo ICMS, a não cumulatividade, os benefícios fiscais, partilha de receita entre os Entes Federados – já mencionada – com percentuais dos fundos de participação nas receitas da União (FPM, FPE, FPR, FPEX e FDE), repartição da parcela para os Municípios, e assim por diante. É um estudo complexo, longo e muito bem feito, de sorte que sugiro a V. Ex^a que retire uma cópia e envie a cada Sr. Senador para estudo e, no momento em que houver discussão de uma reforma tributária nesta Casa para que, inclusive, os membros da Febrafite sejam chamados aqui em uma audiência pública para discussão. Por enquanto, sugiro o arquivamento do Ofício “S”, como eu disse, precedido da remessa de cópias do estudo aos Srs. Senadores. É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10: REQUERIMENTO Nº 857, DE 2010 – Não terminativo – *Requer seja encaminhado voto de felicitação à Rede Paranaense de Comunicação*

(RPC TV), que completou 50 anos, levando a quase 3 milhões de domicílios do Paraná a programação da Rede Globo de Televisão, por meio de oito emissoras afiliadas: Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranavaí. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para fazer seu relatório.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, as minhas homenagens ao Senador Flávio Arns, hoje Vice-Governador do Paraná. Não sou muito afeito a esse tipo de voto, mas também não tenho nenhuma razão para me opor a ele. Por essa razão, o meu voto é favorável à aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovada. A matéria vai ao Plenário.

Requerimento sobre a mesa. Requeiro, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma nova subcomissão temporária, composta por cinco membros, para, no prazo de 90 dias, analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. Justificação. O encerramento da 53^a Legislatura implicou o fim dos trabalhos da Subcomissão Temporária para Reforma Administrativa do Senado Federal, constituída no dia 10/02/2010, para analisar o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 96/2009. Note-se que o Ofício nº 5/2010, da Presidência, pelo qual a Subcomissão deu ciência ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o encerramento de suas atividades. Reconheceu ser necessário dar encaminhamento ao resultado dos trabalhos realizados, bem como dar continuidade ao exame da matéria. Importante observar ainda que, ao examinar o relatório final da mencionada Subcomissão, o nobre Senador Pedro Simon formulou um conjunto de emendas ainda pendente de exame. Diante do exposto, impende à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a criação de nova Subcomissão Temporária para a Reforma Administrativa do Senado Federal, com vistas à continuidade dos trabalhos da equivalente Subcomissão da 53^a Legislatura, em análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009.

Em discussão a matéria. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a matéria.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Questão de ordem, Senador Petecão.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, para efeito de esclarecimento. O Item 1 da nossa pauta é um projeto do qual sou Relator. Foi pedida vista conjunta. O que significa vista conjunta? É que, na próxima reunião... Eu gostaria de saber desta Mesa qual é o entendimento da vista conjunta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Foi concedida vista a mais de um membro, e os Srs. Senadores que pediram vista terão acesso ao processo para apresentação, se for o caso, de voto em separado, na próxima quarta-feira. Como é vista conjunta, a matéria volta na próxima quarta-feira.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Isso significa dizer que o projeto estará na pauta da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Na pauta da próxima quarta-feira. Regimentalmente, estará na pauta da próxima quarta-feira.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – É porque, com essa audiência maravilhosa da TV Senado, o povo acreano está numa expectativa muito grande, porque talvez os senhores não tenham a dimensão do que representa isso para o povo do Acre, mas lá existe uma expectativa muito grande.

Obrigado, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12 h 01 min)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dois de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Piementel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella,

Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Álvaro Dias, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, João Ribeiro, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Gilvam Borges, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Demóstenes Torres, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Justifica ausência o Senador Francisco Dornelles. Usa da palavra o Senador Pedro Simon. O Presidente registra presença honrosa do senhor Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Passa-se à deliberação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2011** Encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta sobre as providências cabíveis a serem adotadas quanto ao Ofício nº 453/2011-SPR, de 8 de fevereiro de 2011, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que cientifica sobre a publicação do julgado proferido no Processo Administrativo nº 4014-72, da relatoria do Ministro Marcelo Ribeiro, no qual o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo ocorrido no Estado do Acre no dia 31 de outubro de 2010 e homologou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral. **Autoria:** Presidente do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pelo recebimento e conhecimento da matéria veiculada na Consulta nº 001, de 2011, e, no mérito, pela imposição jurídica de expedição de Ato Declaratório pelo Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional, nos seguintes termos: O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 4º. do Decreto Legislativo nº. 900, de 1º de dezembro de 2009, e tendo em vista a homologação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, do referendo havido no Estado do Acre na data de 31 de outubro de 2010, faz saber que as disposições da Lei nº. 11.662, de 24 de abril de 2008, tiveram sua eficácia encerrada, no que se refere ao Estado do Acre, na data da publicação da decisão homologatória do resultado do referendo, pelo Tribunal Superior Eleitoral, assegurada a sua aplicação até 05 de março de 2011. Em 23/02/2011, foi concedida vista aos Senadores Pedro Taques e Vital do Rego, nos termos regimentais. Em 01/03/2011, foi recebido o Voto em separado do Senador Pedro Taques, que conclui no sentido de ser comunicado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal que, no entendimento desta Comissão, o referendo

convocado pelo Decreto Legislativo nº 900, de 2009, independentemente de seu resultado, não tem capacidade de determinar alteração no conteúdo da Lei nº 11.662, de 2008, que somente pode ser modificada por outra lei, em sentido formal; não há, assim, ato administrativo a ser editado por esta Casa ou pelo Congresso Nacional sobre a matéria, devendo, entretanto, o expediente encaminhado pelo Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que originou a presente Consulta ser encaminhado, em cópia, à Câmara dos Deputados e publicado no Diário do Senado Federal, para conhecimento de todos os membros do Congresso Nacional; **Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do relator. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006** Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 02/03/2011, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Marcelo Crivella. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues e Ciro Nogueira, nos termos regimentais. ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2007** Altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta. Em 23/02/2011, foi concedida vista aos Senadores José Pimentel, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares e Vital do Rego, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2008** Confere autonomia à Polícia Técnico-Científica, com base no disposto no art. 24, XVI, da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos

Valadares. **Relatório:** Pelo arquivamento do Projeto. Em 23/02/2011, foi concedida vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. Em 01/03/2011, foi recebido o Voto em separado do Senador Luiz Henrique, que conclui pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2010** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e contrário à Emenda nº 1. Em 23/02/2011, foi concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Vital do Rego, nos termos regimentais. Em 02/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alvaro Dias, que recebeu Parecer contrário durante a discussão. **Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1. Votam vencidos os Senadores Luiz Henrique, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, para a Emenda nº 1. ITEM 6) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2009** Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. **Autoria do Projeto:** Senador Paulo Paim. **Autoria da Emenda nº 1-PLEN:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen. ITEM 7) Não Terminativo PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 787, DE 2009** Obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 23/02/2011, foi concedida vista aos Senadores Jorge Viana e Alvaro Dias, nos termos regimentais. Em 01/03/2011, foi recebido Relatório reformulado pela Senadora Kátia Abreu. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 8) Não Terminativo POSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2010** Dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior para a qualificação profissional. **Autoria:** Senador Geovani Borges e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Proposta. COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA:** Tendo em vista a aprovação do REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CCJ de criação de nova Subcomissão Temporária, composta por cinco membros, para análise do Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009 (Reforma Adminis-

trativa), o Senhor Presidente designa os Senadores Eduardo Suplicy, Vital do Rego, Ricardo Ferraço e Cícero Lucena para comporem a referida Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às treze horas e vinte e nove minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom-dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, distribuída aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam e que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens 1 a 8.

Antes de dar início ao primeiro item da pauta, registro a presença honrosa do Dr. Ophir Cavalcanti, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a quem convido a sentar aqui à mesa, para abrilhantar os nossos trabalhos no dia de hoje.

ITEM 1 Não Terminativo

CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2011

Encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta sobre as providências cabíveis a serem adotadas quanto ao Ofício nº 453/2011 – SPR, de 8 de fevereiro de 2011, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que cientifica sobre a publicação do julgado proferido no Processo Administrativo nº 4014-72, da relatoria do Ministro Marcelo Ribeiro, no qual o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo ocorrido no Estado do Acre, no dia 31 de outubro de 2010, e homo-

logou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Autor: Presidente do Senado Federal

Relator: Senador Sérgio Petecão

Observações: No dia 23/02/2011, foi concedida vista aos Senadores Pedro Taques e Vital do Rêgo, nos termos regimentais.

Em 1º/03/2011, foi recebido voto em separado do Senador Pedro Taques.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para proferir o voto em separado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, eu fiz o voto em separado. Fiz chegar à Secretaria desta Comissão e restou distribuído a todos, penso, o voto em separado.

Sr. Presidente, indago a V. Ex^a se eu preciso fazer a leitura inteira do voto ou posso argumentar em cima do voto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pode escolher da maneira que V. Ex^a achar conveniente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bom, muito obrigado.

Penso que esta questão aqui, Sr. Presidente, não diz respeito só ao Estado do Acre. Inicialmente, eu digo isso. Ela diz respeito a se esta Casa e, mais especialmente, esta Comissão cumprirá o seu dever constitucional de zelar pela Constituição da República.

Penso que a participação de um Senador da República na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça, deve pautar-se, conforme diz a Constituição e o art. 58 do Regimento Interno, por um entendimento jurídico-constitucional. Lá em plenário, o entendimento pode ser político-constitucional, coisas totalmente diversas, totalmente diferentes.

Por que digo isso? Temos acompanhado, muitas vezes em razão do que pode ser denominado de interpretação governamental, entendimentos diversos da Constituição, tendo em conta o momento histórico por que o nosso País passa. Nós poderíamos chamar isso, Sr. Presidente, de efeito “x” da hipocrisia política.

Dou dois exemplos disso. No tocante à medida provisória, ontem aprovamos uma medida provisória, um texto, no tocante ao seu mérito absolutamente importante, que trata da criação da Autoridade Pública Olímpica.

No entanto, em seu texto enxertado de forma contrabandeada, o art. 7º, que não encontra nenhum respaldo na Constituição. Lá, o entendimento, penso, possa ser político-constitucional; aqui, deve ser jurídico-constitucional. Eu, como Senador da República, jurei cumprir a Constituição. Tendo em conta o que

resultou da mudança do horário do Estado do Acre, precisamos fazer algumas incursões na Constituição da República. E o faço de uma forma bem rápida para não cansar a todos aqui.

A Constituição da República estabelece em seu art. 59 as espécies normativas. Cada uma das espécies normativas tem um objetivo, tem uma atribuição. Lei, está lá no art. 59, regra as matérias do art. 48; decreto legislativo, as matérias do art. 49. Decreto legislativo não pode mudar lei; decreto legislativo não pode mudar lei, essa é uma construção antiga no Brasil, inclusive no Direito Comparado decreto legislativo não pode mudar lei. Nós tínhamos um decreto de 1913 que regra o horário dos Estados da Região Norte. Esse decreto que regra o horário dos Estados da Região Norte foi criado não tendo em vista conveniência ou oportunidade política. Ele leva em conta o ciclo da vida; ele leva em conta a realidade a que exista a cada 15 graus a partir que se caminhe para o oeste. Portanto, existe aqui uma razão científica para que esses horários possam ser estabelecidos de forma diversa. O Decreto de 1913 leva em conta isso.

A lei que modificou esse decreto é de 1998, a de nº 11.662, de 2008. Com todo respeito a essa criação legislativa, essa lei só levou em conta aspectos políticos, não levou em conta aspectos científicos e naturais da realidade da população do Acre. Muito bem, existe essa lei. Depois da promulgação dessa lei, que, em nenhum momento, trata de condição suspensiva ou resolutiva. O que isso significa? A lei vale até que seja declarada inconstitucional, ou até que outra lei a revogue, ou até que a lei, se ela assim estabelecer em uma condição resolutiva ou suspensiva, estabeleça a possibilidade de uma consulta popular nos termos do art. 14 a modificá-la. Não é o caso da Lei nº 11.662. Em nenhum momento, ela estabelece a possibilidade da existência de um decreto legislativo para que se realize uma consulta popular para que possa modificar essa lei.

Sr. Presidente, nós todos conhecemos a história do Acre, eu já morei no Acre, conheço a história desse povo que quis ser brasileiro, escolheu ser brasileiro a partir da chamada questão do Acre. Nós todos conhecemos isso. Nós todos conhecemos o Tratado de Petrópolis, que incorpora o Acre, para nossa alegria e também para satisfação daquele povo, à República Federativa do Brasil. Agora, nós não podemos aqui aplicar a ética consequencial. O que é isso? Não podemos justificar um erro com outro erro. Entendo que os fins não justificam os meios.

Estou aqui, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania defendendo a Constituição. O referendo é algo democrático. A Constituição da República, no

art. 1º, estabelece que a nossa democracia deve ser participativa, deve ser dialógica. O instituto da consulta popular deve ser usado muitas vezes na República Federativa do Brasil. Sou um daqueles que defende que esta democracia, Senador Demóstenes, deve ser mais participativa e que tenhamos de utilizar mais da consulta popular. Agora, o art. 1º, §1º, da Constituição afirma o seguinte: que a consulta popular será realizada nos termos desta Constituição.

Imaginem, se nós entendermos que esse decreto legislativo revoga ou retira a eficácia da Lei nº 11.662, qual horário vai valer no Estado do Acre? Aquele previsto no Decreto de 1913, que já havia sido revogado pela lei cuja eficácia estamos retirando?

Ficariamos aqui num vácuo legislativo, o qual não se encontra presente na Constituição da República. Não podemos, por questões políticas, ter um entendimento governamental da Constituição da República. O entendimento da Constituição, sua interpretação, deve levar em conta os métodos por todos aqui conhecidos.

Entendo que esse horário não poderia ser mudado por essa Lei nº 11.662. É da natureza do cidadão que acompanhamos o horário que vem desde o meridiano que passa sobre Londres, como todos sabemos. Qual a solução que deve ser ofertada aqui, Sr. Presidente, e que se encontra narrada no voto? O decreto legislativo não pode retirar a eficácia da Lei nº 11.662. Se o decreto legislativo retirasse a eficácia dessa Lei, o Estado do Acre ficaria sem um fundamento legislativo para o estabelecimento do seu horário.

E há mais, Sr. Presidente: digamos que esta Casa, por um terço dos seus membros, dê nascimento a um projeto de decreto legislativo, que, depois, seja aprovado por maioria simples nesta Casa, e autorize, por exemplo, um referendo no Estado de São Paulo, para subtrair o Estado de São Paulo da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso não é possível, porque essa competência não é da unidade federada do Estado de São Paulo, como a competência para legislar sobre horário não é da unidade federada estadual, mesmo se tratando de referendo. O referendo – quero ressaltar aqui este aspecto – deve ser utilizado na República Federativa do Brasil mais vezes. No entanto, com todo o respeito às posições contrárias, não foi uma utilização correta a que aqui se deu.

Encerrando minha fala, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – é tempo de concluir –, quero dizer que o horário do Acre, no meu modo de pensar, deve ser o de 1913, porque levou em conta aspectos científicos. A modificação desse horário por meio de um decreto legislativo não encontra respaldo na Constituição da República.

É o meu voto, Sr. Presidente, respeitando as posições contrárias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

Há um pedido de vista, e eu o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes da discussão, vou passar a palavra ao Senador Sérgio Petecão, que é o Relator da matéria. Na discussão, V. Ex^a será o primeiro inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes nesta sessão de hoje, vou começar lendo o parecer que a Advocacia do Senado fez.

Primeiramente, eu queria parabenizar o Senador Pedro Taques por essa aula de Direito que nos foi dada. Longe de mim querer discutir com o Senador a respeito da legalidade! Estou me atendo a uma decisão popular. O povo do meu Estado se manifestou. Hoje mesmo, recebi uma ligação do Município de Cruzeiro do Sul, em que uma senhora me disse o seguinte: “Petecão, quer dizer que nosso voto serve para eleger vocês, mas não serve para que um direito nosso seja respeitado? Escolhemos o horário em que gostaríamos de viver, mas nosso voto serve apenas para eleger senador, deputado federal, deputado estadual. Quando nossos direitos são colocados em questão, nosso voto não serve”. Eu lhe disse: “Tenha calma, que, hoje, na Comissão, a vontade do povo, tenho certeza, vai prevalecer”.

Vou ler aqui o parecer da Advocacia do Senado:

“Sr. Presidente do Senado Federal:

‘Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’ – art. 1º, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Todo poder emana do povo.

Consulto V. Ex^{as} sobre o procedimento que deve ser adotado para conferir-se plena eficácia ao resultado do referendo popular ocorrido no estado do Acre no dia 31 de outubro de 2010, no qual se questionou aos eleitores acreanos se eram a favor da recente alteração de horário legal promovida no seu estado.

Tal alteração de horário referia-se à concretização das disposições da Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008 – lei em relação à qual o nobre Senador Pedro Taques já se pronunciou contrariamente –, que, em síntese, extinguiu a quarta faixa do fuso horário brasileiro ou, mais precisamente a faixa atrasada cinco horas em relação ao horário de Greenwich, agregando o estado do Acre à terceira faixa, à qual originalmente pertencem

apenas os estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima.

Segundo o resultado, divulgado pelo Tribunal Regional Eleitoral naquele estado, a população respondeu “não” à consulta formulada, rejeitando, assim, as disposições legais que alteram o fuso horário daquela unidade (...).”

Meus irmãos, o parecer da Advocacia é longo, mas ressaltamos que, no começo do parecer, a advogada Roberta Simões Nascimento e o Advogado-Geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello, citam que “todo o poder emana do povo”. Isso já diz tudo. A Advocacia do Senado já disse tudo.

O que estamos querendo aqui, Srs. Senadores, é apenas que o direito do nosso povo, o direito da população acreana, seja respeitado. Acho que não é pedir demais.

Eu queria agradecer a presença do Dr. Ophir, que é o presidente nacional da OAB. Na semana passada, a OAB do nosso estado tomou uma posição diante do clima que estamos vivendo no Acre.

Vocês não têm ideia da audiência que agora tem a TV e a Rádio Senado, porque isso gerou uma expectativa grande lá em nosso estado. O povo está aguardando, o povo se pronunciou, o povo se manifestou, o povo foi às ruas. As pessoas que defendiam o horário que está em vigor, esse horário que foi mudado, que nos foi tirado, as pessoas fizeram campanha. O Governo do estado se manifestou, mas a população, nem por isso, deixou de tomar a decisão sábia.

Meus amigos, eu conversava hoje cedo com um advogado. Eu não quero aqui, de forma alguma, como foi dito na sessão passada pelo Senador Jorge Viana, politizar essa situação. Eu não estou politizando a situação, eu estou pedindo que se cumpra uma decisão que já foi tomada pelo povo do Acre.

Como é que nós, que somos representantes, imaginamos essa lei que está sendo discutida tramitar aqui no Senado. Como é que eu, Senador, eu e V. Ex^{as} vamos ter condição de votar uma lei sobre a qual o povo já se manifestou. Lógico que não tem sentido uma coisa dessas. Como é que vou votar, como essa lei sobre a qual a população do meu Estado já disse qual a sua decisão vai tramitar nesta Casa.

Teríamos evitado tudo isso que está acontecendo agora se a coisa tivesse sido feita dentro da legalidade. Ora, por que não fizeram o plebiscito antes dessa lei? Deveria ter acontecido o plebiscito. Se assim tivessem feito, nada disso estaria acontecendo.

Fizeram uma lei e deram a maior celeridade possível, mas não sei quais são os interesses que estão por trás dessa lei, só sei que não são os interesses do povo do Acre, porque o povo do Acre, na hora em que

foi chamado para dizer o que pensava e o que queria, se manifestou.

Meus colegas Senadores, penso o seguinte: na reunião passada, o Senador Jorge Viana fez a proposta de apresentar essa lei. Penso que poderíamos estar tomando uma decisão sábia. Vamos cumprir a decisão do povo acreano, fazer valer o referendo e, depois, os juristas apresentam essa lei, que vai tramitar aqui no Senado e também na Câmara. E aqui fica um conselho: que não cometam o mesmo erro que foi cometido na lei passada. Façam o plebiscito para que o povo possa se manifestar. Mas agora, de forma alguma, podemos cassar o direito do povo acreano.

Estou fazendo aqui este apelo, não em meu nome, aqui não tem debate politizado, mas em nome de centenas, milhares de acreanos que, com certeza, estão assistindo à TV Senado neste momento, que estão ouvindo a Rádio Senado, e estão nessa expectativa.

Fica aqui esse apelo. Tenho certeza de que V. Ex^{as} irão nos ajudar, ajudar o povo do Acre, porque esse apelo não é do Senador Sérgio Petecão, não é do Deputado Flaviano Mello, que está nos prestigiando. Ele foi o autor dessa proposta de referendo lá na Câmara. V. Ex^{as} não imaginam, mas esse debate já fluiu na Comissão de Justiça da Câmara Federal e os problemas que estamos enfrentando hoje aqui, já enfrentamos lá na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. São os mesmos e nós persistimos, lutamos e conseguimos levar ao Plenário da Câmara para que o referendo fosse colocado em prática. Foi votado na Câmara e veio aqui para nossa Casa. O autor da lei, o Senador Tião Viana, votou a favor do referendo. Mas agora o nosso referendo não tem mais sentido, infringe a Constituição.

E como Relator, penso que todo poder que emana do povo está sobre tudo, até porque estamos em uma democracia, é a democracia plena sendo exercida, é a vontade do povo, pelo amor de Deus!

Então, fica aqui o nosso apelo para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes nesta reunião de hoje nos ajude e ao povo do Acre, para que possamos ter o horário de Deus, como é chamado lá no Acre, de volta.

E as pessoas que defendem a lei, que permitam que volte o horário. Vamos cumprir o referendo e, depois, dar entrada nessa lei no Senado, para, depois, tramitar na Câmara. Não sei como os Senadores e Deputados irão se manifestar em relação a essa lei, mas o povo já se manifestou.

Obrigado, Sr. Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o primeiro orador

inscrito, Senador Demóstenes Torres e, em seguida, V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, hoje, pela manhã, tive oportunidade, agora há pouco, de conversar com o nobilíssimo Senador Sergio Petecão. O Senador me pedia apoio para um projeto ao qual sou extremamente simpático: o Acre voltar a ter seu horário natural. Ainda mais que uma consulta popular foi feita, e essa consulta popular deu, de forma categórica, que o acreano deseja, realmente, que aquele horário volte, o horário natural.

Mas eu dizia para ele que eu não tinha condição alguma de apoiá-lo nesse momento. Juridicamente, a posição da Casa, a posição da Advocacia-Geral da Casa – até estranhei completamente esta posição – é absolutamente equivocada, é ilegal. Por quê? Porque, como foi bem dito aqui, no voto em separado da lavra do Senador Pedro Taques, primeiro, foi elaborada uma lei. A lei é um ato complexo. Temos o Congresso Nacional, temos as duas Casas, e, por incrível que pareça, embora todos nós pertençamos ao Poder Legislativo, o Senado é uma Casa, a Câmara é outra Casa e o Congresso é outra Casa, que congrega as duas outras Casas com atribuições diferentes. E, ainda, para o aperfeiçoamento do processo legislativo, há uma sanção do Presidente da República. Envolve o Poder Executivo. E essa sanção ou veto... No caso do veto, ainda há possibilidade de nova modificação com manifestação do Congresso Nacional.

Então, os senhores vejam que as Casas discutiram esse projeto de lei, que, depois, virou autógrafo de lei, que, por sua vez, virou lei. A Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. A lei entrou em vigor; surtiu seus efeitos. Creio eu que o horário do Acre foi modificado em decorrência da lei que foi editada.

Vinte meses após – vinte meses após! – a edição da lei, entra-se com um projeto de decreto legislativo, para que se faça um referendo acerca da posição do povo acreano, para se saber se ele é favorável ou contra essa lei. O povo acreano disse: “sou contra”. Essa consulta foi feita agora, na última eleição, creio eu. Foi no segundo turno, pautado etc..

Muito bem! Temos duas espécies de consulta popular descritas na Constituição: o plebiscito e o referendo. No plebiscito, simplesmente busca-se ouvir a voz da população acerca de determinado tema, sem qualquer vinculação. Por exemplo, o Senador Jefferson Peres, já falecido, nosso querido Senador, tinha um projeto na Casa de decreto legislativo que submetia à população uns quinze temas. Por exemplo: aborto, redução da maioria penal, alistamento militar obrigatório, voto facultativo etc.. Queria ele saber a opinião

da população, de uma vez só, acerca desses temas. Independentemente de a população responder “a” ou “b”, isso não vincula o Congresso Nacional. Já no caso do referendo, é diferente. No caso do referendo, a lei deve prever, expressamente, que ela vai entrar em vigor após a consulta popular; ou determinado dispositivo daquela lei.

Tenho aqui, por exemplo, a última lei da qual me recordo, que, quando aconteceu, eu já estava aqui: a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que ficou conhecida como Lei do Desarmamento. O art. 36 da lei dizia o seguinte: “É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º dessa lei.” E o § 1º tinha um dispositivo. Esse dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular a ser realizado em outubro de 2005.

Essa lei foi sancionada pelo Senhor Presidente da República no dia 22 de dezembro de 2003. Em decorrência disso, existe um dispositivo, o art. 49 da Constituição, em um dos seus incisos, que estabelece que só o Congresso Nacional pode autorizar a feitura de referendo ou a convocação de plebiscito. Então, por conta disso – veja só, foi aprovada em 2003 –, no dia 7 de julho de 2005, após tramitar pelas duas Casas, nós aprovamos o Decreto Legislativo nº 780, de 2005, quase às vésperas já da eleição em que haveria esse referendo, quando estava marcada a data para acontecer o referendo. Foi feito o referendo, a população disse “não”, e esse dispositivo, o art. 35, não entrou em vigor. Perfeito! É isto que tem que ser feito: previsão em lei, decreto legislativo, consulta popular.

No caso vertente, não aconteceu isso. Peço desculpa ao Senador Sergio Petecão, repito, porque sou simpático à causa dele. Não se trata disso. Mas o fato é que foi feita uma lei, que entrou em vigor, e aí fizemos um decreto legislativo totalmente equivocado. E passou pelas duas Casas, como eu disse. Por quê? Porque já não dava mais para fazer o referendo de algo que estava vigendo. O referendo é uma consulta para se perguntar: vai vigor ou não vigor aquela lei ou aquele determinado dispositivo? Fez-se *a posteriori*, e a população foi à praça, foi às ruas, votou e disse “sou contra”. Qual é o efeito disso? O efeito, para fim de referendo, é nenhum, porque juridicamente isso não é viável.

Agora, isso pode ser entendido como um plebiscito para se revogar a lei que está vigendo, que eu acho que é o melhor entendimento. Quer dizer, a população lá já disse que não quer essa lei; essa lei não pode ser revogada dessa forma. Está aqui o Presidente da Ordem dos Advogados, que não pode falar nada porque é convidado apenas. Mas, certamente,

após esta discussão, se ousarmos aprovar este parecer, imediatamente ele vai entrar com ação direta de inconstitucionalidade.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com o maior prazer.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Absolutamente concordando com o que o Senador Demóstenes disse, penso, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que nós todos aqui sejamos favoráveis, ao menos em tese, à mudança dessa lei. Nós não podemos mudar horários estaduais tendo em conta a programação de televisão, horário que novela ou jogo de futebol entra. Não quero saber de novela, não quero saber de jogo de futebol. Aqui nós temos que decidir conforme diz a Constituição da República, e o único caminho que existe aí é o revelado pelo Senador Demóstenes. Só um projeto de lei – e nós da CCJ poderíamos e temos legitimidade para isso...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Poderíamos votar até de forma terminativa. Está aqui o Líder do Governo. Podemos assumir esse compromisso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. É isso, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Daqui a dez dias nós aprovamos aqui.

Então, só para concluir, eu vou votar com o Senador Pedro Taques lamentando profundamente. E acho que ele também lamenta, porque, no mérito, também deseja ele votar. Consultada a população, não há dúvida, nossa posição será a da população do Acre.

Agora, se tomarmos aqui uma medida que não é jurídica, o que vai acontecer? Nós vamos retardar esse processo, a Ordem vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade.

Ora, sinceramente, eu até gostaria de poder fazer isto: revogar uma lei por decreto legislativo. Nós nos reunimos aqui, preterimos definitivamente a autoridade do Presidente da República e muito bem. Mas também isso é um ato complexo, Sr. Presidente.

Então lamento não poder votar no mérito com V. Ex^a, que tem inteira razão nas suas argumentações. Mas juridicamente o caminho não é este. Juridicamente, só resta o arquivamento desse procedimento; mandar para a Mesa com a CCJ respondendo que a solução é a apresentação de um projeto de lei, que, se houver boa vontade de todos, podemos assinar em conjunto, e o Governo pode até... O Presidente da Casa pode determinar que seja terminativo na CCJ, no prazo mais exíguo possível. Tem o carnaval no meio, mas acredito que em quinze dias entregaremos essa tarefa à Câ-

mara, que também não se furtará em atender o desejo da população do Acre.

É esse o parecer, lamentando e respeitando a posição de V. Ex^a, Senador Petecão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, para discussão, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu queria agradecer a colaboração e a disposição do Senador Pedro Taques, tendo em vista que é também de um dos Estados que estão contemplados nesta lei. Acho que ele ajudou a qualificar a até a nos dar elementos para que possa esta Comissão adotar a medida que respeite a vontade do povo do Acre e, ao mesmo tempo, cumpra o que estabelece a Constituição. Eu acho que a fala dos dois nobres Senadores, Demóstenes e Pedro Taques... Tenho a convicção de que são pessoas dedicadas, dedicam suas vidas à luta pelo cumprimento da Constituição, e dão uma contribuição extraordinária a esta Casa.

Quanto a este tema, sei que há Senadores que podem estar estranhando um debate tão intenso. Ele, de fato, diz respeito à vida do povo do Acre. O Estado do Acre é o Estado que vive o quarto fuso horário do País. Quando entra o horário de verão, o Estado do Acre fica no horário de Nova Iorque. São três horas de diferença para Brasília. Isso é parte da geografia do nosso País. E é normal que tenha sido levantado um debate sobre como vamos fazer, num mundo de tempo real. Por quê? Porque também as instituições públicas, como o Ministério Público, que zela pelos interesses da sociedade, teve que entrar com várias ações envolvendo funcionamento de televisão, de rádio, de programação, que é parte da vida democrática do País. Daí a origem deste debate. Este debate tem origem nisto: funcionamento da sociedade acreana, principalmente nas três horas de fuso horário.

O Senador Tião Viana – e aí, por uma questão de justiça ao trabalho sério que ele desenvolveu aqui – tinha como propósito fazer uma consulta antes de apresentar a lei, Senador Pedro Taques, como o senhor sugere e confirma que era o adequado e como o nobre Senador Demóstenes também, por conta de, aparentemente, haver um consenso de que a mudança seria adequada. O Senador Tião Viana aprovou a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. Essa lei tramitou e foi aprovada, criando um fuso horário amazônico. Bem, com essa situação posta, houve um reclame dentro do Acre, das pessoas – estou procurando ser o mais preciso possível –, e o Deputado Federal Flaviano Melo, que está aqui presente, apresentou então, a partir des-

sa posição de pessoas, de setores da sociedade, uma proposta de se fazer o referendo, o Decreto Legislativo nº 900/09. E foi feito o referendo, que aconteceu no segundo turno da eleição passada, há poucos meses. E 56% da população respondeu – e aí, de novo, do mesmo jeito que não houve a consulta antes da Lei, o que teria sido o adequado – a uma pergunta simples: “Você é a favor da recente alteração do horário ou quer que volte o horário antigo?”.

Então, nós não estamos aqui... Eu queria fazer uma observação, já que fui citado, e inclusive o ex-Senador Tião Viana, pelo Senador Sérgio Petecão. Eu acho que não é adequado imaginar que nesta Comissão tenha alguém, que eu não ouvi, e não foi minha posição, que queira desrespeitar a vontade soberana do povo do Acre. Ao contrário. Este é o ponto de convergência. Pelo que posso ver, todos desta Comissão e desta Casa querem fazer valer a vontade do povo do Acre.

Eu, especialmente, falei na última sessão e repito aqui: eu só quero encontrar um mecanismo seguro, do ponto de vista jurídico, e fazer valer a vontade soberana do povo do Acre.

Então, eu queria aqui concluir e dizer que é um assunto que tem levantando um debate, sim, político, com outros interesses. Eu, particularmente, no segundo turno, não fiz um posicionamento público sobre esse tema, o Senador Tião Viana, na época, também não, porque era para a população decidir. A população decidiu e agora temos que fazer valer a vontade da população. Mas, o próprio Senador Pedro Taques, por ter pedido vista, há pouco estavam dizendo, em notas, no Acre, que ele estava atendendo interesse de Rede Globo ou de veículo de comunicação.

O Senador Eduardo Braga, por ter feito um questionamento à Mesa sobre a legitimidade ou a necessidade de ter uma lei ou não, também foi acusado da mesma coisa. Eu já estou acusado há muito tempo.

Os que acusam, indevidamente, o Senador Pedro Taques, que é um homem sério e deu aqui a sua contribuição, agora também vão ter que acusar o Senador Demóstenes de estar em conluio com alguma coisa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas, comigo não tem problema, não. Sou o culpado sempre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, mas o senhor deu uma contribuição muito grande.

Eu queria aqui apresentar uma sugestão, respeitando a posição do Relator, mas me prendendo ao conhecimento que acompanha a posição em separado do relatório do Senador Pedro Taques, que acho que deu uma contribuição, que esse assunto pode ser resolvido de forma objetiva por esta Comissão.

A lei entrou em vigor em 2008, o plebiscito aconteceu no segundo turno, recentemente. Será que é demais, para fazermos algo diante do Presidente da OAB, algo com segurança jurídica, que ninguém questione, que ninguém possa recorrer, será que não é certo, diante do Líder do Governo, diante do Líder de Minoria, nós acordarmos aqui, com a condução do Presidente desta Comissão, que a vontade do povo do Acre, estabelecida no referendo, tem que prevalecer.

Decide-se aqui num acordo, num prazo máximo de 30 dias, porque aí já estou passando, Senador Demóstenes, em 30 dias, – podemos colocar para o começo de abril e fazermos um esforço coletivo – criar e aprovar uma lei que, com o entendimento das lideranças desta Casa. Pode, sim, em 30 dias, andar, para atender o interesse do povo, e sairmos deste debate que não tem sentido. Trinta dias a mais não vai complicar mais do que já está complicado esse debate lá no Acre. Ao contrário, a maneira de resolver... Eu sempre, depois da consulta feita, sou inteiramente favorável. Eu só acho que do jeito que está, qualquer medida que não tem amparo na Constituição vai fazer com que esse debate aconteça nos tribunais, e do pior jeito. Então, é a maneira segura de a população ter atendida a sua posição, e o Senado também de preservar a Constituição.

Assim, eu queria me somar ao Senador Demóstenes. Era essa a proposta que eu queria trazer, Presidente, de que aqui ouvíssemos o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que está aqui na frente, fazermos um entendimento no sentido de, no máximo em 30 dias, com a colaboração do Presidente desta Casa, caminhar para em abril, no mais tardar meados de abril, fazermos valer o desejo da população do Acre, alterando a Lei nº 11.662, mas alterando, como estabelece a Constituição, com outra lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Randolfe Rodrigues.

Como há uma proposta, Senador Jorge Viana, tanto do Senador Demóstenes, que discutiu, como de V. Ex^a, regimentalmente, só cabe fazer-se esse acordo se houver, obviamente, a anuência do Relator. Não sendo isso, vamos à discussão e à votação, se não houver o entendimento e a anuência do Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Faça aqui um apelo, Senador Sérgio, faço um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, acho que enquanto o

Senador Randolfe faz a discussão, usa a palavra, V. Ex^a podia procurar fazer o entendimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, é o apelo que faço ao Relator, para que, em 30 dias, resolvemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Como Relator, concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Atendendo ao apelo dessa presidência, aliás, dos membros desta Comissão, e com o entendimento dessa presidência, vou pedir a retirada do processo, para que possamos fazer o entendimento. Ok? Podemos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirada.

O Sr. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Adiamento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Retirada.

O SR. (Bloco/PT – AC) – Reexame em processo, Sr. Presidente,

O SR. Por trinta dias que é o prazo.

O Sr. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Reexame da matéria, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas se há concordância do Relator em relação à forma proposta, há convergência em relação ao mérito, todos querem respeitar a soberania popular. O que não se concorda é com a forma porque, realmente, confronta com a Constituição. Se há concordância do Relator, não há porque não retirar definitivamente e já se trabalhar a elaboração de um projeto de lei que seja constitucional e jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, eu só quero entender a posição do Relator para não cometer aqui nenhuma quebra regimental.

Senador Petecão, V. Ex^a pede a retirada do projeto para haver uma discussão e voltará esse projeto *a posteriori*, ou um novo projeto. (Pausa.)

Retirado de pauta por solicitação do Relator Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Como vi, inclusive foi citado aqui por alguns orados, há uma proposta de 30 dias para que possamos com a maior celeridade possível, dentro da mesma celeridade que o projeto passado teve, nós possamos fazer valer a decisão. Estou entendendo que existe um sentimento de legalidade. Espero que não seja um sentimento de postergação; um sentimento da legalidade. Se realmente esse é o sentimento, estou aqui para fazer valer ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio ...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Até porque esse é um projeto que vai tramitar na Câmara.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode se aprovar para apresentar hoje, apresenta hoje; é um projeto simples.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k. O projeto está retirado de pauta para entendimento dos Senadores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Obrigado Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Como o Senador Sérgio está fazendo uma ponderação, acho que não pode pairar dúvida sobre a intenção da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, eu fiz uma pergunta e foi por unanimidade. Todos os Senadores estão presentes e estão dispostos a ajudar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos deixar essa discussão para o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, vamos deixar essa discussão e vamos buscar um entendimento. O projeto está retirado de pauta para encontrarmos a solução para essa questão demonstrada aqui por todos os Srs. Senadores, inclusive os que discutiram. V. Ex^a, os que discutiram e o Relator na busca de um entendimento para o cumprimento do desejo do povo do Acre.

Portanto, essa matéria está retirada de pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem .

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, para uma questão de ordem ou pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, V. Ex^a com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o questionamento do Senador Sérgio e o entendimento consensual do Plenário e da Mesa, eu queria que ficasse designado que não há nenhuma possibilidade ... Consultei aqui o Líder do Governo, que é o meu líder, também, e eu como vice-líder também estou empenhado ... Gostaria de sugerir, inclusive, que o nobre Senador Sérgio Petecão apresentasse um projeto de lei que nós encaminharíamos para tramitar o mais rápido possível para entrar em vigor em abril.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Hoje?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Encaminhar. Há um consenso das lideranças, maioria e minoria. Só para ficar na sua guarda a condução. Era só isso Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, eu agradeço a deferência do Senador Jorge Viana, mas eu gostaria que esta Comissão chamasse para si para que pudéssemos dar a maior celeridade possível. Eu agradeço o Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, a matéria está retirada de pauta para entendimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, para registrar o compromisso da Liderança do Governo para votar rapidamente esta matéria. Nós entendemos que, no mérito, o Senador Pedro Taques e o Senador Demóstenes Torres estavam com a razão, nós não poderíamos, por meio de um projeto de resolução mudar uma lei, não era possível fazer isso. Mas o mérito é completamente defensável; nós concordamos com o mérito da matéria e, portanto, no que depender da Liderança do Governo, o pedido de urgência ou terminativo, rapidamente serão feitas todas as providências necessárias para que ainda em março esse projeto possa ser aprovado, Senador Petecão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pediu o Senador Luiz Henrique. Com a palavra o Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apenas de uma forma prática, para que ficasse já estabelecido que a Comissão vai apresentar o projeto de lei e que esse projeto já fosse pautado para a reunião do dia 15, logo após o carnaval.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque depende...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Depende de V. Ex^{as}.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, tem três sessões e parece que semana que vem não tem sessão deliberativa. Então, em vez de marcar, é melhor alguém apresentar o projeto hoje – é um projeto muito simples –, fala-se....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E na primeira reunião possível, entramos em discussão com a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso, o Presidente dá um despacho dizendo que é terminativo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, só para esclarecimento. A minha assessoria aqui me comunicou que, se for apresentado pela Comissão, ele...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, a matéria está fora de pauta...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou lhe dar a palavra pela ordem. A matéria está fora de pauta, não está mais em discussão. Houve um entendimento da Comissão para darmos o devido procedimento com a anuência de todos, inclusive da Mesa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Excelência, eu fiz só um encaminhamento e aqui quero reconhecer o meu desconhecimento. Estou chegando na Comissão agora e fui orientado pela minha assessoria que, se for encaminhado pela Comissão, ele não é terminativo aqui. Tem que ser encaminhado por uma Parlamentar; só isso. E lá nós vamos tomar essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Faremos o entendimento de acordo com o que foi estabelecido pelos membros desta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eunício Oliveira, quero, primeiro, pedir desculpas a V. Ex^a pois a matéria já está vencida, sobre o referendo, mas eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia e quero aqui registrar com alegria a presença do Dr. Ophir Cavalcante, nosso amigo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Quero também dizer a V. Ex^a que, com relação ao que estávamos discutindo agora há pouco, sobre

o referendo do fuso horário do Acre, tenho um projeto na mesma linha: um referendo para a questão de alteração das horas do fuso horário do oeste do Pará e do Amazonas. O projeto está na Câmara dos Deputados; ou seja, parece-me que teve...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É melhor consultar o povo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...o caminho inverso. Eu não acompanhei o debate aqui, mas gostaria de informar que projeto semelhante ao do referendo do Acre já aprovamos no Senado para o Estado do Pará e do Amazonas. Eu achava que podíamos, nesse intervalo até a próxima reunião, fazer a comparação dos pareceres do Senado com relação ao projeto por mim apresentado em 2009 e encaminhado à Câmara em 2010, para que não houvesse contradição naquilo que estamos discutindo, pois o objeto é o mesmo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite, Sr. Presidente, Sr^s Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente da OAB, essa discussão é muito válida porque nós, na República Federativa do Brasil, não somos useiros e vezeiros em utilizar a consulta popular. Então, nós estamos iniciando essa democracia participativa. Esse debate foi produtivo no sentido de que tenhamos de modificar a Lei nº 9.709, que trata da consulta popular, para que possamos aprimorar esse tipo de iniciativa que decorre do Estado democrático de direito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta. Item nº 02.

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006

Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para a leitura do relatório.

Peço à assessoria um pouco de silêncio para ouvirmos o orador que vai relatar matéria importante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, este projeto é de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati. Nos oito anos em que labutou nesta Casa, sempre procurou apresentar proposições relevantes e com espírito público. Eu gostaria de consignar essa pequena homenagem quando faço o relatório deste projeto.

Ele já tramitou na Comissão de Educação, já tramitou na Comissão de Assuntos Econômicos. Tive o cuidado, Sr. Presidente, de ouvir a Presidência da Associação dos Procuradores e Promotores de Justiça do Brasil para também colher deles as suas contribuições, tendo em vista que estamos alterando aqui, ou seja, fazendo modificações nas leis que gerem as fundações, as associações e também órgãos beneficentes, nessas três leis que estamos alterando agora.

O relatório, Sr. Presidente, é longo, é técnico. Os Srs. Senadores já o tem em mãos. Por economia processual, eu gostaria de resumir, dizendo aos Srs. Senadores que basicamente, além de descrever todo o andamento deste projeto de lei no Senado Federal, o relatório fala de duas alterações básicas: primeiro, aumenta o número do rol de atividades para as quais podemos criar uma fundação. Então, mudamos o Código Civil e estabelecemos um rol de atividades para criarmos a fundação.

A segunda alteração, Sr. Presidente, trata da remuneração, antes vedada em lei, para os dirigentes de fundações e associações sem fins lucrativos e que sejam assistenciais. Então, basicamente, este projeto de lei do Senador Tasso Jereissati foi exaustivamente discutido na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Educação, onde foi pedida vista. Acolhida a contribuição pessoal que fiz com o Presidente da Associação dos Procuradores e dos Promotores de Justiça do Brasil, conseguimos um consenso, que está apresentado neste relatório.

Há uma preocupação que foi ontem exposta pelo nosso Senador Francisco Dornelles, que hoje não se encontra presente, mas que gostaria muito de estar presente para discutir e votar. S. Ex^a é favorável ao projeto, mas pediu ao Senador Alvaro Dias que fizesse o pedido de vista para que ele pudesse estar aqui. Todos sabemos que S. Ex^a é professor emérito e participa da Fundação Getúlio Vargas. Dessa maneira, atendido pelo Senador Alvaro Dias, será adiada nossa votação para próxima reunião.

Fiz aqui um breve resumo, Sr. Presidente, mas não gostaria de que, ao final de uma leitura exaustiva, eu tivesse de pedir votos e não pudesse debater.

Esse é o panorama que passo a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concedo a palavra a V. Ex^a.

Senador Crivella, eu queria apenas esclarecer. V. Ex^a...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Dou como lido o relatório e aguardo o pedido de vista do nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pela ordem.

A SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço vista da matéria, atendendo à solicitação do Senador Francisco Dornelles, que trabalhou, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, na construção desse projeto. Como há um substitutivo apresentado pelo Senador Marcelo Crivella, nada mais justo que S. Ex^a possa discutir esse substitutivo. Portanto, peço vista, e o Senador Dornelles terá oportunidade de avaliar o substitutivo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Pedimos vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pediu vista conjunta o Senador Ciro Nogueira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pedimos vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedida a vista coletiva também para o Senador Randolfe Rodrigues.

Está concedida a vista coletiva.

Passa-se ao Item 3 da pauta, que trata do Projeto de Lei do Senado Federal nº 517, de 2007, terminativo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, há uma proposta de entendimento feita pelo Governo e também por setores de oposição para melhorar esse projeto. Concordo com isso. Se V. Ex^a concordar, peço para que se retire de pauta esse projeto por três semanas, porque, na próxima sema-

na, não haverá audiência. Assim, já trago a solução pronta para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Relator da matéria é V. Ex^a. O projeto está retirado de pauta, a pedido de V. Ex^a, que é o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que, se possível, invertesse a pauta, para que fosse votada agora a PEC nº 1, de 2010, de que também sou Relator. O primeiro subscritor é o Senador Gilvam Borges. Eu pediria a V. Ex^a essa atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao Plenário o pedido de inversão de pauta, feito pelo Senador Demóstenes Torres. Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Vamos ao Item 8 da pauta.

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2010

Dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior para a qualificação profissional.

Autoria: Senador Geovani Borges e outros.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Geovani Borges é o primeiro subscritor dessa Proposta de Emenda à Constituição, que cria um parágrafo único no art. 205 da Constituição Federal, naturalmente, para determinar que o diploma de curso reconhecido e oferecido por instituição de educação superior devidamente credenciada constitua comprovante de qualificação profissional para todos os fins.

A matéria é legal, regimental e constitucional. No mérito, sou totalmente contrário. Explico o porquê. O que pretende, na realidade, o nobre Senador? S. Ex^a pretende acabar com o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esse Exame da Ordem virou tormento para milhares de bacharéis em Direito formados no País. E eles querem simplesmente suprimir essa etapa do Exame da Ordem dos Advogados. Convenhamos: um advogado que não alcançou nota 5 para obter sua carteira não pode exercer a profis-

são. Então, não tenho como votar favoravelmente a essa pretensão.

No meu *email*, tenho recebido milhares de correspondências desairosas. As pessoas me xingam, desancam-me. Mas confesso: fui presidente de banca de diversos concursos, fui presidente de concurso e sei que não se pode aprovar um promotor, um juiz ou um delegado que não consegue alcançar nota 5. Qual a segurança que terá o cidadão com um profissional absolutamente desqualificado à frente de uma promotoria, à frente de um juizado, à frente de uma delegacia?

E um delegado, de outro lado, que é seu defensor, um homem que não se encontra preparado para exercer decentemente a sua função.

Na realidade, a proposta é ainda mais ampla. O que quer o nobre subscritor? Ele quer também que aja a desnecessidade do registro profissional. Isso quer dizer o seguinte: terminado o curso em uma faculdade, não precisa, por exemplo, fazer aquele estágio obrigatório de Medicina, residência. Por quê? Porque também você não precisa se inscrever no Conselho Regional de Medicina. Você não precisa se inscrever na Ordem dos Advogados. Você não precisa se inscrever como enfermeira no seu sindicato, na sua associação, na sua correspondente defensora.

E veja o pior: ano passado, nós votamos aqui uma legislação chamada Lei da Ficha Limpa que, inclusive, fortalece os conselhos. Nós ali dissemos o seguinte: quando alguém é excluído por improbidade, por crime, através dos conselhos, então essa pessoa também não pode ser elegível, ela é considerada inadequada para ocupar uma função dentro do Parlamento.

Então, eu penso o contrário. Eu acho que todas as demais instituições deveriam caminhar para fazer um processo rigoroso de seleção. Todos. História, geografia, pedagogia, todo mundo deveria descredenciar aquele que, embora tendo título universitário, não aprendeu nada na faculdade, não consegue se credenciar para ser um profissional.

Então, meu parecer, Sr. Presidente, é pela rejeição da PEC nº 1, de 2010.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o primeiro orador inscrito é o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – De forma muito sucinta, Sr. Presidente, só quero me associar ao Relator Demóstenes Torres. Na verdade, se há algo prestigiado neste País... Sabe, Senador, nem as lideranças estudantis, a União Nacional dos Estudantes, que sofrem pressão dos estudantes, colocam-se contra

o exame da Ordem, que tem tido um papel central no controle da qualidade dos profissionais que vão para o mercado de trabalho, mas vão além, na qualidade do ensino ministrado nas faculdades. Elas se preparam, elas sabem que o estudante tem de passar pelo crivo do exame da Ordem.

Então, acho que esse é um tema que esta Casa tem de se manifestar de forma firme. Estou convencido de que a própria existência desse exame da Ordem leva o estudante, no término do curso, a um processo de reforço de seu estudo. Os estudantes já podem fazer a prova no 9º ano. Não no 9º ano, no 9º e no 10º semestres. E temos visto que está havendo uma mudança no perfil. Está aumentando o número de aprovados no exame da Ordem. As pessoas estão se preparando. É importante porque tem a preparação individual. Para exercer a profissão, a pessoa sabe que tem de passar por aquele crivo. Também é importante para afastar os profissionais que não estão preparados para exercer a profissão, mas é uma forma de algumas faculdades que, infelizmente, se multiplicam pelo País sem a devida... E é preciso reconhecer que tem de haver por parte do Ministério da Educação um controle maior dessas instituições.

Mas a existência desse exame da Ordem tem feito muitas faculdades melhorarem e outras serem rejeitadas pelos seus alunos. Isso está acontecendo no Rio de Janeiro, onde existem várias faculdades de Direito não procuradas pelos estudantes porque os alunos nela matriculados não são aprovados no exame da Ordem.

De modo que eu quero associar-me ao Relator, Demóstenes Torres.

Volto a dizer: este é um dos temas que até as lideranças estudantis, que são pressionadas pela base – porque existe o interesse do estudante, quando se forma, de receber logo a carteira –, nem as lideranças estudantis deste País se levantam contra o exame da Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está inscrito, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De forma muito rápida, Sr. Presidente, apenas para associar-me ao Relator, Senador Demóstenes, e expressar que este tema é muito importante.

A Constituição, no art. 5º, inciso XVIII, estabelece que trabalho, ofício e profissão são livres na forma determinada da lei; daí a necessidade do exame de ordem. Agora, muito mais do que debatermos a necessidade – e eu aqui entendo necessário o exame de ordem –, nós temos de abrir um debate a respeito da mercantilização do ensino superior no Brasil. Nós temos de combater a causa, que é a falência do ensino superior do Brasil: a quantidade de faculdades abertas com interesses outros que não a formação do povo brasileiro.

Assim, Senador Demóstenes, quero contribuir e associar-me a V. Ex^a porque este tema é importante. Não podemos permitir que o cidadão saia da faculdade sem o mínimo conhecimento, o conhecimento rudimentar da ciência jurídica e também de outras áreas do saber humano.

Parabéns pelo seu relatório, ao qual me associo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, este debate é um debate que tem se travado, aqui nesta Casa, já há algum tempo. Se, por um lado, todos nós queremos, desejamos manter um controle, para que os profissionais que tratam dos direitos fundamentais, das garantias da dignidade humana, que é liberdade, para que os operadores do Direito estejam bem preparados, também, Sr. Presidente, comove-nos o fato de que milhares de brasileiros passem quatro anos numa faculdade, achando que estão sendo bem formados, que estão estudando os pontos relevantes da matéria, que estão se formando – a maioria deles estudando à noite, trabalhando de dia – e depois deparem com um himalaia de frustração, uma mantiqueira de desengano e tristeza, porque não conseguem ser aprovados na Ordem.

E o pior: aquela universidade na qual eles depositaram suas economias continua formando novos bacharéis. O que se faz? Ah, o que se faz, Sr. Presidente? Quando se vai criar uma nova faculdade de Direito, o Ministério da Educação ouve a OAB. E a OAB, muitas vezes, diz assim: “Olha, eu acho que não há demanda para advogados, para se criar mais uma faculdade em Barra do Piraí, em Valença. Não há mais espaço ali para novos advogados.” A OAB se atém a pronunciar-se, quando consultada pelo Ministério da Educação, no sentido da abertura de novas faculdades e universidades. Mas e com respeito àquelas que já provaram, na prática, que a formação de seus alunos não é satisfatória? Novamente continuam enchendo turmas, levando pessoas, por quatro anos, a estudar seu currículo e, ao final, a mesma frustração.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos debruçar-nos sobre isso. Eu me lembro desta sala lotada, em todas as paredes, com bacharéis que vieram aqui e pediram uma saída para nós. A verdade é que nós não podemos permitir que uma faculdade, que uma universidade que não consegue aprovação de pelo menos 50% de seus estudantes continue funcionando!

Aí, sim, quando ela tiver que fechar seu curso de Direito, tenho certeza de que seus alunos serão aprovados no concurso, porque, se não forem aprovados no concurso, não terão sido no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro ano, no quarto ano daquela faculdade, porque, se todos forem aprovados, vai perder sua licença. Não terá mais condições de funcionar.

Apresentei aqui também, Sr. Presidente, para terminar, uma proposição, que eu gostaria até que fosse relatada, discutida, debatida, votada e, se Deus quiser, aprovada, para que tivéssemos exame de proficiência para todas as outras profissões; para que todos nós tivéssemos garantia de que nossos estudantes e nossas faculdades estão se esforçando e se esmerando na formação do futuro do Brasil dos nossos estudantes e dos nossos jovens.

Muito obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito para discutir a matéria, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito breve, tendo em vista a lucidez do parecer do Relator, Senador Demóstenes Torres.

Uma das instituições mais importantes que foram criadas neste País, e o faço em homenagem ao Presidente Ophir Cavalcante, é o exame da Ordem. Lamentavelmente, nossa estrutura de ensino superior ainda demanda essa segunda etapa para avaliação dos formados.

O exercício da advocacia sofreu grande desgaste e grande desprestígio durante muitos anos. E, felizmente, vem-se resgatando essa credibilidade, melhorando o desempenho profissional, a credibilidade dos advogados, após o exame da Ordem.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, voto com o Relator, no mérito, contra essa projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito para discutir a matéria, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu estava conversando com o engenheiro Eduardo Braga, agora há pouco, falando um pouco a respeito da história do exame da Ordem. Ele, com posições lúcidas também, dizendo, Sr. Presidente, que... Não quero apontar o tempo em que fiz meu exame da Ordem,

até para não transformar isso em quase uma dezena de anos de formado.

Mas também, como médico, eu estava raciocinando que o exame da Ordem é um duro remédio para uma doença, para uma patologia que se estabeleceu no País ao longo dos últimos anos ou de várias décadas. Foi falado por Taques, agora há pouco, sobre a mercantilização do nosso ensino superior. A quantidade – e, aí, erro do Governo também, meu caro poeta Inácio Arruda – de universidades que formam bacharéis sem as devidas condições e os conteúdos necessários para o exercício da profissão vem se alastrando malsinadamente neste País. E aí o Senador Crivella fala da frustração, e vejo essa frustração, vejo esse desencanto de muitos que se preparam para o exame da Ordem e, depois, atestam sua dificuldade em ultrapassar essa barreira, que, efetivamente, poderia até não ter neste País, se a gente tivesse um ensino superior que profissionalizasse médicos, advogados, engenheiros e arquitetos. Dar melhor condição.

Vejo que esse remédio duro é uma profilaxia para o futuro! E assino embaixo as razões constitucionais do relatório do Senador Demóstenes, as razões jurídicas do relatório do Senador Demóstenes, porque esse relatório está atendendo a Constituição Federal.

No mérito, sou um entusiasta da matéria, saudando a OAB, através do nosso Presidente Ophir Cavalcante, pelo extraordinário trabalho desempenhado pela entidade a que honrosamente pertenço no Estado da Paraíba e que teve meu pai como seu Presidente em quatro mandatos, em quatro edições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, para discutir a matéria.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu apoio o relatório do Senador Demóstenes Torres, mas fazendo uma ressalva a respeito da infelicidade de um País que tem as universidades e as escolas com a necessidade de tal exame.

Nós sabemos que a necessidade que estamos hoje, aqui, discutindo vem da enxurrada de universidades de quinta categoria, na área do Direito, que assolou o País e que faz necessário, agora, que tenhamos esse exame.

Ao mesmo tempo, compartilho com o Senador Crivella a tristeza dos jovens que, muitas vezes, lutam e cujas famílias inteiras se sacrificam para pagar uma universidade e que, depois, não têm os direitos legais por terem feito tanto esforço.

No entanto, nós temos de ter um compromisso, que deve ser com o cliente desse advogado. Essa é a

razão de estarmos aqui e por que voto com o Relator da matéria, Senador Demóstenes Torres.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu, de acordo com o Regimento, peço vista dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, com o devido respeito a V. Ex^a, a matéria está em discussão e não cabe mais pedido de vista.

O próximo orador inscrito é ...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, ainda pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o seguinte: eu acho que, realmente, como falou a Senadora Suplicy, a nossa Vice-Presidente, é uma pena que, em um País como o nosso, para que um advogado consiga exercer a sua profissão tenha de participar de um exame de ordem.

Isso significa que estamos, ainda, com a qualidade de ensino lá embaixo, notadamente naquelas faculdades que oferecem o ensino do Direito, porque, se não fosse isso, não haveria essa reserva de mercado. Não somente no Direito, mas também os contadores exigem o exame de ordem para o exercício da profissão.

Eu quero crer que essa matéria, Sr. Presidente, deveria passar, pelo menos, pela Comissão de Educação do Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É PEC. PEC só tramita na CCJ.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente, era isto que eu iria falar: como se trata de uma PEC, vai diretamente para o plenário.

Então, lá, quem sabe, nós possamos debater mais detidamente essa matéria, inclusive porque eu acho que não há unanimidade com relação ao exame de ordem. Não há unanimidade com relação ao exame de ordem e, inclusive, nós temos decisões judiciais, que, naturalmente, foram contestadas em Tribunais Superiores, lá em Recife, que proibiram o exame de ordem, pelo menos temporariamente.

Então, logicamente, eu acho que o Exame de Ordem, tal como hoje o Brasil oferece à educação, é

necessário. Mas teríamos que ouvir as pessoas, as entidades, as autoridades, inclusive as da Justiça Federal, que não concordam com o Exame de Ordem. Nós queremos saber por que não concordam. Como a matéria vai ao Plenário, lá nós vamos dar continuidade a esse debate.

Sem nenhum demérito ao parecer do nobre relator, Senador Demóstenes Torres, que todo mundo sabe que é uma pessoa que tem aqui o respeito e a consideração de todos nós, como também o próprio Presidente da OAB, que está aqui presente. Ele sabe das dificuldades que o Brasil sofreria nos dias de hoje se fosse, por exemplo, excluído o Exame de Ordem. Entretanto, estamos vivendo numa democracia. Quem sabe seria muito bom que ouvíssemos instituições e entidades que não concordam não só com o Exame de Ordem, mas também com outras atividades que são desenvolvidas e que questionam determinadas arguições ou exames para o exercício da profissão.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Jorge Viana.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Sr. Presidente da OAB – é uma honra tê-lo aqui –, eu queria me associar também ao relator, que com propriedade defende o que temos de mérito no Exame de Ordem. O Exame de Ordem não pode deixar de existir pelo que ele tem de melhor, para suprir uma situação que o nosso País ainda vive.

Eu particularmente entendo que mais adiante vamos trazer de volta esta matéria. O Brasil está criando um critério de acompanhamento das universidades. A OAB tem desenvolvido um trabalho nesse sentido de hierarquizar aquelas que já estão em um determinado padrão de ensino. Quando nós alcançarmos isso, eu sou favorável a que esta Casa discuta uma maneira de as universidades que tiverem – aí eu estou fazendo uma avaliação da casa de ensino – alcançado um determinado padrão... O nosso Governo está trabalhando já nisso, o MEC. Acho que isso pode manter o que o Exame de Ordem tem de melhor, transferindo para as universidades o estabelecimento de um nível de ensino. Com isso, vamos forçar as outras universidades, sob pena de até virem a fechar, a mudar o padrão de ensino.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Jorge, só um pequeno aparte, não vou tomar tempo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Diz-se que desde 2008 o MEC está fazendo uma supervisão em cima de cursos jurídicos, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil. Desde de 2008, 23 mil vagas já foram encerradas. Ou seja, ainda tem muita gente.

A gente sabe o nível das faculdades de Direito espalhadas pelo País afora, a mercantilização de que fala o Senador Vital do Rêgo. Agora, é importante dizer que tem um caminho já a ser trilhado, e o trabalho começou a ser feito também pelo Ministério da Educação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É isso. Então incorporo as palavras do Senador Lindbergh. O País já está encontrando uma maneira de trabalhar em médio e longo prazo, quem sabe, a substituição do Exame de Ordem. Mas, enquanto não alcançarmos as condições adequadas, acho que tem que ser mantido.

Dou uma referência, Presidente Eunício. Nós, no Acre, por exemplo, tínhamos um problema. Esta semana saiu uma matéria sobre eleição de diretores de escola, que é grave; é embaixo que começam os problemas. Fala-se da politização na identificação e na escolha desses líderes. Nós do Acre tínhamos a eleição direta e achamos que a eleição direta para diretor de escola era pouco. Em comum acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação construímos uma proposta de que para se candidatar a diretor de escola teria que fazer uma prova, para se habilitar e apresentar um plano. E houve uma concordância. Então, quem quiser ser diretor de escola tem que fazer um teste, passar e se habilitar para se candidatar. E aí a comunidade escolar escolhe. Quer dizer, nós temos que fazer movimentos nesse sentido no País para estabelecermos como objetivo a qualidade, e não tentarmos estabelecer uma democratização que não tem base na qualidade nem na prestação de serviços adequados.

Então, eu queria me associar integralmente ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, antes, gostaria de saudar a presença do nosso Presidente, Ophir Cavalcante, e também a do nobre advogado piauiense, Secretário-Geral da nossa Ordem.

Vou apenas divergir do Senador Valadares. Se este projeto não tem a unanimidade, tem quase a unanimidade pela sua rejeição. Acho que o relatório do nobre Senador Demóstenes está mais do que claro. Eu só queria acrescentar que, nos argumentos daqueles que falam que a pessoa que faz vestibular... A pessoa

que faz vestibular, no seu edital, Sr. Presidente, não existe a menor previsão de que a pessoa vai exercer a advocacia. E não existe nenhum estudante de Direito neste País que, ao se inscrever, que não saiba que vai ter que fazer o exame da Ordem. Para isso, ele se prepara. E tenho certeza de que isso aumenta muito a sua capacitação no decorrer do curso, nos estudos que faz para poder exercer o direito de fazer o exame da Ordem.

Então, acho que esse projeto não vem ao encontro de nenhum anseio da sociedade. Uma das defesas maiores que a sociedade tem é o exame da Ordem, de não ter profissionais desqualificados e que não estejam preparados para exercer a advocacia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o próximo orador é o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, cumprimentando o Presidente da Ordem dos Advogados, só quero, para contribuir, inicialmente dizer que concordo com o relatório do Senador Demóstenes Torres. Acho importante o exame da Ordem. Eu queria apenas, a título de contribuição... Em alguns títulos de especialidades médicas, Sr. Presidente, adota-se um critério, a meu ver, bastante justo. Para passar para a segunda fase, você tem que ter 50% mais 1 de acertos em determinada prova. Só que, vamos dizer, se a prova tem cem questões, eles não adotam diretamente 50% mais 1, como é o exame da Ordem, de 51% o número para passar para a segunda fase. Eles adotam o seguinte critério: é 50% mais 1 do maior número de acertos. Em uma prova de cem, você acertou, por exemplo, 95 ou 90, aí não seria 51, seria 45 mais 1, 46. Por que estou dizendo isso, Sr. Presidente? Porque percebo – embora seja médico, tenho duas filhas advogadas, e as duas fizeram exame da Ordem e foram aprovadas – que há níveis diferentes, de dificuldades diferentes. Só estou querendo contribuir porque me parece que se você aferir pelo maior número de acertos, você está partindo do princípio de que a prova pode ter maior ou menor grau de dificuldade em determinado ano ou noutro. E você ainda terá a segunda fase, Sr. Presidente, para avaliar o desempenho dos candidatos.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um aparte, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, a nota de corte seria uma questão que me parece aí, uma média ponderada, alguma coisa...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Como não?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode até ser interessante, mas para que baixar o nível de algo que já está tão ruim? Vai baixar o nível. Se tiver 60%, 70% de acerto, vai passar gente não qualificada. E para que fazer exame? Não estamos discutindo aqui o mérito...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Eu só estou dando uma contribuição. Espero que V. Ex^a não se irrite com a minha contribuição. Eu só estou dizendo que algumas especialidades médicas adotam um critério. O que me parece, se V. Ex^a estiver preparada para a contribuição, é que o nível, quando você diz que é o maior número de acertos em uma prova nacional, é possível que, de cem questões, o maior número seja – está aqui o Dr. Pedro Taques – 95%, 98%, às vezes até 100%. Alguém gabaritar a prova mostra que, realmente, o nível da prova é, no mínimo, muito bom. Claro que, se todo mundo gabaritar a prova, isso vai mostrar que o nível é ruim também. É só uma forma de equilibrar o número, porque há uma segunda fase. Essa é uma nota de corte mesmo. Só vão para a segunda fase alunos que obtiveram 50% mais um de acertos. É só uma contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Último orador inscrito para a discussão, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sem tomar o tempo, Sr. Presidente, é apenas para dizer que acompanhamos o parecer, sempre competente, do Senador Demóstenes Torres.

O parecer dele vem em defesa do conceito de uma atividade profissional que exige qualificação ímpar e vem, evidentemente, em defesa, também, daqueles que se socorrem da advocacia no País.

Portanto, somos favoráveis ao parecer do Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o parecer do nobre Senador Demóstenes Torres.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, no início de 2009, um grande número de matérias na imprensa fez com que o Presidente José Sarney contratasse a Fundação Getúlio Vargas,

para apresentar um projeto de reestruturação administrativa da Casa.

O projeto foi apresentado em maio de 2009, com uma primeira análise da estrutura administrativa, juntamente com uma proposta de racionalização dos trabalhos.

Em agosto de 2009, foi apresentado o relatório final, com a proposta de redução de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, sem querer interromper V. Ex^a, essa matéria vai ser tratada no final desta reunião.

Se V. Ex^a não se incomodar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a terá a palavra no final da discussão, tendo em vista que há matérias na pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Ex^a concorda...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy. Não queria interrompê-lo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria solicitar a inversão da pauta, para votar o Item nº 5, que é terminativo e importante. Já foi dado vista ao Senador Demóstenes e ao Senador Alvaro Dias, e gostaria de votar a matéria rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo a solicitação do Senador Romero Jucá, submeto ao Plenário a inversão de pauta do Item nº 4 para o Item nº 5.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta do Item nº 5.

ITEM 5 Terminativo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2010

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário.

Autoria: Presidência da República. **Relatoria:** nobre Senador Romero Jucá.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, já li o relatório; foi dado vista. O Senador Alvaro Dias e o Senador Demóstenes pediram vista.

O Senador Alvaro Dias apresentou uma emenda, em que pede para revogar o ar. 4º do Anexo II da Portaria do Ministério da Previdência Social nº 786, de 9 de junho de 2003.

Quero registrar ao Senador Alvaro Dias que essa portaria já foi revogada pela Portaria nº 1.653, de 22 de dezembro de 2005.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há controvérsias, mas vou depois esclarecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB RR) – Além dessa questão, quer dizer, independentemente da questão da portaria, o nosso parecer seria contrário à emenda, porque estaríamos aqui revogando uma portaria por meio de um item de um projeto de lei. Então, na verdade, é um instrumento que não caberia. Essa discussão da portaria, mesmo tendo sido ela revogada... Ainda que não tivesse sido, encaminharíamos ao Ministério, para discutir essa questão. Mas não haveria sentido, num projeto de lei de criação de cargos, revogarmos um item de uma portaria do Ministério da Previdência Social. Seria outro tipo de instrumento que estaríamos discutindo.

Portanto, o parecer é contrário à emenda, e peço a aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Primeiramente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há em nenhum momento o propósito da Oposição de se colocar contra eventuais providências que beneficiem a população, especialmente nesse setor fundamental que é de saúde e previdência social.

O projeto que nós estamos votando terá a aprovação do PSDB. Não há nenhuma dúvida disso. Mas, temos considerações a fazer, Sr. Presidente.

Primeiro, na contramão desse projeto, vem o anúncio de cortes do Governo Federal. Nós estamos aqui criando cargos, ampliando a estrutura na área da previdência e da saúde pública no País, e o Governo anuncia cortes que afetam frontalmente este setor. “Sobrou até para as filas do INSS”. É o título da matéria: “Cortes no Ministério da Previdência vão adiar a construção de pelo menos 150 postos de atendimento, principalmente nas cidades com mais de 20 mil habitantes”. Portanto, estamos aprovando e o Governo está adiando.

O próprio Ministro Garibaldi Alves diz: “O corte no Orçamento de sua Pasta prejudica principalmente a construção de agências do INSS. A previsão era construir 720 em dois anos. Em 2011 faltará verba para ao menos 150”.

Portanto, na contramão do que estamos debatendo, e certamente aprovando, está o Governo com as medidas administrativas que adota.

Sr. Presidente, nós contestamos, na última reunião, a nomeação sem concurso público e alegou-se que o atual Governo adotou, através de portaria, providências que valorizam o mérito. Ou seja, o preenchimento de cargos comissionados se faria através do concurso de servidores do órgão em função de sua qualificação e de seu mérito profissional.

Na verdade, essa portaria não foi do atual Governo nem do Governo Lula, essa portaria foi do Governo Fernando Henrique Cardoso no ano de 2002, estabelecendo um regulamento do processo seletivo interno para o preenchimento de cargos comissionados. Depois houve uma alteração, Sr. Presidente. A alteração se deu, sim, no Governo Lula, mas essa alteração não valorizou a qualificação profissional, a qualificação técnica. A Portaria nº 786, de 2003, no seu § 7º diz: “Participação como membro diretivo em entidades associativas, comunitárias, sociais e organizações não-governamentais, ONGs. É a atuação do candidato em atividades de cunho social contados em anos e meses nos últimos dez anos”.

Esse é o dispositivo que a nossa emenda quer revogar. E, ao contrário do que afirma o Senador Romero Jucá, a Portaria de nº 1.653, de 22 de dezembro de 2005, não revoga integralmente esse dispositivo. Ela realmente altera, muda alguns dos dispositivos, inclusive a redação deste que estamos pretendendo excluir do texto, mas estabelece até mesmo a pontuação máxima por título, participação em entidades associativas, comunitárias e sociais. Portanto, está presente.

A portaria que altera, mantém no seu texto esse dispositivo: participação em entidades associativas, comunitárias e sociais. O que nós queremos? Queremos valorizar a qualificação técnica e profissional. O requisito básico é o da meritocracia.

Estamos tentando, por meio desta emenda, excluir a hipótese da partidização na escolha dos servidores públicos. Estamos tentando evitar a politização com nomeações que possam oferecer oportunidade para acomodação política. O que estamos pretendendo, portanto, é purificar a norma para que o preenchimento desses cargos comissionados ocorra realmente em função da qualificação técnica e profissional. Até porque o cidadão merece o atendimento de melhor qualidade, e nós temos o dever de zelar pela qualidade do aten-

dimento em todos os setores do serviço público, mas, especialmente, nesse que é fundamental para a vida do brasileiro porque diz respeito a sua saúde.

Portanto, não concordando com a afirmação do Senador Romero Jucá de que o maior em relação ao menor não pode ou que o maior, que a lei não pode mais do que a portaria, queremos submeter esta emenda à apreciação da Comissão, obviamente apoiando o projeto. A Oposição não está aqui para se opor àquilo que beneficia a população; nunca houve nem haverá má vontade da Oposição no que diz respeito ao interesse da população. Estamos aqui para aprovar esse projeto, criando esses cargos para peritos, mas gostaríamos que, na contrapartida, esta Comissão também valorizasse a qualificação técnica e profissional e evitasse o risco da partidarização, da politização, que puxam para baixo a qualidade da gestão.

Essa é a nossa avaliação da proposta que fazemos, Sr. Presidente, recolocando em seus devidos termos a questão, já que essa adoção de regulamento para o processo seletivo teve início no Governo Fernando Henrique Cardoso, com alteração no Governo Lula, mas uma alteração que não contribui para a valorização do profissional, mas que abre uma porta para a partidarização, para a politização, e a nossa emenda quer fechar essa porta, quer impedir que prevaleça o interesse político-partidário sobre o interesse técnico, sobre a qualificação profissional, sobre o zelo que se deve oferecer em relação às questões de saúde e previdência no País.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso apelo, votamos favoravelmente ao projeto, mas apelamos para que essa emenda seja acolhida por esta Comissão, e este apelo faço ao Relator Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está em discussão.

Passo a palavra ao nobre Senador José Pimentel, que, inclusive, foi Ministro da Previdência tem profundo conhecimento dessa matéria.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o primeiro registro é que a previdência pública brasileira passa por uma verdadeira revolução silenciosa. Nós tínhamos um sistema em que, para conceder um benefício da Previdência até 2007, levava em média dois anos. Como isso funcionava? O trabalhador chegava no guichê da Previdência, apresentava um saco de documentos, tirava cópia desses documentos, autenticavam, rubricavam, passavam para o chefe, que conferia, passava para a retaguarda, era feito o cálculo, voltava para o funcionário que atendeu e aí, nesse processo todo, levava-se, em média, dois anos. Resolvemos revogar

tudo isso com uma lei aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado, que é a Lei Complementar nº 178, que aposenta o saco de documentos e passa a ter o reconhecimento automático do Direito Previdenciário. E o Estado simplesmente certifica o direito que o trabalhador já tem, em face de suas contribuições, e passa a ter um controle para cada trabalhador através de seu CPF e do CNPJ de sua empresa. Portanto, aquilo que levava dois anos reduziu-se para meia hora. Hoje o trabalhador liga, marca dia e hora para receber seu benefício de aposentadoria, de pensão e, em meia hora, ele é atendido.

Temos dois problemas a resolver: o primeiro deles é a interiorização da Previdência pública. Ela estava basicamente nos grandes centros e nós resolvemos instalar agências em todos os Municípios do Brasil acima de 20 mil habitantes, independentemente de o prefeito pertencer ao partido A, ao partido B, ou ao partido C. É um critério objetivo e isso resultou em 720 agências. Esse plano de expansão é para ser concluído em 2012. Nesse processo, já inauguramos 65 e temos 260 delas prontinhas, aguardando a aprovação desse projeto de lei.

Esse projeto de lei faz três coisas: cria o código, para que a agência possa ser inaugurada (inaudível) na agência bancária; faz concurso público para perito médico, para que cada agência tenha, no mínimo, um perito médico; e também cria as funções comissionadas dos gerentes de agências, para essas agências. Portanto, esse é o projeto.

A emenda apresentada pelo nobre Senador Alvaro Dias diz respeito a revogar uma portaria que já foi revogada. Essa Portaria nº 786/03 foi revogada pela Portaria nº 1.653, de dezembro de 2005, nos termos do seu art. 13. O que diz o art. 13?

Art. 13. Após a edição da lista final da primeira etapa do presente processo seletivo, fica revogada a lista anterior, elaborada conforme Portaria nº 786, de julho de 2003.

Essa portaria foi publicada em janeiro de 2006 no *Diário Oficial da União*. Como sempre entendo que na política vale muito mais a boa-fé do que o discurso, tive o cuidado de ir ao Senador Alvaro Dias entregar a portaria...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Pimentel, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...informando a ele que tinha sido revogada aquela anterior, para não ter surpresas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Pimentel, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro! Deixe-me só... Dois minutinhos. Portanto, está revogada a portaria por esta aqui. A portaria diz respeito aos gerentes executivos. A Previdência pública brasileira tem cem gerentes executivos e eles presidem os Conselhos Estaduais de Previdência Social. E esse Conselho Estadual é composto por dez pessoas, sendo quatro do Governo Federal e seis das entidades representativas da sociedade: dois dos sindicatos dos trabalhadores, dois dos sindicatos dos empregadores e dois dos aposentados e pensionistas.

Lá, em 2003, as entidades da sociedade civil pediram ao Governo Federal que fosse criado um critério para que o Presidente do Conselho Estadual de Previdência Social, que obrigatoriamente é o gerente executivo, não fosse apenas um burocrata, fosse alguém que tivesse o mínimo de relação com as entidades sociais, porque, segundo eles, até ali nós tínhamos os nossos gerentes executivos que não tinham qualquer relação com as entidades, e havia uma grande dificuldade de entendimento e de diálogo.

Como nós aprendemos que, quanto menos conflito houver no campo da previdência, melhor para a sociedade brasileira, aí foi incluído naquela Portaria nº 786 este critério, de que ele deveria ter uma experiência mínima junto às entidades da sociedade civil. Como o critério era subjetivo, foi transformado num critério objetivo, e, nesse critério objetivo, criou-se uma pontuação: se o gerente executivo que vai presidir o Conselho Estadual de Previdência tem nível superior, conta três pontos; se ele tem pós-graduação, dois pontos; se tem mestrado, quatro pontos; se tem doutorado, cinco pontos; e ele tem ainda dois pontos referentes ao tempo de casa, e mais dois pontos referentes aos cursos que a Previdência Social ofereceu para ele; mais dois pontos em face do exercício de cargo comissionado no serviço público, seja federal, estadual ou municipal; tem mais um ponto em face de gerência na iniciativa privada; e tem mais um ponto se participou de entidades associativas, comunitárias e sociais, atendendo à reivindicação dos sindicatos de empregados e de empregadores que integram o Conselho Estadual de Previdência Social.

Portanto, Sr. Presidente, não tem nada de politicagem. Se há um órgão que tem tido o cuidado de tratar todos igualmente, que é a sua obrigação, é a Previdência Social. E essa portaria é resultado de um compromisso firmado no Conselho Nacional de Previdência Social, a partir do pedido das entidades dos empregados e dos empregadores para que o gerente executivo, que são apenas cem no Brasil, ao presidir o Conselho Estadual de Previdência Social tenha o mínimo de identidade com esse segmento, e não mais um

burocrata que, normalmente, não dialogava nem, às vezes, comparecia para presidir essas reuniões.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Art. 14, Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que não posso concordar com uma afirmação que, inclusive, me deixa mal ou, pelo menos, deixaria mal a assessoria técnica da liderança do PSDB, a afirmação de que estamos tentando revogar uma portaria que já foi revogada. E, na verdade, ela não foi revogada, ela está aqui. Houve a revogação de uma parte dessa portaria com uma alteração, uma alteração que pode se afirmar até, minimizou o dano, mas não o escolheu. Ele está presente; ele é uma porta aberta. Não estou aqui antecipando julgamento, afirmando que haverá partidização, que haverá politização, mas é evidente que se querem defender o atual governo, ele não é perene, ele não é eterno, outros governos virão. E estamos discutindo um texto, um texto legal. Portanto, Sr. Presidente, não vejo razão alguma para manter esse dispositivo que premia, que oferece vantagem àqueles que ocupam posições em movimentos sociais, que têm vínculos que nós conhecemos, que acabam exercitando uma atividade política – e nós não condenamos que se exercite essa atividade política – mas que estabelece determinados vínculos que, na área de saúde, de previdência, não se justificam. Essa é a razão.

Portanto, para resumir: não se revogou a portaria. Não se eliminou o dispositivo. Não se fechou a porta; ela continua aberta para a partidização e para a politização. E o nosso objetivo é a qualificação, é a meritocracia; o nosso objetivo é a valorização do bom profissional e, sobretudo, a proteção do ser humano.

É por essa razão que estamos defendendo essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais oradores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria só de entender que estamos aqui com um projeto oriundo da Presidência da República para criar cargos em funções de confiança. E, Senador Pimentel, V. Ex^a que é meu mentor, nessa questão, pela sua competência, nós estamos criando aqui, vejo, 14 Cargos de Grupo e Direção, 10 Funções Comissionadas. Mas temos aqui 500 cargos efetivos, todos comissionados.

E aí vejo que o Governo Federal, a Presidenta Dilma, em função da situação com que ela recebeu o País, tem repetidas vezes se pronunciado dizendo que não chamará aqueles que tiveram êxito nos concursos públicos, inclusive do INSS. Então, como o Governo não pode chamar os concursados, mas pode criar cargo comissionado de livre escolha por parte do Executivo. Eu só queria essa explicação para que possa ter uma forma mais correta de me posicionar com relação ao projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Flexa, esses cargos são criados para que 720 agências, das quais 256 já estão em obras, possam funcionar. Então serão chefias dessas agências e serão ocupadas por servidores do INSS. Esses cargos são de provimento privativo de servidores concursados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero aqui até parabenizar o Senador Pimentel, que, quando Ministro, solicitou uma emenda de bancada do Estado do Pará, no que foi atendido, e nós estamos podendo levar ao interior do Estado, aos Municípios do interior, agências do INSS, de tal forma que os pensionistas e os aposentados não precisam se deslocar do seu Município para receber os seus proventos.

Então, se o provimento do cargo é pelos concursados, apenas para o preenchimento dessas vagas...

Agora, quero dizer a V. Ex^a, Senador Pimentel, que V. Ex^a poderia ir ao Pará para ver que o governo do PT, que estava até o final do ano passado, não executou praticamente nada daquilo que V. Ex^a gostaria de ver executado no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira, Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Pimentel, eu queria exatamente reforçar os argumentos do Senador Flexa Ribeiro. Conversávamos ainda há pouco com V. Ex^a e com o Líder do Governo porque, se há hoje avanços na questão da seguridade social e da Previdência, é preciso reconhecer que esses avanços, na Amazônia, são ainda mais importantes para a cidadania daquele povo, pois o acesso, meu caro Presidente, ao direito à seguridade social e ao direito à previdência na Amazônia é muito difícil.

Eu vou dar aqui um exemplo a V. Ex^a. E, como disse aqui Flexa Ribeiro, nosso Senador pelo Pará, V. Ex^a, quando Ministro da Previdência, teve a coragem de olhar para as regiões mais excluídas da Previdência e onde o acesso ao direito era mais difícil. Mas, apenas para dar um exemplo dessa colocação que faço neste momento, o Município de Fonte Boa, Líder Romero Jucá, é um dos mais importantes no alto e médio Solimões; ele fica exatamente na fronteira entre

o médio e o alto Solimões. O INSS está construindo um posto lá nesse Município há algum tempo, mas não conseguiu concluir. Hoje, um professor ou qualquer servidor público que queira um direito da Previdência precisa navegar dezoito horas para chegar ao Município de Tefé, município pólo do médio Solimões. Depois de dezoito horas, quando ele chega lá, o perito não está e não tem previsão de estar. Então, ele é obrigado, Senador Vital do Rego, a voltar para Fonte Boa, navegando trinta horas contra a correnteza, tendo gasto o que ele não tinha para não ter acesso ao direito à Previdência.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero dizer que a aprovação, no dia de hoje, do parecer do nosso Senador Romero Jucá é extremamente importante; porém, eu o questionava, porque não vi no relatório, porque não vi na justificativa do texto encaminhado pelo Executivo o critério para o rateio de distribuição desses cargos do INSS nas regiões mais longínquas. Se nós temos carências na Previdência – e olhe que houve avanços, que quero aqui registrar – nas regiões Sul e Sudeste, e ainda há carências, na região amazônica, na região do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, na minha região, na região do nosso companheiro Líder Vital do Rego, no Nordeste, no Norte, essas desigualdades e essas dificuldades são extraordinárias.

Então eu queria, pelo menos, um compromisso da Liderança do Governo para que, junto à portaria interna do Ministério da Previdência, já que o Ministro Garibaldi é Senador da República, é nordestino, tenha uma boa relação, talvez o Líder Romero Jucá pudesse promover uma reunião de uma comissão de Senadores com o Ministro da Previdência, Senador Garibaldi, para que ele pudesse ter um critério de distribuição desses novos postos de peritos, a fim de amenizar situações gritantes de exclusão ao direito da Previdência e ao direito da Seguridade Social.

Voto com o Relator, aprovando a matéria, Sr. Presidente, mas gostaria de deixar aqui um apelo ao Líder, porque, senão, esses quinhentos continuarão sendo concentrados em regiões onde já houve muitos avanços e, em outras regiões onde não houve avanço, a Seguridade e a Previdência continuarão sendo um direito negligenciado ao cidadão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para, concordando com o Senador Eduardo Braga, registrar que o edital fixará a lotação dos concursados, mas que nós faremos uma reunião com o Ministro Garibaldi Alves no sentido de priorizar a ocupação de vagas nas Regiões Norte e Nordeste, ou seja, regiões onde o acesso é mais difícil e, portanto,

há necessidade de ter um já é algo premente para que o sistema de Previdência possa funcionar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, só para complementar.

Veja, não é pelo fato de ter só um, porque pelo menos um... Deixa eu só dizer uma coisa aqui para o senhor. O Estado de Roraima, com todo o respeito, é um Estado interligado por estradas e etc. O Amazonas, não. Ter um perito muitas vezes em um Município que tem área maior que a França é a mesma coisa que não ter nenhum. Acho que esse critério, Senador Romero Jucá, é fundamental. Brasileiros da Amazônia, brasileiros do Nordeste precisam de um critério, e a Previdência que avançou tanto, Ministro Pimentel, daria um grande salto no resgate à Amazônia, na questão da seguridade social e na questão da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nós vamos votar a favor do projeto. Nós fomos convencidos pelo Ministro Garibaldi Alves e pelo ex-Ministro Pimentel de que o projeto, apesar de trazer gastos imediatos para a sociedade, é bom, uma vez que atende à população carente de uma forma mais direta e pode evitar fraudes que tragam prejuízos imensos à sociedade.

Agora, vamos votar também com a emenda do Senador Alvaro Dias, porque a emenda do Senador é bastante óbvia, embora se diga aqui na portaria do ex-Ministro Nelson Machado, no art. 13: “Após a edição da lista final da primeira etapa do presente processo seletivo, fica revogada a lista anterior elaborada conforme Portaria nº 786, de 9 de julho de 2003”. Foi feita uma tabela de títulos. E vamos lembrar o seguinte. O que dizia a portaria anterior revogada? Inciso VIII: participação é critério para se ocupar. É bom que se deixe claro isto: não se trata de cargo comissionado e, sim, de função comissionada. Então, naturalmente só podem ser exercidas essas funções por concursados.

Agora vem. Um dos critérios: “participação como membro diretivo em entidades associativas comunitárias sociais e organizações não governamentais (ONG)”. Vem a definição: “é a atuação do candidato em atividade de cunho social contados em anos e meses nos últimos dez anos”. Vejam que o critério ficou até pior, no meu entender. Por quê? Se já havia o objetivo de aparelhar com dirigentes, agora ficou da seguinte forma: “participação em entidades associativas, comunitárias e sociais”. É claro que a pontuação não pode ser idêntica a quem tem um doutorado, um mestrado, e isso foi reconhecido. Mas, de qualquer forma, a possibilidade de se pontuar favoravelmente para

que assumam funções gratificadas pessoas que são filiadas a entidades diretamente ligadas ao Governo é um caso concreto, é um risco bastante provável, um risco iminente, que deve se concretizar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É o aparelhamento do Estado, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida. De sorte que votarei favoravelmente ao projeto do Governo e votarei também favoravelmente à emenda do Senador Alvaro Dias, para que se extirpe essa possibilidade de aparelhamento estatal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco o projeto em votação nominal, ressalvada a emenda. Como é terminativo, passa-se à votação.

Senador José Pimentel.

Senadora Marta Suplicy. Como vota V. Ex^a, com o Relator?

A SRA. MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator é sim; contra o Relator é não.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta? Ausente.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB -SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Titulares do Bloco Parlamentar PMDB, PP, PSC, PMN, PV?

Senador Renan Calheiros? Ausente.

Como vota o Senador Relator Romero Jucá?

Como vota o Senador Vital do Rego? Ausente.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Roberto Requião? Ausente.

Como vota o Senador Francisco Dornelles? Ausente.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – “Sim”, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Titulares do Bloco Parlamentar PSDB/DEM?

Como vota o Senador Aécio Neves? Ausente.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? Ausente.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Sim”, com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Ressalvada a emenda.

Como vota a Senadora Kátia Abreu? Ausente.

Titular do PTB. Como vota o Senador Armando Monteiro? Ausente.

Como vota o Senador Gim Argello? Ausente.

Como vota o titular do PSOL, Senador Randolfe/Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – “Sim”, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o bloco Parlamentar PMDB, PP, PNM, PV? Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Voto “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Bloco Parlamentar PSDB/DEM. Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, ressalvada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira, suplente do PTB?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – A matéria principal está aprovada com a unanimidade dos presentes.

Vamos à votação da emenda de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para orientar a votação. Somos contrários à emenda. Então, a liderança do Governo encaminha o voto “não”, contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Quem vota “não” vota “não” à emenda. Quem vota “sim” vota “sim” à emenda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar a votação pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra para encaminhar, alguém tinha pedido a palavra pela ordem. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Gostaria que o Senador Romero Jucá pudesse reafirmar aquilo que me disse há pouco, ou seja, que a portaria que define a pontuação pela participação dos membros em organizações não governamentais foi revogada.

Quero que fique bem claro isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O que eu disse foi o seguinte: a Portaria nº 786, do Senador Alvaro Dias, a que ele se refere, foi revogada e substituída pela Portaria nº 1.653, e a pontuação foi modificada. A participação em ONGs, em associações e em entidades sociais passou a valer de um a dois pontos, enquanto pós-graduação vale cinco pontos; mestrado, quatro pontos; tempo de serviço, três pontos. Ou seja, a preponderância da participação em ONGs ou em entidades sociais, que havia na portaria anterior, foi substituída por pontuação de tempo de serviço, de pós-graduação, de mestrado, de doutorado e de outros cursos de formação técnica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quer dizer que não vale o QI. O QI não vale mais, não é, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a acha que o mérito de participar de uma ONG pode definir a escolha? Quero saber se V. Ex^a é favorável a isso ou não?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Penso que esse é um ponto importante se o funcionário de carreira... Estamos tratando aqui de funcionário de carreira!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim, do funcionário de carreira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se o funcionário de carreira, além de ter mestrado ou doutorado, tem a condição de ser participante de entidades sociais e, portanto, tem experiência de discutir com a sociedade e de participar de movimentos populares, esse é um fator positivo, que deve ser contado, sim. E isso conta somente um ponto. Portanto, isso não é mais preponderante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas um ponto pode definir a escolha. V. Ex^a está dizendo que foi revogado, mas não o foi. É o aparelhamento do Estado! Eu apenas queria saber se devo votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa, o Relator já esclareceu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar o voto do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Dias, para encaminhar a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, sucintamente, com a maior tranquilidade, quero dizer que o Líder do Governo lê diferentemente de mim. Nossa leitura é dispare. Quem elaborou essa emenda foi um técnico que trabalhou por muitos anos na Previdência Social e que conhece profundamente a legislação do setor previdenciário. Não há hipótese de equívoco de nossa parte. O que houve foi uma alteração em relação à computação de pontos referente a quem participa de organizações não governamentais. Houve uma alteração. Eu disse: minimizou um pouco, mas não fechou a porta. É a porta aberta para o aparelhamento do Estado. Por isso, recomendamos o voto favorável à emenda, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero encaminhar a matéria em nome do Bloco composto pelo PT, PR, PDT, PSB, PCdoB e PRB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em nome do Bloco, tem a palavra V. Ex^a para encaminhar a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, aqui, estamos tratando dos gerentes executivos, que são cem pessoas da Previdência Social, e são eles que presidem os Conselhos Estaduais da Previdência Social. Esse Conselho é composto por dez membros: seis deles são da sociedade civil, e quatro, do Governo Federal. As entidades da sociedade civil pediram que fosse introduzido esse critério, para que o gerente executivo que preside o Conselho Estadual tivesse o mínimo de compreensão do movimento social e não fosse um burocrata que, muitas vezes, nem dialoga com o movimento social. Portanto, ele é resultado desse processo. Havia uma distorção na Portaria de 2003, porque não havia pontuação. Criamos critérios objetivos, e, num conjunto de itens, ele vale apenas um ponto, para atender exatamente a esse requisito acordado em 2003.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Pimentel, permita-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos à votação da matéria!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu só queria que o Senador Pimentel esclarecesse se ele é filiado ao Greenpeace.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa, o Senador Pimentel não é o Relator da matéria. O Relator da matéria é o Senador Romero Jucá.

Vou colocar em votação a emenda do Senador Alvaro Dias, com parecer contrário do Relator.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a emenda votam “sim”; os que não concordam com ela votam “não”.

Senador José Pimentel, como vota V. Ex^a?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel vota “não” à emenda.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acompanho o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não” à emenda.

Senador Marcelo Crivella

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, aplaudindo a nossa oposição, que, realmente, tem uma galhardia enorme e gostaria que valesse menos um a participação em ONG, que a pontuação fosse negativa, voto contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não” à emenda.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto conhecido: “não” à emenda.

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa)*

Ausentou-se.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vivenciei, como Governador e como Prefeito, essas tentativas de aparelhamento do Estado por organizações não-governamentais. Por isso, acompanho o parecer do nobre Senador Alvaro Dias e voto “não”... Aliás, voto “sim” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias não vota porque é autor.

Senador Armando Monteiro. *(Pausa)*

Ausente.

Senador Gim Argello. *(Pausa)*

Ausente.

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa)*

O Senador Randolfe se ausentou.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, como vota V. Ex^a?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – “Não” à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, como vota V. Ex^a?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – “Não” à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa Ribeiro, como vota V. Ex^a?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Voto conhecido: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, como vota V. Ex^a?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ciro Nogueira, como vota V. Ex^a?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos contar os votos.

Votaram “sim” três Srs. Senadores. Votaram “não” treze Srs. Senadores.

A emenda foi rejeitada.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para que dela se dê ciência ao Plenário e para que seja publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

O projeto foi aprovado. A emenda foi rejeitada.

O projeto vai, na íntegra, para a publicação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, relativamente ao item 7, que é um projeto de autoria do Senador Magno Malta e relatoria da Senadora Kátia Abreu – foi concedida vista – que diz respeito à questão do seguro transformador para o...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RO) – Eu sei, não está, mas eu queria dar o seguinte aviso.

Eu tratei com o Senador Magno Malta, que é o autor do projeto e acertei com ele que iria solicitar a retirada de pauta do projeto por três sessões, pelas próximas três sessões, para que eu tente, junto ao Governo, junto à Aneel, uma solução.

O projeto é meritório, tem o custo do relógio adicional. Nós estamos tentando construir uma alternativa. Então, em contato com o Senador Magno Malta, ele concordou que nós retirássemos o projeto de pauta nas próximas três sessões para tentar chegar a um entendimento junto à Aneel e ao Ministério das Minas e Energia.

Era essa solicitação que queria fazer a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O projeto será retirado da pauta tendo em vista, inclusive, que o relator da matéria não se encontra presente nesta sessão.

Vamos passar ao item 4 da pauta. Antes, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O que tenho a dizer é justamente sobre o item 4. Peço a retirada desse projeto já que sou o seu relator e fui consultado sobre essa possibilidade pelo nosso Senador Luiz Henrique, que apresentou um voto em separado.

Acho melhor, para estudar mais detidamente essa matéria, de forma mais aprofundada, retirá-la de pauta até a próxima sessão.

Agradeço a V. Ex^a.

A matéria está retirada de pauta, mas concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apresentei um voto em separado porque vivenciei muito fortemente, em Santa Catarina, essa questão da valorização da inteligência policial, da polícia técnico-científica.

Apresentamos uma emenda constitucional e demos autonomia ao instituto técnico-científico. E os resultados que decorreram disso foram extraordinários, conforme já relatei aqui em outra reunião desta Comissão. Para que tenham ideia da eficácia da inteligência policial, tivemos, no nosso governo, 53 sequestros e todos eles foram resolvidos graças ao uso de ferramentas tecnológicas e graças à grande eficácia do instituto técnico-científico. Por isso, apresentei um substitutivo para salvar esse projeto.

Evidentemente que a independência desse organismo depende de emenda constitucional, mas estabelece uma nova redação ao § 2º do artigo que permite, tranquilamente, a sua aprovação nesta Casa.

Concordo com a retirada para que V. Ex^a possa reexaminar melhor a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O projeto está retirado de pauta.

ITEM 6

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2009

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Autoria da Emenda nº 1-PLEN: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-PLEN.

Observações: *A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais.*

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para leitura do relatório.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, chega à nossa apreciação. Trata-se da regulamentação da profissão de Historiador. A matéria foi analisada, inicialmente, na Comissão de Assuntos Sociais para onde deve retornar após a apreciação nesta Comissão e na Comissão de Educação. Depois, foi a exame em plenário em razão de recursos. Na ocasião, recebeu emendas de autoria do Senador Alvaro Dias. Na sequência, os Requerimentos nºs 416 e 417, de 2002, dos Senadores Flávio Arns e Flexa Ribeiro, respectivamente, foram aprovados para que houvesse oitiva na Comissão de Educação e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificando a proposição, o autor destaca a ampliação da área de atuação dos Historiadores. Hoje, esses profissionais atuam, entre outras áreas, no âmbito industrial, no turismo, na comunicação e nas artes.

ANÁLISE

O projeto não apresenta dispositivos que conflitam com a Carta Magna. Também foram observados os pressupostos relativos à competência, à iniciativa e as regras regimentais. A doutrina constitucional e tra-

balhista defende a não ingerência excessiva do legislador no exercício das profissões. Regras excessivas acabam beneficiando pequenos grupos corporativos, que acabam supervalorizando o próprio trabalho em relação ao de outros profissionais.

São consideradas exceções as atividades que envolvem a saúde, a segurança e a educação dos cidadãos. Nesses casos, a omissão do legislador pode permitir que pessoas inabilitadas coloquem em risco valores, objetos ou pessoas.

No caso dos Historiadores, é inegável que eles exercem papel relevante, com impactos culturais e educativos capazes de ensejar a presença de normas regulamentadoras. Assim, estamos conscientes de que a análise da constitucionalidade possui o seu quinhão de análise de mérito, que, em nossa visão, se encontra presente na proposta em apreciação.

Finalmente, quanto à emenda apresentada, nossa posição é favorável. O texto original no inciso era excessivamente detalhista e enumeratório, o que depõe contra a generalidade, clareza e precisão da norma.

Voto.

Sr. Presidente, em face dos argumentos aqui expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, com o acolhimento da Emenda nº 1 de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Comunico aos Srs. Membros desta Comissão que, tendo em vista, a aprovação, na última reunião, do Requerimento nº 2, de 2011, CCJ, de criação de uma nova subcomissão temporária, composta por cinco membros, para analisar a chamada reforma administrativa desta Casa para análise do Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, designo os Senadores Eduardo Suplicy, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraz e Cícero Lucena para comporem a referida comissão.

Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pedindo desculpas pela interrupção no momento em que pedia a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Eunício Oliveira, considero importante que V. Ex^a agora dê prioridade para realização desse trabalho. Eu fui um dos membros da subcomissão temporária, presidida pelo Senador Jarbas Vasconcelos,

que teve o Senador Valadares como Vice-Presidente, Tasso Jereissati com Relator, Pedro Simon e Antonio Carlos Júnior.

Pelo relatório do Senador Tasso Jereissati, apresentamos um substitutivo que propõe uma redução de 39 para 6 no número de diretorias de nível superior, a diminuição de 40% das despesas com funções comissionadas da administração em gabinetes parlamentares. Os órgãos estratégicos de direção passam a ser a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria-Geral da Administração para exercerem a coordenação central das áreas legislativa e administrativa. Como parte da direção superior, são criadas as Secretarias de Comunicação Social, de Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Centro de Informação e alcançaria 85% nas de chefes de gabinetes administrativos, 62% de assessores administrativos, 57% de assistentes técnicos.

A reforma visa a promover o agrupamento de unidades administrativas, acabando com as superposições, por meio de racionalização de recursos humanos e materiais.

Acredito, Sr. Presidente, que essa subcomissão poderá examinar, com muita atenção, as diversas proposições, visando a atender o objetivo de fazer do Senado uma Casa que funcione de maneira mais transparente, enxuta e a serviço do povo brasileiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraz.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradecendo, a delegação de V. Ex^a, pergunto se as normas e os procedimentos para funcionamento dessa subcomissão estabelecer-se-ão pela reunião dos Senadores que receberam a delegação de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, as regras...Na próxima reunião possível, vamos eleger entre os membros da subcomissão quem vai presidir e quem vai ser o relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon, que foi um dos membros dessa comissão cujo relatório, no final, ficou inconcluso por emendas apresentadas por S. Ex^a, veio hoje aqui e pediu para fazer uso da palavra.

Eu concedo a V. Ex^a a palavra neste momento. Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu peço desculpas aos membros da Comissão pela minha intromissão, mas, na verdade, como junto com o Senador Suplicy, participamos de uma comissão que, durante muito tempo, debateu essa matéria, eu me senti na obrigação de vir aqui e falar com os companheiros sobre essa situação. O Senado viveu uma crise muito séria. Muito, muito séria. Reparem os senhores que o Senador Jader renunciou porque ia ser cassado como Presidente. O Senador Antonio Carlos Magalhães renunciou porque ia ser cassado como Presidente. O Senador Renan renunciou à Presidência porque ia ser cassado como Presidente e, renunciando à Presidência, não foi cassado. No caso do Jader, ele renunciou à Presidência e ao mandato de Senador. No caso do Antonio Carlos, ele renunciou à Presidência e ao mandato de Senador. E, no caso Renan, ele renunciou apenas à Presidência do Senado; com isso, houve a votação e ele conseguiu ser absolvido e não ser cassado porque já tinha renunciado.

O Presidente Sarney também enfrentou uma crise muito séria. Cá entre nós, o fator muito forte a favor de a questão não ser levada adiante foi a posição do Presidente Lula. O Presidente Lula participou e praticamente teve uma atuação no sentido de fazer um apelo, no sentido de defender o Presidente Sarney. Aliás, naquela ocasião, o PT tinha o candidato a Presidente, que era o então Senador pelo Acre e que concorreu. Eu votei no Senador do PT. Eu votei no Senador do Acre. Mas o próprio PT, a pedido do Presidente Lula, teve de votar e votou no Presidente Sarney, enquanto que a oposição votou no candidato do PT – inclusive, eu fui um dos que votaram no candidato do PT.

Aí foi criada a comissão, que teve um longo trabalho. Um longo, longo trabalho. Criou-se, pediu-se à Fundação Getúlio Vargas um parecer. Na minha opinião, a questão do parecer da Fundação Getúlio Vargas, e até a nossa comissão, é que houve muito a presença dos funcionários do Senado. O comando, este Senado tem uma equipe que dirige. A maioria das questões acontece e nós Senadores nem estamos sabendo o que está acontecendo.

Por exemplo, nós ouvimos o depoimento do grupo de Comunicação, que apresentou um trabalho espetacular. Realmente o Presidente Sarney criou a TV Senado, a Rádio Senado, o *Jornal do Senado*, coisas altamente positivas. E ficou nisso. Não se discutiu, por exemplo, o que dizem alguns, que a estrutura da TV Senado é maior que a estrutura da Globo. Quer dizer, nesse debate, nem se tocou nessa questão.

Nós temos uma tipografia que acho fundamental. Para a Gráfica do Senado eu dou nota dez: é excepcional, positiva. Agora, não se discutiu o que dizem, que

a estrutura da Gráfica é maior que a estrutura da *Veja*. Criou-se um serviço de Museu, um serviço de Museu, cuja estrutura, se vocês virem – estou distribuindo esse livro em que faço toda esta análise: o serviço de Museu nosso, vocês vão ver, tem a estrutura de um museu da República. E o que é o serviço de Museu? São as peças que vieram do Palácio Monroe e que, quando demoliram o Palácio Monroe, elas vieram e, vocês vão ver, estão umas aqui e outras ali.

Hoje, se vocês repararem a Polícia do Senado, vocês podem determinar que... Hoje, nós temos o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia do Senado, quer dizer, é uma estrutura impressionante! Criaram um negócio tipo SNI, um serviço de inteligência, para ver, para investigar. É uma coisa fantástica o que aconteceu.

A questão dos atos secretos, as nomeações que existem, o número de funcionários que ganha bem mais do que nós, Senadores, são coisas... Não sei qual é o número, Suplicy, de funcionários que temos, com os terceirizados. Dez, doze, treze mil?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São mais de dez mil.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, é uma série de coisas que acontecem.

Por exemplo, fato para o qual a gente chama a atenção: vota no plenário. Aconteceu várias vezes, Senador Suplicy. Então, votamos no plenário. Está em votação, no plenário, as conclusões da Ata da reunião executiva do dia tal. A gente vota. Para a reunião da Executiva da Mesa do dia tal, foram criados não sei quantos cargos, que a gente nem tem conhecimento! A gente nem tem conhecimento do que aconteceu. A reunião da Mesa já é assim, muitas vezes, quer dizer, a Mesa vai, depois, os caras passam a colher as assinaturas. Vota-se no plenário sem se saber, absolutamente, o que se está votando.

Então, há um descontrole total, absoluto – absoluto! – com relação a essa questão. Se o Presidente Sarney diz que essa questão foi resolvida, não é verdade. Não foi feito nada. Foram feitas umas modificações aqui, acolá, com relação a cargo etc., mas, sobre toda aquela discussão que foi feita, absolutamente nada aconteceu.

Quando chegamos no final, o Tasso Jereissati apresentou um parecer. Mas nós, por unanimidade... O Suplicy apresentou suas propostas, eu apresentei esse estudo, mas o parecer não analisa isso. Ele apenas faz uma proposta. E nós achamos que o assunto era tão sério e era tão importante que nosso pedido foi ao Demóstenes, Presidente da Comissão, para que recebesse aquilo, e que o novo Congresso, o novo Senado criasse uma nova comissão para debater a matéria.

A primeira notícia que saiu no *Jornal do Senado* teria saído dizendo que a matéria ia para o plenário; que aquele parecer do Senador Tasso Jereissati iria para o plenário. Eu me preocupei. Procurei V. Ex^a, procurei, principalmente, os membros da comissão anterior, e nós nos movimentamos, no sentido de dizer que não poderia ir para o plenário, porque não houve nenhuma discussão, nem na subcomissão, nem no plenário sobre aquele parecer do Tasso.

Então, felicito V. Ex^a, que houve por bem atender à ideia, que é, realmente, criar a comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria, Presidente Eunício Oliveira, de fazer aqui uma sugestão, diante desse depoimento, e contribuição daquele que tem, primeiro, ao lado do Presidente José Sarney, é o Senador com o maior número de mandatos. O Senador Pedro Simon está aqui há mais tempo que todos nós. Quatro mandatos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com todo carinho, deixe eu terminar a exposição. Por favor!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria fazer só esta sugestão...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Vai fazer mal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria propor, ainda que o Senador Pedro Simon não esteja como membro titular ou suplente...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ora, por favor, se é para cassar, eu casso o aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... que V. Ex^a considere...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Cassei o aparte!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...e o nomeie para a comissão, porque ele tem uma contribuição tão significativa.

Ele deveria estar na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, todos nós temos muito respeito pelo Senador Pedro Simon, mas só pode fazer parte da Subcomissão ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... desta Comissão quem é membro desta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por amor de Deus, nem eu estou aqui para isso.

Quero-lhe dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon estava preocupado que a matéria fosse diretamente ao plenário. Procurou-nos e eu disse ao Senador Pedro Simon que não, porque, ao ler o relatório final, constatei, inclusive, que o relatório estava inconcluso, por emendas apresentadas por V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que não tinham sido sequer apreciadas.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, a que se destina essa Subcomissão? A fechar um parecer.

Quero deixar bem claro que já houve uma consulta, uma contratação da Fundação Getúlio Vargas. Inclusive, o Senador Dornelles foi indicado por esta Comissão e pediu que o seu nome fosse retirado, porque ele é membro da Fundação Getúlio Vargas e, por uma questão ética, estava impedido de participar desta Comissão.

Esta Comissão tem um objetivo: analisar todas as questões e concluir, dentro do prazo estabelecido de 90 dias, o parecer. Fui bem claro ao dizer que esta Presidência não pedirá e nem contratará mais nenhuma fundação, e mais ninguém, porque nós temos dois pareceres da própria Fundação, além do trabalho feito, com seriedade, durante quase 12 meses.

Então, eu só queria concluir, dizendo para V. Ex^a o seguinte: tem V. Ex^a a palavra, mas a preocupação de V. Ex^a está atendida, porque essa Subcomissão, obviamente, atendendo dentro do projeto apresentado, dentro do relatório apresentado, que não foi votado, e apreciando as emendas de V. Ex^a, que, tenho certeza, darão uma grande contribuição, aí, sim, esta Comissão vai apresentar um relatório que será submetido ao Plenário desta Comissão e ele, sendo aprovado, vai ser encaminhado para a Presidência da Casa.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, não me passa pela cabeça participar. Eu agradeço o Senador Suplicy, mas é evidente que V. Ex^a tem razão. Mesmo que eu fizesse parte, não se trata, aqui, de quem vai entrar ou de quem não vai entrar. Trata-se de uma obrigação minha, que participei da anterior, avisar os companheiros que estão chegando sobre a matéria.

Com toda sinceridade, vi uma entrevista do Presidente do Senado a um *blog* muito grande, em que ele diz que essa matéria já está resolvida, que a reforma já foi feita, que está tudo bem, que não sei o quê. Com todo o respeito, não é verdade. Foram feitas algumas

modificações, mas nada que diga respeito à seriedade, à gravidade desse assunto do Senado.

Eu acho, com toda sinceridade, Sr. Presidente, que esta é a grande oportunidade. Acho que a coisa foi-se deteriorando, foi-se deteriorando. Hoje, são 13 mil funcionários. Treze mil funcionários! Nós temos, praticamente, para cada Senador, dez vezes mais funcionários que um Deputado tem, e a coisa chegou ao limite da deterioração.

Eu vejo, aqui, e felicito pelos nomes indicados: Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Vicentinho Alves, Francisco Dornelles – que diz V. Ex^a que não vai participar. Agora, a única coisa que eu acho, com todo respeito, é que poderia incluir na Comissão alguns que já eram Senadores, porque esse todos estão entrando pela primeira vez.

Com todo o respeito ao Vital, ao Ricardo, se se pudesse colocar mais alguém, por exemplo, o próprio Suplicy, que já foi membro ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Suplicy faz parte da Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho que seria interessante, porque se for só Senador que está entrando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Suplicy e o Senador Cícero Lucena eram da gestão passada, da Legislatura passada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu diria aos Senadores que estão entrando que estou deixando, aqui, e peço a gentileza da Secretaria para que entregue aos membros da Comissão... Eu faço um apelo muito grande: é muito mais sério do que parece.

A cada ano aparece uma crise em que o Senado vai para a página policial. E fica um tempão na página policial. Depois, não sei o quê, não sei o quê, e sai. Mas nós nunca resolvemos. Nós nunca resolvemos até agora o que tínhamos obrigação de resolver. Então, isso é muito sério. É muito sério.

Eu acho que a Comissão e V. Ex^a podem prestar um grande trabalho. Acho que agora, até porque é o primeiro ano, é o início, nós temos ocasião e coragem de fazer essa mudança que na verdade nós não fazemos.

Eu diria que não há... Se vocês me perguntarem se tem alguém culpado aqui, o primeiro é o Sarney e o segundo sou eu. O Sarney tem cinco mandatos e eu tenho quatro, apenas ele tem em termos de antiguidade. Ele foi quatro vezes presidente e eu nunca fui. Mas eu sou dos que tenho mais culpa. Não estou aqui bancando o bacana. Essas coisas aconteceram com a minha ação ou com a minha omissão. Eu sou o

responsável, não estou aqui querendo bancar o bacana não. Se essas coisas todas aconteceram, eu tenho participação. Agora, confesso, a grande participação do Senado é pela omissão. As coisas são feitas, estão andando, a gente não toma conhecimento, ninguém quer saber. A gente não quer saber das decisões da Mesa, das decisões da Comissão. A gente não toma conhecimento. As coisas acontecem e a gente não tem nenhuma participação.

Por isso, faço um apelo aos senhores que estão entrando, que estão começando e que vão fazer esse trabalho.

V. Ex^a, pela sua competência e pelo grande trabalho que fez na Câmara, vem e já é Presidente da Comissão. Eu faria um apelo nesse sentido: vamos levar a sério essa matéria e vamos fazer isso.

O que estou dizendo aqui eu vou dizer do plenário do Senado, chamando atenção para esse detalhe. Este é um assunto muito sério, muito sério, e o medo que tenho é de que seja assim, em noventa dias passa, termina e não acontece nada, como até agora não aconteceu nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Desculpe.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Eu prometo a V. Ex^a que não falo um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Um dos momentos mais tristes, mais dramáticos, mais melancólicos, mais constrangedores que nós Senadores passamos na legislatura passada foi quando se divulgou nas páginas dos jornais que tínhamos milhares e milhares de cargos, que gastávamos milhões na administração desta Casa e que os atos eram feitos secretamente.

Agora, Sr. Presidente, eu já não tenho mais a atenuante que tive diante da imprensa do meu Estado para dizer: olha, eu sou um aspirante, eu cheguei lá agora, eu fui surpreendido por isso, eu não tive tempo de estudar. Então, o povo do meu Estado, com a sua generosidade, me reconduziu e disse: realmente ele é inocente nesse caso. Agora, a minha atenuante passou a ser agravante, estou no segundo mandato e estou preocupado, Presidente, porque realmente os números assustam.

Eu peço a V. Ex^a... Vou ler agora, no período do Carnaval, *O Senado nos Trilhos da História*. Vai ser

uma leitura triste, amarga, mas eu vou agora, nem que seja como João Batista, clamando no deserto, pedir que nós façamos a reforma necessária. É uma questão importante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Presidente, apenas para registrar que, no primeiro momento que soube que V. Ex^a iria presidir esta Casa na condição de 1º Secretário, eu solicitei a V. Ex^a que pudéssemos priorizar esse projeto que se encontra nesta Comissão, com todas as suas valorosas contribuições, com os debates anteriores que já foram travados e, conseqüentemente, considerando que este aqui será o passo fundamental para que esta Casa possa ocupar o seu verdadeiro espaço que a sociedade espera e acredita que é a nossa responsabilidade.

O Senador Pedro Simon, entre tantas coisas, como sempre, com equilíbrio, com a experiência e com a consciência de homem público, disse que realmente nós temos o número. Muitos dizem o número, mas eu queria só esclarecer, rapidamente, sem questionar, que é verdade que a estrutura desta Casa hoje é composta praticamente por um terço de servidores da Casa, um terço de cargos comissionados e um terço de prestadores de serviços. E nós não temos, em canto nenhum desta Casa, algo que diga qual é a lotação ideal para que ela funcione com a qualidade que merece o Congresso. Não estou fazendo pré-julgamento se ela está funcionando bem ou se está funcionando mal, mas tenho certeza absoluta de que poderemos fazer muito para que a Casa cumpra seu papel. E fico feliz de esta Comissão estar sendo instalada e de nós podermos debater aquilo que já é essa bela contribuição, fruto desse trabalho feito por esta Comissão, com tantos ilustres Senadores que já o fizeram, com a assessoria de fundações que também já foram prestadas, mas tenho certeza absoluta de que a disposição de V. Ex^a é a da Casa. Eu, como 1º Secretário, também estarei acompanhando essa Comissão, participando e colaborando para que possamos extrair de um debate amplo, um debate comprometido, a solução desse problema, e, conseqüentemente, naquilo que me couber à frente da 1ª Secretaria, terei o prazer de implementar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra ao Senador Pedro Taques, quero comunicar aos membros desta Comissão e da Casa que, para mostrar que este é um assunto da maior importância e tem que ter total transparência, determinei à Secretaria que colocasse à disposição dos Srs. Senadores o esboço do relatório

assinado por todos os membros da Comissão anterior, que não chegou a ser submetido à votação, para que todos os senhores tenham conhecimento do que contém esse chamado pré-relatório, já que não chegou a ser aprovado na Comissão.

Passo a palavra ao nobre Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar rápido, só para cumprimentar o Senador Pedro Simon e dizer a ele que vou ler este material que V. Ex^a me entregou e o material que o Presidente vai fazer chegar às nossas mãos com muita atenção. Porque não existe forma de criarmos uma legislação no Brasil que siga a honestidade cívica que a Constituição exige, a não ser começando pela nossa própria Casa. O Senado precisa dar esse salto. Não estou fazendo juízo de valor, estou fazendo juízo de fato, porque nós que acompanhamos a última legislatura conhecemos alguns fatos.

Assim, Senador Pedro Simon, quero expressar a V. Ex^a que é uma honra estar aqui ao seu lado e dizer que vou ler com muita atenção e vou me preocupar com o que V. Ex^a me entregou.

Aos membros da Comissão que se inicia, digo que tenho absoluta confiança nessa nova Comissão. Todos aqui esperamos que não seja mais uma comissão que termine, para que nós marquemos mais uma comissão. Existe um adágio que diz que quando você não quer resolver um problema você cria uma comissão. Mas eu quero expressar aos membros da Comissão da Reforma Administrativa a total confiança de que os Srs. Senadores elaborarão um trabalho que trará orgulho à CCJ e aos membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Eunício, apenas para fazer um registro. Hoje, apresentamos um requerimento na Comissão de Direitos Humanos, naquele momento presidida pela Senadora Marta Suplicy. E, ontem, acho que ouvi no plenário o Senador Suplicy tocando nesse assunto, a respeito dos haitianos que estão na fronteira do Acre com o Peru. Hoje, recebi informações, Senador Suplicy, de que a situação daqueles nossos irmãos haitianos é muito difícil, muito difícil mesmo. Ora, se é verdade que o Brasil, sempre que o Haiti precisou, estendeu a mão – estamos lá com o Exército, ajudando nos momentos mais difíceis –, agora os haitianos estão aqui na nossa porta. A informação que temos é de que mais de duzentos haitianos estão lá vivendo em condições sub-humanas.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que isso ficasse registrado aqui, porque a situação é grave. Inclusive

apresentamos requerimento na Comissão de Direitos Humanos para que esta Casa designe uma comissão de três Senadores para visitar *in loco* e ver a situação que aquele povo está passando.

Fica aqui o nosso registro, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É só para me associar à preocupação do Senador Sergio Petecão. Como acreano, digo que a situação é grave, mas gostaria de informar à Presidência e ao nobre Senador Sergio Petecão que esse assunto, por contra da gravidade que traz para esta Comissão, foi tratado na Comissão de Relações Exteriores, na Presidência do Presidente Collor, e nessa mesma... até porque esse é um assunto que diz respeito diretamente ao Ministério das Relações Exteriores.

E foi apresentada a proposta de se criar uma comissão temporária, para fazer essa visita ao Estado. Então, já está formalizado, e entendo que o mais adequado é nos somarmos todos no esforço de, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores, fazermos a condução desse processo, que é grave e exige um posicionamento já.

Era só para informar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011.

INSTALAÇÃO

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dois de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Magno Malta, Lídice da Mata, Roberto Requião, Benedito de Lira, Ana Amelia, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Gleisi Ho-

ffmann, Vicentinho Alves, Luiz Henrique, Alvaro Dias, Cyro Miranda, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Justificam a ausência os Senhores Senadores Garibaldi Alves, João Alberto Souza e Cristovam Buarque. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Ricardo Ferraço, Marinor Brito, Anibal Diniz, Pedro Taques, Valdir Rupp, Waldemar Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão e Randolfe Rodrigues. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2011/2012. Prosseguindo, o Senhor Senador Alvaro Dias usa da palavra para justificar a ausência da Senhora Senadora Marisa Serrano, indicada pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – para ocupar a vice-presidência desta Comissão. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente, Senador Pedro Simon, convida os Senhores Senadores Paulo Bauer e Ângela Portela para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador **Roberto Requião**, 18 (dezoito) votos, para Vice-Presidente – Senadora **Marisa Serrano**, 18 (dezoito) votos. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Pedro Simon, proclama eleitos e empossados os Senadores **Roberto Requião** e **Marisa Serrano** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Usam da palavra os Senhores Senadores Marinor Brito, Wellington Dias, Waldemar Moka, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Inácio Arruda, Cyro Miranda, Paulo Paim, Lídice da Mata, Walter Pinheiro e Ana Rita. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Presidente recém-empossado, Senador Roberto Requião. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador Roberto Requião, submete ao plenário proposta no sentido de convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a abertura dos trabalhos da Comissão, com vistas a expor as diretrizes do plano de Governo para os próximos anos na área educacional. A proposta é aprovada. Logo após, o Senhor Senador Inácio Arruda apresenta Requerimento no sentido de convocar a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, para exporem as prioridades dos respectivos Ministérios para os próximos anos, o que é aprovado. Neste momento, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **ROBERTO REQUIÃO**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

A presente reunião tem por finalidade a escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

Até o momento, de maneira democrática, como são feitas todas as eleições aqui no Congresso Nacional, há apenas uma chapa registrada: como Presidente, o Senador Roberto Requião e, como Vice-Presidente, a Senadora Marisa Serrano.

Encontram-se sobre a mesa, à disposição dos Srs. Senadores, cédulas de votação devidamente rubricadas. A urna está ali, as cédulas estão aqui.

Pergunto ao candidato a Presidente se tem o desejo de fazer alguma manifestação. S. Ex^a já foi Presidente desta e de várias comissões, e eu posso anunciar...

O pessoal que se prepare, porque o Senador Requião é de tirar o couro de todo mundo!

V. Ex^a fala agora ou fala depois?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – RS) – Não quero correr o risco de falar e ser rejeitado!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para justificar a ausência da Senadora Marisa Serrano, a indicada do PSDB: ela está no Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Ela não esteve aqui ontem também. Há algum problema com ela?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Cirurgia no joelho. Ela está cuidando do joelho, mas após o Carnaval estará de volta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Futebol ou vôlei?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Coisas do esporte, não é Senador Pedro Simon?

A Senadora Marisa Serrano é a indicada do PSDB. É uma educadora que tem atuação destacada nesta Comissão e, certamente, oferecerá uma grande contribuição à gestão do Senador Roberto Requião, que tem experiência por ter sido ex-Governador e por ter se dedicado à educação no Paraná.

Nós esperamos que esta Comissão possa, realmente, alcançar os seus objetivos, produzindo um resultado extremamente favorável aos interesses do

desenvolvimento nacional, que são sustentados pela educação no país.

Portanto, a Senadora Marisa Serrano é a nossa indicada para a Vice-Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a quer fazer alguma manifestação sobre o indicado para Presidente?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a tem algum pensamento a expressar sobre o indicado à Presidência?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ao candidato a Presidente, eu me referi rapidamente. Creio não haver necessidade de qualquer apresentação do candidato à Presidência, uma vez que ele já foi Senador e, se não me falha a memória, já foi até Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Sua memória não falha: foi um grande Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já foi Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Quanto a isso nós não temos dúvida. A dúvida é em relação ao voto de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O meu voto é fechado, mas, pelo menos nesta oportunidade, o Senador Requião tem o meu voto!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Vamos para a votação?

Começamos pelo Bloco de Apoio ao Governo: Angela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda.

PMDB: Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges; Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amelia Lemos.

O PSDB tem: Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Kátia Abreu.

PTB: Armando Monteiro, João Vicente Claudino.

PSOL: Marinor Brito.

Suplentes, Bloco de apoio ao Governo: Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Pedro Taques.

Bloco Parlamentar PMDB, PP, PSC, PMN e PV: Valdir Raupp, Luiz Henrique da Silveira, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sergio Petecão, Francisco Dornelles.

Bloco Parlamentar PSDB, DEM: Alvaro Dias, Cyro Miranda, Cícero Lucena, Jayme Campos, José Agripino.

PTB: Mozarildo Cavalcanti.

PSOL: Randolfe Rodrigues.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Convido os Senadores Angela Portela e Bauer para fazerem a apuração, já que há número regimental.

Senadora Angela. (*Pausa.*)

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Roberto Requião, Senadora Marisa Serrano, votos.

Roberto Requião, Senadora Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano, mais um voto.

Roberto Requião, Marisa Serrano, mais um.

Roberto Requião, Senadora Marisa Serrano.

Senador Roberto Requião, Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Senador Roberto Requião, Senadora Marisa Serrano.

Senador Roberto Requião, Senadora Marisa Serrano, mais um voto.

Roberto Requião, Marisa Serrano, mais um.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano, mais um voto.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Roberto Requião, Marisa Serrano.

Último voto: Roberto Requião, Marisa Serrano.

Então, eleitos, por unanimidade, o Senador Roberto Requião, Presidente, e a Senadora Marisa Serrano, Vice. Dezoito votos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Dezoito votos. Eleitos, por unanimidade, Senador Requião e Senadora Marisa Serrano.

É impressionante! Vai soar como manchete no Paraná a unanimidade do Requião.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está aí comprovada a passividade bovina, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Mas faço questão de salientar o carinho, o respeito e a admiração que tenho por V. Ex^a. V. Ex^a, ao longo da sua vida, é um homem que tem uma linha, tem um pensamento, e é impressionante a firmeza com que, desde o primeiro dia até hoje, V. Ex^a se manifesta fiel a essa linha. Prefeito de Curitiba três vezes, Governador do Paraná, até hoje, nesta Casa, V. Ex^a foi o Senador mais vedete que nós tivemos.

Quando tivemos uma CPI que tratou do sistema financeiro, ele era Relator e ganhou, no Ibope, da novela da Globo, porque todo mundo ligava para ver o seu desempenho. Inclusive, foi um gesto bonito dele,

porque foi convidado para trabalhar na Globo e não aceitou. Mas teve um desempenho de muita coragem, muita coragem! Olha, eu não sei se faria o mesmo. Mas, na hora de apurar, apurou e indicou nomes, inclusive de grandes amigos, grandes brasileiros e grandes líderes, mas que estavam envolvidos.

E ele disse isso mesmo: “É um grande amigo, é um grande brasileiro, é um grande líder, mas, nesse caso, eu tenho que denunciar”. Era meu candidato à Presidência da República na convenção do PMDB, achei que devíamos ter candidato, mas o PMDB achou que não, que a direção do partido disse que o PMDB é um partido que tem como meta a Vice-Presidência, não podemos sair dali porque não temos condições, mas seria um bom candidato.

Passo a Presidência a V. Ex^a. A Senadora Marina... A Senadora Marina foi em quem votei. A Senadora Marisa Serrano é uma grande companheira, V. Ex^a vai ter ao seu lado uma Senadora extraordinária e tenho certeza de que será um grande trabalho. (*Palmas.*)

A gente se sente meio assim... É uma situação que eu não gosto, presidir por ser o mais velho e ainda botam assim: presidente eventual, o mais velho. O Senador Garibaldi podia ter vindo aqui porque ele era o mais velho. Não veio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, eu gostaria que fossem expungidos, expurgados da Ata os elogios do Pedro Simon. O Pedro é meu irmão mais velho e, ao longo da minha vida política, tem sido, para mim, uma referência. Por outro lado, vemos que não existe verdade absoluta, porque, no caso desta eleição hoje, que deu a mim e a Marisa a oportunidade de dirigir a Comissão de Educação, o Nelson Rodrigues não tinha nenhuma razão quando se referia à unanimidade.

Já tive oportunidade de presidir a Comissão de Educação e, àquela época, formulamos a Lei de Diretrizes e Bases. Foi uma parceria extremamente interessante com o Senador Darcy Ribeiro. Inicialmente eu fui o Relator da Lei de Diretrizes e Bases, em função do meu interesse pela matéria da educação, mas, posteriormente, tendo assumido a Comissão Parlamentar de Inquérito das Letras Públicas, passei a relatoria para o Darcy Ribeiro.

Foi um momento marcante na minha vida. O Darcy, dizia-se, estava em estado terminal internado em um hospital de Brasília. Eu procurei o Darcy, na companhia de alguns Senadores, e disse a ele: Darcy, sabemos que o desejo de sua vida é relatar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ignore essa doença terrível que te consome. Saia do hospital e assumo a relatoria da Comissão. Eu estou lhe oferecendo, na condição de Presidente da Comissão de Educação,

a relatoria. No dia seguinte, o Darcy saiu do hospital, conduziu o processo de formulação da Lei de Diretrizes e Bases e sobreviveu um ano e meio, quando, à época, se dizia que ele não sobreviveria uma semana. O Darcy renasceu com a possibilidade de executar um trabalho pelo qual ele havia esperado a vida inteira: ser o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E, a rigor, só saiu por causa dele. Não fora ele, não teria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não teria saído.

De início, era uma lei corporativa, era quase um plano de cargos e salários, ela não tinha a abrangência que acabou tendo com o trabalho da Comissão e do Darcy Ribeiro. E o impressionante é que trabalhamos, à época, uma parceria segura, intensa com a Câmara Federal. E, na Câmara Federal, a grande parceira na confecção, na relação da Lei de Diretrizes e Bases foi a Deputada Marisa Serrano, que, indicada pelo PSDB, teve a gentileza de assumir, junto comigo, a Vice-Presidência da Comissão.

No Governo do Estado do Paraná, coloquei educação como objetivo principal de toda a administração. Consegui aprovar uma mudança constitucional estabelecendo 30% dos recursos públicos para educação. Conciliei a questão dos aumentos salariais com o sindicato e associação dos professores num acordo interessantíssimo. Para o melhor ensino do Brasil, teremos o maior salário do País. Condicionei, então, a melhoria da qualidade do ensino à progressão da remuneração dos professores. E, para isso, criamos um PDE, que é um plano de formação continuada de professores. Num acordo com a universidade federal e as universidades estaduais montamos cursos voltados à formação do nosso magistério nas diferentes áreas e vinculamos os aumentos salariais à melhoria da qualidade da educação.

O resultado hoje é conhecido: saímos do fundo do poço. O Paraná é um Estado importante, mas não tinha nenhum respeito do Brasil em relação à qualidade da sua educação. E nós hoje estamos no primeiro lugar do País em qualidade de educação segundo a avaliação do Ministério. O nosso PDE, de formação continuada, foi institucionalizado. E, de programa de governo, passou a ser, por emenda constitucional, programa de Estado. Não pode mais ser modificado a não ser que modifiquem a Constituição do Estado do Paraná. Todas as salas de aula do Estado do Paraná têm uma televisão multimídia. Tem um *pen drive*, que possibilita aos professores, acessando o portal de educação, formular suas aulas com informações que não são comuns em outros Estados brasileiros.

O portal de educação é alimentado pelos próprios professores. Por exemplo, se um professor no Paraná resolve dar uma aula sobre o Estado Novo, ele acessa o portal de educação do Estado e vai ter disponível textos de todos os historiadores, vai ter todas as informações possíveis sobre a época, inclusive discursos do Getúlio Vargas em vídeo. Ele vai captar isso tudo no laboratório de informática que existe em todas as escolas do Paraná – 48 computadores em cada escola é o mínimo – e ele vai montar a sua aula, uma aula presencial evidentemente, com a utilização da mídia. Ele joga tudo isso no *pen drive*. Montada sua aula, ela vai para uma comissão da Secretaria de Educação, que analisa a qualidade do trabalho feito. E, se a avaliação for positiva, essa aula passa a integrar a bibliografia do portal de educação do Estado do Paraná.

Os nossos professores do ensino público, associados aos professores das nossas universidades estaduais e federal, escrevem livros sobre todas as matérias. É um livro público e gratuito renovado a cada ano. É um livro dialético, é um livro que é analisado, reanalisado e reescrito a cada ano, e é distribuído para todos os alunos da rede pública do Paraná. Conseguimos avançar. Eu consegui, no Paraná, uma tarefa considerada extremamente difícil: havia até então, Pedro, uma oposição entre os professores e o Governo do Estado, que era história, era atávica, era antiga. Consegui sair do governo do Estado praticamente com apoio unânime do magistério do Paraná.

Não quero dizer a vocês que foi fácil, não quero dizer que não tivemos embates no caminho, mas o magistério reconheceu as intenções e o propósito do governo, e saímos praticamente com a unanimidade na visão e no conceito dos professores em relação à nossa política estadual.

Quero trazer para esta Comissão o debate dessas idéias e deixo, desde logo, claro que tenho uma profunda admiração pelo Fernando Haddad, o nosso Ministro da Educação. Ele foi um parceiro do Estado do Paraná no governo. E acredito que vamos poder interagir com o Ministério da Educação de uma forma crítica e extraordinariamente positiva.

De resto, agradeço a vocês essa unanimidade na votação que elegeu a mim e a Marisa Serrano e que foi, na prática, a negação daquele antigo e batido conceito do Nelson Rodrigues sobre unanimidade.

Muito obrigado.

Senadora Marinor.

(Palmas.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas para dizer que eu acho que está resolvido. A plataforma da Comissão de dois anos é

que ele faça pelo Brasil o que ele fez no Paraná. Já está resolvido, leve adiante.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Requião, queria me colocar à inteira disposição da Presidência da Comissão, de V. Ex^a, e da Senadora Marisa, na perspectiva de aprofundarmos neste espaço os debates necessários sobre o Plano Nacional de Educação.

Este é o ano do Plano Nacional de Educação. O País não pode esperar mais. Nós temos o resultado de uma conferência nacional que trouxe significativas contribuições em debates democráticos ocorridos no Brasil inteiro. Eu espero, com minha humilde militância nessa área, quase trinta e cinco anos, poder contribuir.

Inclusive, já antecipei alguns debates feito pela conferência nacional, dando entrada em alguns projetos de lei que pretendem criar no Senado o início de debate sobre o Plano Nacional. Como exemplo, cito uma alteração proposta ao Fundeb que descentraliza os recursos para os municípios brasileiros, já que hoje está centralizado nos governos estaduais, e determina que o valor a ser repassado seja o valor do ano da matrícula feita, para que o recurso acompanhe o tempo real da necessidade aluno/ano, além do índice que determina as modalidades educacionais. Hoje, o Fundeb é linear em relação a isso. Tanto faz a modalidade ser ensino fundamental com tempo integral ou uma turma de ensino fundamental que requer apenas um profissional que o valor determinado é o mesmo. Então, nós estamos propondo, através da planilha do Ipea, uma alteração na legislação.

Espero trazer esse debate no dia a dia para esta Comissão e coloco-me à inteira disposição. Vamos manter firmes o propósito de defender a educação pública de qualidade para todos e em todos os níveis. Dinheiro público, na minha opinião, no orçamento brasileiro, tem de ser para educação pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, eu tive oportunidade de assistir a uma entrevista sua na TV Senado e quero lhe dizer que considereei a entrevista excepcional. Acho que nós dois vamos trabalhar muito próximos, porque pensamos mais ou menos a mesma coisa sobre educação pública.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington eu só queria submeter a vocês uma ideia. Nós vamos ter que trabalhar numa relação muito intensa com o Ministério da Educação, e eu queria submeter ao Plenário a possibilidade de convidarmos o Ministro da Educação para abertura dos nossos trabalhos, quando ele faria uma

exposição inicial da sua política de educação para sabermos em cima do que estaremos trabalhando daqui para frente.

Se vocês concordam, eu peço à assessoria da Comissão que entre em contato com o Ministro e faça o convite.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, estou de pleno acordo com essa forma de encaminhamento no início dos trabalhos.

Quero, depois, tratar com a nossa Senadora Marinor. Na verdade, o Fundeb tem uma vertente só dos Estados.

Na verdade, o Senador aqui foi Governador, é preciso haver uma maior participação da União. A União tem uma participação ainda muito tímida.

O meu Estado repassa 60% dos recursos colocados no fundo para os Municípios e tem de trabalhar a sua política com os 40% que sobram. E isso acontece com vários Estados brasileiros. Mas eu quero só anunciar aqui a V. Ex^a e estou trazendo à Comissão: acho que o grande foco do Brasil é que nós temos, além da qualidade, além de um conjunto de temas que vamos trabalhar aqui – e tenho certeza de que a experiência de V. Ex^a no Paraná é muito positiva, muito importante e vai nos ajudar bastante a nortear o trabalho desta Comissão, e eu acompanhei também esse trabalho –, creio que o País vive, do ponto de vista social e econômico, um grande desafio que é essa área profissional. Acho que nós temos ainda grandes distorções: estamos nos centrado muito no ensino superior, pouco no ensino profissionalizante e quase nada no ensino de curta duração.

Creio que esta Comissão precisa ter um tratamento especial sobre isso. Acho que, se tivermos condições de ter nela um grupo de trabalho que possa debruçar-se sobre esse tema, que é de muita importância, quero apresentá-lo aqui à apreciação de nossos Pares.

Vamos estar juntos, trabalhando com todo entusiasmo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington, na verdade eu gostaria de ver o Fundeb ampliado e vinculado à formação continuada dos professores.

No Paraná, os professores saem, por um ano, da sala de aula e passam a frequentar as universidades naquele curso de formação continuada, de reciclagem, de renovação do conhecimento. Por um ano, tempo integral nas universidades; pelo segundo ano, 25% do tempo. E, durante esse tempo, eles trabalham junto com um grupo de professores nas salas de aulas, repassando o conhecimento. Nós temos no Paraná hoje

cerca de 5.400 professores, nas universidades públicas, fazendo esse curso de reciclagem. Eu gostaria de ver o Fundeb ampliado, financiando, para os Municípios e Estados, esse processo.

Por exemplo, Senador, durante o meu Governo, eu me opus ao piso dos professores. E por que eu me opus ao piso? E, ao cabo, foi consertado pelos Tribunais Superiores, mas ele ignorava os planos de cargos e salários dos Municípios e dos Estados. Então, se você tem um piso e esse piso não é uma remuneração mínima, mas um piso, ele incide nos diversos planos de cargos e salários de forma diferente. Vamos supor que o piso fosse de R\$2 mil, mesmo apoiado pelo Fundeb. Num Município onde a educação era absolutamente ignorada, onde não existia um plano de cargos e salários decente, seria R\$2 mil, mas onde um plano de cargos e salários bem elaborado tivesse ocorrido, ele podia de repente, na distorção do tratamento pelo plano, ir para R\$10 mil, R\$12 mil, o que seria absolutamente impossível. Então, nós estávamos propondo um absurdo. E as coisas se resumem a nada pelo absurdo.

Acho que nós temos de ter uma remuneração mínima para professor, vinculada a um plano de formação continuada e suportada por um consistente fundo de financiamento desse processo.

Senador Moka.

O Senador Moka vai se dirigir à Mesa, na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em guarani ou em português?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sabe que, lamentavelmente, nós não podemos, nem nos comícios, falar ou usar alguma expressão em guarani, que pode ser objeto de uma cassação, o que é lamentável.

Eu, que venho de um Estado que tem uma cultura muito próxima do bravo povo guarani, não sou descendente, mas, como médico, habituei-me a ouvir e a entender razoavelmente a língua, o guarani, que hoje no Paraguai, embora se fale espanhol, deixou de ser um dialeto e passou a ser também uma língua oficial dos paraguaios.

Eu quero dizer ao Governador do Paraná, Roberto Requião, hoje Senador da República, que a experiência de V. Ex^a no Paraná certamente será bem-vinda. É claro que os Estados têm peculiaridades – V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe disso. Mas o trabalho que lá foi feito certamente será uma referência para que a gente possa debater aqui, na Comissão. Eu, por 15 anos, Senador Roberto Requião, dei aula.

Eu estive em sala de aula, embora médico, como professor de Química, no meu Estado, durante 15 anos. Até sou muito mais conhecido como professor que propriamente como médico no meu Estado.

Eu quero aqui, hoje, ao saudá-lo dizer o seguinte: ao seu lado, nós temos o orgulho de uma Senadora do meu Estado, que é a Senadora Marisa Serrano.

Marisa dedicou grande parte de sua vida à educação. Foi professora, foi delegada do MEC, tem um conhecimento profundo e tenho certeza – a Marisa não pôde estar presente, pois fez uma cirurgia no joelho que a impossibilitou de estar presente – de que, ao seu lado, com a experiência de V. Ex^a, com o dinamismo e a determinação de V. Ex^a, esta Comissão de Educação, certamente terá, nesse biênio, anos dos mais produtivos, porque, particularmente, confio na competência e na determinação do Senador representante do Paraná, Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A nossa amiga Marisa não será Vice-Presidente da Comissão, ela será copresidente. Há muitos anos estamos trabalhando juntos nesse processo.

Senador Paulo Bauer, do vizinho Estado de Santa Catarina.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Bela e Santa Catarina.

É muito prazeroso estar aqui, presente a esta primeira reunião da Comissão.

Quero cumprimentar V. Ex^a pela eleição e, igualmente, a Senadora Marisa Serrano, e quero dizer que o nosso trabalho é, sem dúvida, um trabalho muito importante, de grande responsabilidade e com grande repercussão na vida do País.

A educação é uma das atividades que mais exigem dedicação e recursos públicos para se alcançar resultado e, sem dúvida, é a atividade de Governo que mais demora para apresentar resultados.

É como eu sempre digo: na saúde, a gente cura um paciente e manda de volta para casa; na segurança pública, a gente reprime uma manifestação ou um ato ilegal e a missão policial está cumprida; a educação começa desde a infância até a fase adulta do cidadão, com um trabalho muito constante. Por isso, é muito importante a atividade que nós vamos desenvolver aqui.

Igualmente acontece na cultura e no esporte, principalmente tendo em vista que, agora, teremos Jogos Olímpicos e outras atividades importantes nessa área, no País.

Eu apenas quero felicitar V. Ex^a.

Depois de toda a experiência que tive como Secretário de Educação de Santa Catarina em duas oportunidades, em dois Governos diferentes, coisa inédita em meu Estado, e não sendo educador, eu sempre disse, e digo, para todos os meus colegas ca-

tarinenses, que eu não sou da educação, eu sou para a educação. Por isso, não tenho nenhum preconceito, não tenho nenhum conceito de conflito com ninguém, apenas quero contribuir e colaborar. É o que pretendo fazer, e vou fazer, nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com o Senador Paulo Bauer, então Secretário de Educação de Santa Catarina, nós compartilhamos as experiências do Paraná. Compartilhamos o Portal de Educação, num convênio que fizemos, compartilhamos o Livro Público e eu tive o prazer de tê-lo na nossa Escola de Governo, conversando sobre educação.

Senador Armando Monteiro, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Senador Requião, eu queria me congratular com esta Comissão pela sua eleição e dizer que essa é uma circunstância muito feliz, parece-me, porque a sua presença na Presidência desta Comissão, com a bagagem, com a experiência, com a sua disposição e senso crítico, eu creio que é fundamental para que o Congresso possa oferecer uma contribuição ao País, neste momento em que, mais do que nunca, a educação tem de ter centralidade na agenda do País.

Eu queria, também, associar-me à preocupação que foi, aqui, trazida pelo ex-Governador Wellington Dias, no sentido de poder dar à educação para o trabalho um tratamento, nas discussões desta Comissão, especial.

O Brasil vive o desafio imenso, uma imensa pressão no sentido de poder formar capital humano para atender às demandas que estão sendo trazidas.

O Brasil está num outro ritmo de crescimento. Há o impacto das novas tecnologias, estão definindo novos perfis profissionais, há uma migração de emprego industrial. Portanto, há a necessidade de prover o atendimento dessas demandas em regiões mais interiorizadas no País, e, por outro lado, o desafio de reestruturar o ensino de nível médio no Brasil, para que ele possa incorporar, verdadeiramente, o ensino técnico profissionalizante, deixar de ser meramente um estágio de passagem, como muitos o veem, para ser, a exemplo do que ocorre no mundo, um processo até de última etapa de formação, já que o que as sociedades precisam, efetivamente, é de capital humano que responda às demandas que são colocadas.

Então, quero congratular-me com esta Comissão e dizer que a presença de V. Ex^a é muito importante neste momento. E tenho certeza de que vamos realizar aqui um grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com certeza, Senador Armando.

O Ministro Fernando Haddad já entrou em contato com a Comissão e estará presente à primeira reunião que fizermos depois do carnaval. Então, ele estará presente no dia 15 de março.

Acho que, depois do Ministro, podemos começar um ciclo de conversas com Secretários de Educação dos Estados.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, primeiro, meus parabéns, por ter sido V. Ex^a aclamado, juntamente com a Senadora Marisa Serrano, uma educadora que vai estar ao seu lado e que tem uma atuação muito destacada na nossa Comissão, tanto aqui, no Senado, como no Parlamento do Sul. Ela dirigiu a Comissão lá no Parlamento do Sul, que está ligado ao Mercosul.

Considero – estava conversando com o Moka – que V. Ex^a pode colocar esta Comissão, pela experiência e pela capacidade de trabalho que tem, num patamar elevado. A Comissão já tem um *status* de respeitabilidade, mas ainda precisa de quem possa dar uma espécie de salto à sua atuação, para destacar temas importantes, que devemos abraçar num diálogo com o Ministro e com os Secretários de Estado, como V. Ex^a propõe.

Acho que temos de discutir com os próprios professores, para buscar um debate que os tire da discussão meramente salarial. Ela é muito importante, não há dúvida, mas, se não houver um professor pensando no País, nas nossas Regiões, voltado para o compromisso da formação e não apenas para o emprego, em que se deve ganhar um salário bom – e é sempre bom ganhar um salário bom –; se se tira isso do meio, para discutir o nosso País, já se colocou em outro quadrante a discussão da formação e da educação do nosso povo.

Nós vivemos uma situação dramática na educação brasileira. Um professor – não sei se a situação do Sul é igual à do Centro-Oeste, do Nordeste, do Sudeste e do Norte do nosso País – tem de correr, no Estado do Ceará: dar uma aula em Fortaleza, uma outra em Baturité, a 100 quilômetros de Fortaleza, e ainda voltar à noite, para dar outra aula numa Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para sobreviver.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Quer dizer, é uma coisa de louco! Tive uma sorte daquela, de morar num bairro da periferia e de cair dentro de uma escola técnica federal. E os meus professores tinham dedicação exclusiva, só davam aula na escola técnica, não davam aula em nenhuma outra escola. Quer dizer, foi uma sorte ter conseguido chegar ali.

Então, acho que temos de pensar junto com os professores. Sei que há a cultura, que o pessoal quer a flexibilidade, para dar aula num canto e noutra e para ter esta facilidade de ter dois, três, quatro, cinco contratos. Às vezes, é impossível! Quando se somam as horas, pode-se perguntar: “Como você consegue dar essas aulas todas? E como é o seu final de semana?” É uma pilha de trabalho. Quer dizer, o professor trabalha durante a semana inteira, de manhã, de tarde, de noite, e tem de trabalhar no sábado e no domingo, o dia inteiro, para dar conta das tarefas que restam.

Então, é muita... A educação merece... Houve aquela grande reforma, no primeiro período do século XX, com Anísio Teixeira, com Lourenço Filho; com tantas figuras ilustres do Brasil, mas com Anísio à frente. Depois houve o embalo do Darcy Ribeiro e também de muitos outros educadores, como Florestan Fernandes, figuras extraordinárias que se dedicaram a esse tema no Brasil. E, digamos, estamos tendo uma oportunidade, que se iniciou no Governo de Lula. Acho que o Haddad fez um grande trabalho na educação e continua exatamente por isso. Podemos somar-nos.

V. Ex^a pode, juntamente com o Haddad e com toda esta Comissão aqui, fazer um trabalho extraordinário.

E proponho também que intercale essa vinda o Haddad com a vinda da nossa Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, porque está claro que são Ministérios separados, mas estão bem ligados à formação do povo. Matemática, língua portuguesa, o espanhol, que agora é obrigatório, mas a cultura, a arte, a ciência da formação cultural do nosso povo. E ainda temos o Ministério do Esporte, porque são todos aqui da nossa grade de trabalho da Comissão, que também estão intercalados porque o esporte tem de estar ligado à escola. Muitas vezes, o cidadão pede uma quadra de esporte e quer colocá-la no meio da praça pública. Pergunto: por que não põe dentro da escola? É ali que se deve estar formando também e preparando nossos atletas. Como se vai ser campeão olímpico se não for dentro da escola, se o esporte não for algo ligado ali?

Então, proponho a V. Ex^a que, da mesma forma, convide a Ministra da Cultura e o Ministro do Esporte, para que venham aqui também falar sobre suas pretensões no Ministério, como eles pensam, planejam e como podem fazer essa ação intercalada, tendo como centro a educação.

Parabéns a V. Ex^a. Tenho certeza de que estaremos, não representados, porque o trabalho é coletivo – V. Ex^a disse que a nossa Vice-Presidente não é Vice-Presidente e, sim, co-Presidente –, vai ser um colegiado em que V. Ex^a apenas marca a pauta da reunião, mas todos estaremos, em conjunto, agindo

em favor de uma grande causa nacional, que está nas mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida, Senador. E a ideia é criarmos subcomissões de esporte e de cultura também para podermos ampliar o trabalho.

Senador Cyro Miranda, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Roberto Requião, esta Comissão foi presenteada com essa presidência do senhor e a vice da Senadora Marisa. A história dos senhores fala por si só. As realizações na área da educação, da cultura e do esporte eu acompanho há muito tempo em seu Estado. O senhor, ao eleger a educação em seu Estado, mudou os índices que já acompanho há algum tempo. Hoje, é um dos melhores do Brasil, senão o melhor. Então, com certeza, os senhores poderão trazer essa experiência para muitos Estados que ainda estão necessitados. No meu Estado de Goiás, o nosso Governador Marconi Perillo também elegeu a educação como prioridade. Os índices nossos são muito baixos ainda no País. Não se faz a transformação de uma nação sem uma base de educação sólida e cultura.

Penso que muita coisa já foi dita e sabemos o quanto nós temos a fazer.

Quero, neste momento, estender as mãos aos senhores para colaborar em tudo que for possível para que possamos dar um salto de qualidade, realmente, na educação, cultura e esporte. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Requião, eu e a Senadora Ana Rita estávamos na votação da Comissão de Direitos Humanos. Não cheguei em tempo de votar em V. Ex^a. Vim correndo para cá e não consegui. Quero dizer que o meu...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Espero que não se arrependa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foram 18 votos, por unanimidade. Com certeza, o meu seria o 19º e o da Ana Rita, o 20º voto em V. Ex^a. Naturalmente, o seu também o 21º. São 13 eleitores seus aqui, mais um e chegaríamos aos 24, com certeza.

Senador, quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a e também a Senadora Marisa, falei com ela hoje pela manhã e disse-lhe que estaria aqui para votar em ambos, com muita convicção. Conheço a história tanto de V. Ex^a quanto a da Senadora Marisa. E, na mesma linha do que ouvi aqui dos Senadores Monteiro, Inácio Arruda e, se não me engano, do Senador Wellington, sou um apaixonado também pelo ensino técnico profissionalizante. Tenho um projeto aqui na Casa, chamado PEC do

Fundep – Fundo do Ensino Técnico Profissionalizante, e estamos construindo um grande entendimento que não prejudica em nada o Sistema S. Já discuti com o Sistema S, com o Ministério da Educação e também com o Ministério do Trabalho.

Em resumo, não é que eu queira aprovar a minha PEC. O que quero dizer é que estou aqui com V. Ex^a, essa é uma das Comissões por que optei para atuar durante o meu tempo no Congresso Nacional. Já faz 26 anos que estou dentro do Congresso, entre Câmara e Senado, e sempre atuei em assuntos sociais, direitos humanos e educação.

Estou aqui, ao lado de V. Ex^a, querendo colaborar, somar. Tenho muita convicção da importância da educação para o nosso povo, enfim, para a humanidade.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia! Também gostaria, Sr. Presidente, de saudar a eleição de V. Ex^a e da Senadora Marisa Serrano e concordar com as preocupações do Senador Inácio Arruda.

Nós temos uma Comissão que já teria uma enorme importância só pela pauta da educação num ano em que se discute o Plano Nacional de Educação, num ano em que a Presidente Dilma coloca a educação como o centro do seu Governo, e em que também ressalta a necessidade de investimento em projetos de educação para o trabalho, no caso da educação profissionalizante, da educação de ensino técnico. Isso levará, sem dúvida, a um grande debate nesta Comissão e no País inteiro, pelos limites que tem o ensino profissionalizante e pelas vantagens que tem o ensino profissionalizante – que deve vir a ter –, mas também pelas outras duas funções que esta Comissão tem: a necessidade de concluirmos um processo, que já se iniciou na Câmara, de formação do sistema nacional de cultura, iniciado e debatido por iniciativa do Ministro Gil e, depois, do Ministro Juca Ferreira, e que creio poderá servir imensamente à organização, no nosso País, do estímulo à cultura como identidade da Nação, como identidade de cada uma das regiões brasileiras. E também pela pauta extensa que temos na área do esporte, que não só deve ser visto pela sua característica de esporte educação, esporte amador, mas hoje – principalmente quando nos preparamos para uma Olimpíada e uma Copa do Mundo – também de esporte de alto rendimento. Essa pauta não poderá deixar de passar por esta Comissão.

Portanto, quero parabenizar V. Ex^a. Tenho convicção de que V. Ex^a já deu, com toda sua história, com

toda sua experiência como Governador, como Senador, como um homem voltado também para a área da educação, a certeza de que vamos ter um grande ano, de debates e trabalho muito profícuo, nesta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Presidente, quero aqui também me somar às palavras do nosso Senador Paulo Paim. Infelizmente, tudo aconteceu ao mesmo tempo agora, então tivemos que nos dividir nas diversas comissões, mas é com muita alegria que teremos a oportunidade de participar desta Comissão, principalmente comandados por esta Mesa tão experiente e envolvida com o tema – tive a oportunidade, inclusive, de ser da Comissão de Educação no período em que a nossa Senadora Marisa Serrano era também dirigente daquela Comissão –, e também por conta dos desafios que temos pela frente.

Acho que a Senadora Lídice colocou muito bem, esta é uma Comissão que termina incorporando três grandes frentes, e todas elas num período de muita efervescência, com o Plano Nacional de Educação.

Este é o primeiro ano, Senadora Lídice, que vamos enfrentar do exercício do Plano Nacional de Cultura, aprovado o ano passado e que, portanto, experimentará, agora, essa fase de implantação, sob o comando, obviamente, do Ministério da Cultura. E será um ano, eu diria, de um embate considerável no que diz respeito à preparação para a Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. E nós terminamos fazendo o debate muito mais da estrutura, ou da infraestrutura desses eventos, sem ligá-los, efetivamente, ao estabelecimento de uma relação de aproveitamento, digamos assim, desse debate para aprofundarmos as questões que envolvem a área do esporte e sua simbiose com todo o processo educacional e o envolvimento e a capilaridade que o tema requer.

E, por último, eu queria chamar a atenção para duas áreas com as quais, a meu ver, é importante que esta Comissão tenha uma relação – até por isso tenho, historicamente, participado geralmente dessas duas Comissões: a de educação e a de ciência e tecnologia. Penso que é a possibilidade de interagirmos com essas duas faces, permitindo que esse debate entre as áreas de ciência e tecnologia e de educação flua no sentido do melhor desenvolvimento.

Nós temos ainda algumas anomalias, pois, de certa forma, parte do tema de que tratam as nossas universidades termina ficando com a ciência e tecnologia e a outra parte termina ficando com a Comissão de Educação, quando nós poderíamos, inclusive, promover um debate, fazendo interagir essas duas faces. E é

fundamental que esses temas estejam extremamente azeitados, porque não há como fazer ciência e tecnologia sem o envolvimento das nossas universidades, sem, inclusive, esse fortalecimento das nossas universidades, das nossas instituições de pesquisa, que estão muito associadas. E, ainda mais: o envolvimento da base universitária, propriamente dita, e não necessariamente dos centros de pesquisa, nesse caminho.

E o outro aspecto é o do ensino profissionalizante. No ano passado, nós vivenciamos, com o Governo, uma política intensa de capilarização do ensino profissionalizante no Brasil, com a retomada, durante a gestão do Governo Lula, da construção das escolas técnicas, a sua transformação no IFET, portanto, agora, não mais a velha escola técnica, de que, inclusive, tive oportunidade de participar. Não sou do tempo do mingau, como a turma diz lá, na escola técnica, porque a escola técnica era de tempo integral antigamente. Cheguei a pegar o tempo integral, mas não peguei o tempo do mingau, portanto com as oficinas como eram tratadas. E, hoje, as nossas escolas técnicas, depois de passarem por uma transformação em CFETs, agora passam a IFETs.

E esse debate, meu caro Senador Requião, foi extremamente rico, mas, ao mesmo tempo, com uma grande deficiência, patrocinado, em 1997, no Congresso Nacional, por uma iniciativa do então Ministro Paulo Renato, que propunha a reformulação do ensino técnico brasileiro, com a edição do Decreto-Lei nº 2.208, se não me falha a memória, que passava por uma completa e total – e vou usar uma expressão até mais forte – não reestruturação, mas destruição das nossas escolas técnicas. E isso provocou aqui na Casa, tanto na Câmara quanto no Senado – esse debate veio para o Senado também –, uma discussão que resultou em uma política, adotada pelo Governo Lula nos últimos oito anos, de reconstrução dessa base.

Assim como falei a respeito do Plano Nacional de Cultura que nós vamos experimentar o seu exercício, nessa nova fase agora, meu caro Senador Inácio, nós vamos experimentar exatamente o outro debate nesses IFETs, que é também a sua reestruturação e não só a sua reestruturação física, como ocorreu nesses últimos anos, Óbvio que nós tivemos a reestruturação de um modo geral nesses últimos oito anos, mas a transformação do IFET se deu basicamente no ano passado, e essa reestruturação física que contemplou, por exemplo, o Espírito Santo, que teve oportunidade de ter uma capilaridade enorme com a presença dos CFETs espalhados pelo Espírito Santo. Na Bahia, nós aumentamos, se não me falha a memória, de oito para 17 o número de unidades, mais dois centros avançados. Portanto, em oito anos, uma transformação pro-

funda nessa área do ensino técnico brasileiro e que, agora, nós vamos ter oportunidade de conviver com essa nova experiência, ou seja, esse ensino técnico sendo transformado em um Instituto Federal de Ensino Científico e Tecnológico; portanto, fazendo essa ponte entre o ensino técnico e o ensino na área mais – poderíamos chamar assim – do tecnólogo e, ao mesmo tempo, fazendo a sua introdução em nível superior, o que requer de cada um de nós aqui uma compreensão e um envolvimento maior no sentido de contribuir para que essa experiência possa verdadeiramente se consolidar e dar certo, como foi a experiência de escolas técnicas espalhadas pelo Brasil ao longo de toda uma trajetória.

Parabéns! Podem contar conosco nessa caminhada que, com certeza, será muito bem conduzida por V. Ex^a e pela Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tenho o sentimento neste momento de que esta Comissão vai ter um desempenho extraordinário, porque percebo, na intervenção dos Senadores, não só a vontade de fazer o ensino avançar, mas paixão pela educação.

Senador Pinheiro, quando assumi o Governo do Paraná, tínhamos treze mil alunos em escolas técnicas, elas estavam sendo desativadas. Eu deixei o Governo com cem mil alunos. Além disso, nós não tínhamos mais escolas agrícolas, mas eu deixei o Governo com 21 magníficas escolas agrícolas e, nessa linha também, trabalhei com as escolas familiares rurais. Então, esse tipo de preocupação que V. Ex^a expôs agora é também a minha preocupação.

Ouviremos agora a nossa Senadora do Espírito Santo, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – RS) – Senador, primeiramente queremos ratificar as palavras do Senador Paim. Nós estávamos na Comissão de Direitos Humanos, onde fomos eleitos, o Senador Paim, Presidente, e eu, Vice-Presidente. Por isso, infelizmente, não pudemos estar aqui no momento da eleição de V. Ex^a. Então, aproveito a oportunidade para parabenizá-lo e para parabenizar também a Senadora Marisa Serrano e para dizer que queremos estar juntos e queremos contribuir também com esta Comissão.

Entendo que a luta pelos direitos humanos tem uma relação extremamente estreita com as questões da educação, da cultura e do esporte. Não é possível desvincular essas duas coisas. Ter acesso à educação, à cultura e ao esporte é também um direito de todo cidadão e de toda cidadã. Quando discutimos as questões que se relacionam aos direitos humanos, principalmente no que se referem à criança e ao adolescente, à mulher e à juventude, passamos, neces-

sariamente, pela questão da educação, da cultura e do esporte.

Hoje vemos no país, infelizmente, altos índices de violência, especialmente contra as crianças, contra os adolescentes e contra os jovens. Precisamos investir numa educação de qualidade, de modo a fazer com que os professores sejam mais bem remunerados, mais bem qualificados, possam ter condições dignas de trabalho. Precisamos investir na cultura e no esporte para termos as condições necessárias para enfrentar a violência praticado contra os nossos jovens, que hoje estão morrendo em função do tráfico e de uma série de questões que envolvem a nossa sociedade.

Gostaria também de dizer, Senador, que a nossa Presidenta Dilma tem, como grande meta, o enfrentamento da pobreza em nosso país. E enfrentar a pobreza em nosso país, a pobreza que aflige tantas famílias brasileiras ainda, também significa cuidar da educação. Então, se não investirmos na educação de base – a nossa Presidenta Dilma também tem colocado essa como uma de suas grandes prioridades –, nós não conseguiremos avançar naquilo que é necessário para atender a nossa população.

Por último, quero dizer que também é preciso dar à educação rural a devida prioridade para que a educação, de fato, possa ser o reflexo da realidade em que vivem as nossas crianças, os nossos jovens e os nossos adultos. Então, que a educação, de fato, seja adequada à realidade da nossa população.

É necessário, portanto, um olhar preferencial, um olhar prioritário para a questão da educação, da cultura e do esporte para que possamos enfrentar os demais problemas sociais que afligem tanto a nossa população brasileira, particularmente os nossos jovens e as nossas crianças.

Quero parabenizar V. Ex^a e desejar um bom trabalho. Com certeza, V. Ex^a contará, assim como a Senadora Marisa Serrano, com o apoio de toda esta Comissão, pois são pessoas que têm muito compromisso e que querem se dedicar, querem dar a sua devida contribuição para que esse trabalho possa ser, de fato, um trabalho que dê retorno para a nossa sociedade.

Parabéns e muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Quero considerar aprovada a sugestão do Senador Inácio Arruda. Não vou submetê-la à votação porque a nossa Comissão esvaziou, pelo fato de estar sendo realizada ao mesmo tempo que outras Comissões que já estão há algum tempo operando. Oportunamente, faremos os convites.

Até o dia 15, terça-feira, às 10 horas da manhã, com a presença do Ministro Fernando Haddad.

(Levanta-se a reunião às 11h29min.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia primeiro de março de dois mil e onze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, PAULO DAVIM, KÁTIA ABREU, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ e MARISA SERRANO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da **PAUTA. Item 1) REQUERIMENTO nº 01, de 2011-CMA**, que “Requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, *a e b*, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Subcomissão destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da usina hidrelétrica Belo Monte, com os seguintes convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente e representante do Consórcio Norte Energia”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Em discussão, é apresentado o **ADITAMENTO nº 01 AO REQUERIMENTO nº 01, de 2011-CMA**, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques e Flexa Ribeiro, para incluir entre os convidados da audiência pública um representante do Ministério Público Federal. Após a leitura do Requerimento e do Aditamento, usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento e o Aditamento. **Item 2) REQUERIMENTO nº 02, de 2011-CMA**, que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II

e 102-A, inciso II, *a, c, d e f* do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional. O Ciclo de Debates ocorrerá por meio da realização de 4 (quatro) audiências públicas, com a participação, respectivamente: da comunidade científica, representada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC); do setor agrícola, representado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); do Governo Federal, representado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério do Meio Ambiente; e das organizações não-governamentais, representadas pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e pelo Instituto Socioambiental (ISA)". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em discussão, é apresentado o **ADITAMENTO n° 01 AO REQUERIMENTO n° 02, de 2011-CMA**, de autoria dos Senhores Senadores Kátia Abreu, Blairo Maggi, Paulo Davim, Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques, Flexa Ribeiro, Aníbal Diniz, Valdir Raupp e Jorge Viana, para incluir como convidados da audiência pública as seguintes pessoas e instituições: Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, ex-Senadora da República; Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Sr. Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados; Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira, Presidente da EMBRAPA; Sr. Gustavo Ribas Curcio, Pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura; Sr. Eliseu Roberto de Andrade Alves, Pesquisador da EMBRAPA; Federações Estaduais da Agricultura (Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará ou Acre); SOS Mata Atlântica; Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Associação Amigos da Terra; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); e um representante da área jurídica com formação em direito constitucional. Após a leitura do Requerimento e do Aditamento, usam da palavra os Senhores Senadores Kátia Abreu, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Pedro Taques, Paulo Davim, Jorge Viana, Ivo Cassol, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga e Antonio Carlos Valadares. Colocado em votação, a comissão

aprova o Requerimento e o Aditamento. **Item 3) REQUERIMENTO n° 03, de 2011-CMA**, que "Requer realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos regimentais do Senado Federal, em virtude da Comemoração do Dia Mundial da Água, no dia 22 de março corrente, para que seja debatida a política de uso racional da água. Para tanto serão convidados o Presidente da Agência Nacional de Água – ANA, e representantes do MAPA, e do Instituto Sócio Ambiental". Autoria: Senadora Marisa Serrano e Senador Aloysio Nunes Ferreira. Após a leitura do Requerimento, o Senhor Senador Valdir Raupp, representando a base do governo, encaminha voto favorável. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 4) REQUERIMENTO n° 04, de 2011-CMA**, que "Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos art. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para promover o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal. A título de sugestão, devem ser convidadas as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: Mário Negromonte, Ministro de Estado das Cidades; Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal". Autoria: Senadora Marisa Serrano e Senador Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em discussão, é apresentado **ADITAMENTO n° 01 AO REQUERIMENTO n° 04, de 2011-CMA**, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, para incluir entre os convidados o Sr. Paulo Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, e o Sr. Carlos Alberto Schmidt de Azevedo, Presidente da Federação Nacional de Corretores de Imóveis – FENACI. Após a leitura do Requerimento e do Aditamento, usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp. Colocado em votação, a comissão aprova parcialmente o Requerimento, somente feito o convite ao Ministro de Estado das Cidades e à Presidente da Caixa Econômica Federal; e aprova o Aditamento. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** do **REQUERIMENTO n° 05, de 2011-CMA**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a implantação e os

prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, o qual estabelece política para coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos e aproveitamento de detritos. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente; Sr. Víctor Bicca, Presidente do Cempre; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Severino Lima Júnior, representante do Movimento Nacional de Reciclagem; e Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)”. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. É retirado de pauta a pedido do relator, Senador Jayme Campos, o **Item 5) PLC nº 35, de 2009 – Terminativo**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOPIA INFORMATIZADA EM 01/03/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, PSDB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Primeiro item da pauta, requerimento, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg:

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Subcomissão destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da usina hidrelétrica Belo Monte com os seguintes convidados:

- representante do Ministério do Meio Ambiente e
- representante do Consórcio Norte Energia.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, PSDB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, quero aqui parabenizá-lo por sua preocupação em encaminhar o requerimento para que se faça uma audiência pública para discutir o EIA-RIMA da Usina de Belo Monte.

Temos uma Subcomissão permanente de acompanhamento da implantação do projeto. Esse é um projeto da maior importância para o Brasil e para o Pará. A intenção do Senado Federal é fazer esse acompanhamento *pari passu*, de tal forma que, nesse projeto, sejam levados em consideração não somente a questão da produção de energia quanto ao valor da energia que é ofertada, mas também quanto ao atendimento dos impactos na questão ambiental e social.

Eu pediria a V. Ex^a que pudéssemos fazer a instalação, como V. Ex^a já propõe aqui que seja, em conjunto com a Subcomissão.

Fizemos, na legislatura passada, já algumas audiências a respeito de Belo Monte e interrompemos em função do processo eleitoral. Agora, com a aceleração da implantação, e lamentavelmente o Ministério Público conseguiu novamente suspender a instalação do canteiro, não era nem da usina, era do canteiro de obras, cuja autorização era parcial, é mais do que necessário que possamos voltar a discutir o assunto.

Então, quero parabenizá-lo, votar a favor, e só solicitar a V. Ex^a que possamos instalar novamente a Subcomissão, para que o acompanhamento seja permanente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passar a palavra para o Senador Pedro Taques, quero apenas dar uma informação. A Secretaria da Comissão encaminhou a todos os Senadores a solicitação para que possam dizer a qual subcomissão gostariam de participar. Estamos aguardando o recebimento. A minha sugestão é que, na próxima reunião ordinária da Comissão, na terça-feira seguinte ao Carnaval, após a reunião ordinária, possamos fazer a instalação formal de todas as subcomissões.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, parabenizando-o, Sr. Presidente, por esta oportunidade de debater este tema – concordo com o Senador Flexa Ribeiro – muito importante para o Brasil, especificamente para a Região Norte da República Federativa do Brasil, eu só ousar sugerir, se

fosse possível, também convidar membros do Ministério Público, notadamente a 6ª Câmara do Ministério Público Federal, para que possam contribuir nesse debate, que reputo, como disse o Senador Flexa Ribeiro, muito importante.

Se for o caso, seria interessante um ofício ao Procurador-Geral da República para que fossem designados membros do Ministério Público para participarem dessa audiência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu concordo com o aditivo do Senador Pedro Taques. Quero também sugerir que possamos convidar o Governo do Estado do Pará para que se faça presente a esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Mais alguém para discutir? (Pausa.)

Há, na mesa, um requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes, solicitando, em aditamento a este requerimento que está sendo apreciado pela Comissão, que seja acrescentada como convidado a presença do representante do Ministério Público Federal, responsável pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. É a mesma solicitação de V. Exª.

Então, não havendo...

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Eu me comuniquei telepaticamente com o Senador Flexa. Uma comunicação telepática. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação, com o aditamento proposto pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques e Flexa Ribeiro.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª que retire de pauta o item 5, diante do qual pretendo fazer um reexame, mediante uma emenda proposta pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que entendo meritória. Quero reexaminar essa matéria. É o item 5 da pauta. Solicito a V. Exª que o retire da pauta, para que, na próxima reunião da Co-

missão, possamos apresentar o projeto, sobretudo com a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – V. Exª será atendido.

Está retirado de pauta o item nº 5.

Registro aqui, com muita alegria, a presença da Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Kátia Abreu.

Item 2 da pauta. Requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, e 102-A, inciso II, *a, c, d e f*, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle um ciclo de debates destinado a coletar subsídios técnicos e jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965, atualmente em curso no Congresso Nacional.

O ciclo de debates ocorrerá por meio da realização de quatro audiências públicas, com a participação, respectivamente, da comunidade científica, representada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, pela Academia Brasileira de Ciências; do setor agrícola, representado pela Confederação Nacional da Agricultura e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; do Governo Federal, representado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério do Meio Ambiente; e das organizações não-governamentais, representadas pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon e pelo Instituto Socioambiental.

Quero registrar que modificar a ordem, entendo, neste requerimento, a participação do Governo Federal deve-se dar por último.

Em discussão o requerimento.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Em discussão, com a palavra a Senadora Kátia Abreu; em seguida, o Senador Blairo Maggi.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Senador Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Eu gostaria de parabenizá-lo por essa iniciativa. Acho da maior im-

portância que o Senado já comece a discutir a respeito do Código Florestal, para que nós possamos adiantar os nossos trabalhos e não apenas quando a matéria aqui chegar, pois precisamos dar oportunidade a todos os Senadores e Senadoras de ouvir todos os lados, todas as pessoas, todos aqueles que são especialistas ou os não especialistas também, todos têm o direito de vir aqui debater este tema.

Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, além de incluir outros personagens, outros convidados, de também colocar em discussão, para aprovação, no sentido de que as quatro audiências públicas pudessem ter um equilíbrio sobre as opiniões.

Manifesto minha preocupação se for aprovado o requerimento com todos os nomes e com as quatro audiências públicas. Sei como funciona: à medida que as pessoas vão confirmando, as audiências vão se concluindo. A Secretaria trabalha dessa forma. Mas seria muito importante que essa não fosse a base da agenda de cada um e que, além de se verificar a agenda de cada convidado, pudessem prevalecer – isto teria de ser ponto fundamental – as opiniões divergentes. Que, em cada audiência pública, houvesse duas ou três pessoas favoráveis e duas ou três pessoas contrárias a determinada tese, vamos assim dizer, apenas para explicar melhor. Penso que esse equilíbrio seria fundamental. Vamos imaginar que um Senador consiga vir a uma audiência pública, mas não consiga comparecer à segunda audiência. Assim, ele não ficaria com as duas visões a respeito da mudança ou não do Código, a respeito dos níveis em que esse Código deveria ser alterado. Creio que todos os colegas devem apresentar sugestão de nomes, para, ao final, montarmos essas audiências públicas.

Apenas quero prevenir que o tema é muito complexo, muito interessante e muito importante para o País e que não adianta haver um número excessivo de pessoas em uma audiência pública, sem que elas tenham tempo suficiente para fazer suas explicações. É preciso que, principalmente, os Senadores possam fazer seus questionamentos e obter respostas. Então, esse número excessivo me preocupa. Caso isso venha a acontecer, será interessante que aumentemos o número de audiências públicas, para, então, acomodar as pessoas. Sabemos, pela regra da Casa – eu diria, pelo hábito da Casa; não é regra –, que a presença de mais de quatro pessoas numa audiência pública já começa a comprometer o conteúdo de cada uma delas.

Por último, eu gostaria de apresentar alguns nomes.

Gostaria de lhe agradecer sua indicação pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Como Presidente, eu lhe agradeço sua inclusão por parte da

CNA, mas gostaria de incluir também o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Arraes. Gostaria de convidar também um pesquisador da Embrapa Florestas, Dr. Gustavo Curcio. Gostaria de incluir o pai da Embrapa brasileira e da agricultura brasileira, o ex-Ministro Alysson Paulinelli, e um dos pesquisadores mais antigos e mais respeitados da Embrapa, Eliseu Alves.

Portanto, eram essas minhas considerações, Sr. Presidente. Estou à disposição para negociar a quantidade de nomes. É preciso verificar quantos nomes participarão de quatro audiências públicas, expressando-se a favor de determinado assunto ou de forma divergente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Sr. Presidente e os demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero expor meu ponto de vista sobre a matéria, Sr. Presidente. Penso que estão corretas as audiências, mas gostaria de propor a esta Comissão que ouvíssemos não somente a CNA, aqui representada pela sua Presidente, mas também as Federações estaduais, para que cada um de seus representantes, de seus presidentes, pudesse vir aqui, para trazer aos Senadores a posição de cada Estado. O que serve para o Norte não servirá para o Sul. Então, conforme sugestão da Senadora, seria importante que aqui comparecesse um de cada Região.

Por exemplo, em Mato Grosso, estamos numa posição geográfica em que há a floresta, o cerrado, o Pantanal e o Araguaia. Portanto, é um Estado bem representativo. O que vamos discutir para o Paraná não servirá para o Mato Grosso e vice-versa.

Então, eu gostaria de sugerir que ouvíssemos os presidentes das Federações, os representantes da agricultura e da pecuária, para que eles mostrassem seus pontos de vista para os Senadores, além daqueles que a Senadora Kátia já apresentou – é de extrema relevância a vinda deles aqui, para trazer uma opinião técnica sobre o assunto.

O Senado terá de discutir essas questões não somente pelo lado apaixonado e romântico, mas também pela parte técnica, verificando como realmente as coisas funcionam e como é a realidade do campo neste momento, buscando um entendimento.

Eu disse na outra reunião aqui, quando da abertura dos trabalhos desta Comissão, que devemos procurar construir um caminho pelo centro dessa discussão, e continuo acreditando que é por aí. Agora, quanto mais pessoas ouvirmos, melhor para todos nós.

Então, a minha proposta é que incluamos as federações estaduais ou, pelo menos, uma de cada região do território brasileiro.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Eu gostaria de também considerar a proposta do Senador Blairo Maggi. Acho-a da maior importância. Começo a ter praticamente certeza de que quatro audiências serão insuficientes para debater tamanho assunto. E gostaria de sugerir: Região Centro-Oeste, o seu Estado, Mato Grosso; Região Sul, o Estado do Paraná; Região Sudeste, Minas Gerais; Região Nordeste, Bahia; e a Região Norte, o Pará ou o Acre. Acho que são duas...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Eu que agradeço.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, este tema da reforma ou modificação do Código Florestal, a par de despertar paixões, é muito importante para vários... (*interrupção do som*). Entre eles – e eu poderia citar apenas um –, vai nortear também a colocação da República Federativa do Brasil no concerto internacional das nações. Nós todos sabemos que o Brasil é um grande produtor de proteína animal e vegetal, e isso repercute nas nossas relações internacionais também.

Este tema da reforma do Código Florestal, portanto, demanda uma maior discussão desta Comissão. Desta feita, Sr. Presidente, concordando com o que foi dito pela Senadora Kátia, pelo Senador Maggi, proponho algo maior do que isso. Proponho que nós possamos, nesta Comissão, criar uma subcomissão, se isso for possível – parece-me que, regimentalmente, são quatro subcomissões e nós já temos aqui sugestões de algumas –, na Comissão de Meio Ambiente, para debater o Código Florestal antes que ele aqui chegue. Porque sabemos, pelo andamento do projeto de lei na Câmara dos Deputados, que, segundo o consenso, existiria a possibilidade de vir para esta Casa até o mês de julho, no primeiro semestre.

Então, nós, Senadores, daríamos uma contribuição maior se pudéssemos fazer essa subcomissão para discutir o Código Florestal, e essas audiências públicas seriam realizadas no âmbito dessa subcomissão. Isso tendo em conta as várias implicações da reforma do Código Florestal na vida de todos os brasileiros e, por

que não dizer, da população mundial, porque não há que se falar em ambiente a brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Obrigado, Senador Pedro Taques. Sugiro a V. Ex^a que formalize...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Já o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Já o fez? Para que possamos apreciá-la na próxima reunião.

Quero informar que existiam, ou existem, quatro subcomissões nesta Comissão: uma que trata de questões relativas à água, uma que deve acompanhar as obras e todos os processos da Usina Belo Monte, uma referente ao acompanhamento das obras da Copa, e uma outra referente a resíduos sólidos. Como o Congresso aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entendo que essa subcomissão não tem mais sentido e, talvez em função disso, pudéssemos aprovar uma outra subcomissão.

Vamos aguardar a próxima reunião para sabermos também se há outras sugestões para, aí sim, fazermos a apreciação da proposta encaminhada pelo Senador Pedro Taques.

Agora, com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, agrada-me bastante essa preocupação da Comissão de Meio Ambiente com o Código Florestal. Até porque nós estamos já começando a pensar e já propondo debates e audiências públicas antes mesmo de a matéria aqui chegar.

Precisamos fazer uma discussão, como foi dito há pouco, não uma discussão apaixonada, mas uma discussão embasada em informações técnicas, informações científicas e que seja pautada, também, pelo interesse nacional.

Acho que precisamos deixar bem claro, sobretudo na minha condição de representante do Partido Verde nesta Comissão e nesta Casa, deixar bem claro que não é pensamento nosso transparecer que existe um enfrentamento entre ambientalista e o agronegócio, de forma alguma. Precisamos ficar lado a lado numa discussão sensata, séria, obedecendo aos critérios técnicos, científicos, porque nós precisamos avançar. O Brasil é hoje um país que tem uma legislação ambientalista bastante avançada e precisamos assegurar essa vanguarda que o Brasil tem na legislação ambiental.

Concordo com a Senadora Kátia Abreu quando diz que é um tema de suma importância e quatro audiências públicas são poucas. Concordo com a Senadora no sentido de que precisamos aumentar o número dessas audiências públicas de forma a que possamos dissecar esse tema da melhor forma possível. E vi, Sr.

Presidente, as Organizações Não Governamentais sendo representadas pelo Instituto Meio Ambiente da Amazônia, o Imazon, e pelo Instituto Sócio Ambiental, o ISA. Mas eu gostaria de sugerir a presença de duas instituições nesses debates: a SOS Mata Atlântica e a Ufesa, que é a Universidade do Semiárido, que podem contribuir muito para a qualidade do debate no aporte à informações tecnocientíficas que venham abalizar essa discussão e, posteriormente, as soluções que queremos encontrar aqui nessa audiência.

E, para concluir, quero corroborar com o pensamento do Senador Pedro Taques quanto à criação da subcomissão. Acho salutar a criação dessa subcomissão de forma que façamos um debate prévio para depois o debate ser mais aprofundado e mais largo, ampliado aqui na Comissão.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, também quero me associar ao que aqui já foi proposto, inclusive à ideia do Senador Pedro Taques da criação da subcomissão. Acho que este será um dos assuntos mais importantes desta Comissão nesta sessão legislativa que estamos iniciando, porque nós discutimos essa questão da readequação do Código Florestal há muito tempo. Eu próprio apresentei um projeto há cinco anos que não derrubava uma única árvore, pelo contrário, definia desmatamento zero, mas permitia a utilização das áreas já antropizadas, comprovadas por imagens de satélite, àquela altura em 2002, que era a mais recente que havia e compensava a reserva legal em áreas de preservação. Era um projeto de uma página somente e quatro artigos. Ele foi aprovado por unanimidade no Senado Federal e está na Câmara Federal ao longo desses cinco anos e que resultou, inclusive nesse substitutivo que a Comissão especial redigiu e que está para vir ao Senado.

Então, acredito que possamos criar subcomissão e antecipar o debate para que quando o projeto chegar ao Senado possamos ter acelerada a sua aprovação. Mas, entre outras sugestões que aqui foram feitas, gostaria de sugerir, também, que chamássemos para a discussão o Ministério do Desenvolvimento. Não consigo entender discutir meio ambiente sem estar ligado ao desenvolvimento, como não acho que seja possível discutir desenvolvimento sem estar aliado ao meio ambiente.

Por mim, seria um ministério só: Ministério de Desenvolvimento e Meio Ambiente, até para terminarmos com essa dicotomia que existe entre desenvol-

vimentistas e ambientalistas. Acho que temos de ter, isso sim, uma visão de nação, porque todos nós – e principalmente nós, amazônidas – queremos preservar... Preservar, não! Eu já havia dito que não usaria esse verbo, porque preservar é colocar de lado para as gerações futuras. O que nós queremos é manter a nossa floresta, porque ela é a origem da riqueza da nossa região. Então, o Ministério do Desenvolvimento tem que estar presente nessa discussão que trata da questão ambiental no Brasil e principalmente na Amazônia.

E o Senador Pedro fez aqui uma observação que eu também acho correta: a de se trazer o Ministério Público, porque se discute muito e, quando se define as coisas, o Ministério Público vai lá e coloca um freio no andamento das ações.

Então, vamos discutir, de forma transparente, de forma clara, porque todos nós queremos atingir um único objetivo: o desenvolvimento sustentável do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro, só para esclarecer. V. Ex^a está propondo convidar quem? O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio? *(Pausa.)*

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pois não. Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Inicialmente, cumprimentando V. Ex^a, Sr, Presidente, bem como a colega Senadora e os demais colegas Senadores, queria dizer que fico contente de ver que estamos aqui com o propósito de discutir temas que estão na ordem do dia no nosso País. Assim, a proposta de trazer a esta Comissão aqueles que estão diretamente envolvidos com Belo Monte é da maior importância.

Porém, eu queria fazer uma ressalva e tratar especificamente a proposta do nobre Senador Pedro Taques, que é a de criar a subcomissão destinada a tratar do Código Florestal. E esse tema, independentemente da importância dos demais temas, a meu ver, é central para o País hoje quando falamos de produção, de infraestrutura, de normatização, de modernização ou não do nosso País.

Ocorre, nobre Senador Pedro Taques, que me vem uma dúvida, que remeto à Mesa. Como não tenho ainda uma intimidade maior com o nosso regimento – estou procurando tê-la com a ajuda dos assessores –, pelo que estou informado, a Câmara tem uma estrutura regimental diferente da do Senado. Lá, onde o Deputado Aldo foi relator da matéria, foi criada uma comissão especial para tratar do tema. Nós não temos

a figura, no nosso Regimento, da comissão especial. A comissão especial, na Câmara, tem força de apresentar uma decisão final, inclusive no nível das comissões permanentes da Casa. No nosso caso, não. E aí o que trago para discutirmos aqui, associando-me ao propósito do nobre Senador Pedro Taques, que, a meu ver, está separando dos demais temas, que também têm relevante importância, a modernização da legislação ambiental do Brasil... É mais amplo até; não é só o Código. Nós vamos discutir realmente o Código, que é objeto do debate, e temos que deliberar sobre ele. Aliás, essa discussão já está se arrastando há muito tempo, e temos problemas graves em vários Estados por conta dessa indefinição.

Mas eu queria só trazer uma preocupação, dividindo-a tanto com o autor da proposição quanto com a Presidência da nossa Comissão. É a seguinte: em que medida, se criarmos uma subcomissão, que vai dar uma especificidade maior ao tema, nós podemos estar ou não enfraquecendo, por um lado, esse debate, que é central, ou seja, não tem nada mais interessante para trabalharmos este semestre... E aí nós poderíamos criar, para poder dar importância, estabelecendo uma agenda mais ampla, ainda que objetiva, mas que não fique inferior ao papel dessa Comissão maior que é a que nós... Porque parece que aqui estamos todos de acordo com o tema.

Eu só queria ver se a Mesa, regimentalmente, encontraria algo, porque eu tenho um certo receio, Senador Pedro Taques, que a pessoa diga: “Olha, tem uma subcomissão lá do Senado que está me convocando para uma audiência”. É diferente de “a Comissão de Meio Ambiente do Senado está fazendo a convocação”, a comissão maior. Aí não sei se encontraremos uma maneira de nos apropriarmos completamente da proposta dele ou de mudarmos, inclusive criarmos uma rotina de agenda dessa comissão maior exclusiva, atendendo a preocupação do Senador, majoritariamente usando seu tempo para a questão do Código Florestal.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra Pedro Taques e, em seguida, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Essa preocupação do Senador Jorge Viana é plausível e concordo com ela. No entanto, só quero argumentar o seguinte: a Comissão de Meio Ambiente não é só Meio Ambiente, é Defesa do Consumidor e Fiscalização, não é isso? Nós temos, nesta Comissão, também uma comissão especial presidida pelo Ministro Herman Benjamin que está tratando da modificação do Código de Defesa do Consumidor. Por isso, a minha

preocupação de não separarmos esse tema, que nós chegamos à conclusão de que é muito importante. É lógico que a comissão especial é do Senado. Juristas participam desta comissão que está a procurar uma conformação do Código de Defesa do Consumidor com a atual realidade histórica que vivemos. Então, essa subcomissão que vai discutir o Código Florestal teria esse objetivo.

Então, respeitando as posições, os argumentos lúcidos do Senador Jorge Viana, eu queria só argumentar nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Posso? Foi um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Jorge Viana, logo em seguida, Senadora Kátia Abreu.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Eu não quero deixar de aproveitar a intenção e o princípio que está na proposta do Senador Pedro Taques. Ele está dando a dimensão de que esse é o tema que nossa legislatura tem que trazer, sobre o qual temos de dar uma resposta para o País. Se mantivermos a proposta dele da subcomissão, que acho pertinente... Eu só não queria que enfraquecêssemos o tema. Eu queria ver se a Presidência podia encontrar, dentro do Regimento, quando do funcionamento dessa comissão nas suas audiências, se regimentalmente possível, que fosse em conjunto com o funcionamento do nosso plenário maior, porque, com certeza, todos os Senadores vão estar na subcomissão. Queria ver se é possível dar uma dimensão um pouco maior do que convencionalmente se dá a uma subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Jorge Viana, vou passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, mas gostaria de fazer uma sugestão: que refletíssemos sobre a proposta do Senador Pedro Taques até a próxima reunião ordinária desta Comissão, quando teremos oportunidade de saber se outras solicitações de criação de comissões serão apresentadas à Secretaria. Aí, sim, deliberaríamos definitivamente sobre essa questão.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de fazer coro com o Senador Jorge Viana. Eu cheguei a comentar em *off* com o Senador Pedro Taques a mesma preocupação. Eu tenho a impressão de que nós teremos dificuldade em participar. Uma subcomissão é mais uma agenda e ela varia em torno de cinco a oito membros. Nós somos dezessete aqui nesta Comissão. Claro que este é um dos assuntos mais importantes do País, mas nós também temos outros compromissos de agenda e de

horários regimentais, como mais três titularidades em comissões da Casa, inclusive coincidindo comissões. Então, acredito que essa divisão pode comprometer os nossos trabalhos. Tenho preocupação de que, em vez de priorizar, ela possa ficar diminuída.

A preocupação do Senador Pedro Taques é real. Nós temos outros temas para tratar. Mas na CCJ temos uma rotina, o hábito de estabelecermos um nível de votação de projetos no início da reunião, quatro, cinco projetos, em que haja principalmente acordo, e, em seguida, as audiências públicas; isso no mesmo dia. Quero só lembrar que agora em junho vai vencer o decreto de novo e vamos então deixar todo o País criminalizado.

Então, essa votação não pode mais se estender até o final do ano. O Brasil não pode mais ficar nessa insegurança jurídica que se encontra. Estamos falando em um dos segmentos mais importantes para a economia nacional. Não quero aqui presumir que aprovaremos o relatório do Aldo Rebelo em qualquer votação.

Precisamos de uma votação para trazer segurança jurídica ao País. Então, se teremos a votação na Câmara, que está mais ou menos prevista para o final do mês, a matéria vem para o Senado e depois voltará para a Câmara. Há uma infinidade de medidas provisórias trancando a pauta, e junho está aí. Essa é a minha preocupação.

Sem querer absolutamente diminuir o debate, até porque sou favorável a que se discuta o máximo que puder, acho que esta Comissão é o fórum, porque há vários assuntos importantes. Se pudéssemos listar hoje, nesta Comissão, os dois assuntos mais importantes, acredito que o código Florestal deveria estar dentro.

Para começarmos os nossos trabalhos, eu gostaria ainda de sugerir que o Deputado Aldo Rebelo pudesse ser o pontapé inicial para que pudéssemos compreender o relatório de S. Ex^a com detalhes. Assim, saberíamos o que perguntar para os nossos participantes das próximas audiências públicas. Então, a meu ver, a apresentação inicial da estrutura do relatório de S. Ex^a, para que os Senadores pudessem estar pautados e entenderem os mitos e os fatos constantes dele, seria da maior importância e acréscimo para todos nós.

Reitero, portanto, esse pedido, ou seja, que pudéssemos acelerar nossos trabalhos, sem prejudicar o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Obrigado Sr. Presidente.

Concordo com a Senadora Kátia Abreu, ao mesmo tempo em que penso que, se colocarmos a idéia do Senador Pedro, com certeza, estaremos diminuindo,

pela grandeza do código Florestal Brasileiro. Esta Comissão tem condições de dar grandeza que todos os brasileiros querem ao código. Portanto, Senadora, concordo com V. Ex^a. Da mesma maneira que o Senador Jorge Viana lançou a idéia de uma comissão especial, que não é prevista pelo Regimento, esta própria Comissão do Meio Ambiente, pode fazer o trabalho que V. Ex^a sugeriu. Isso será bom para todos, pelo tamanho e pela agilidade que temos que ter. Na subcomissão, eu acredito que estamos apenas diminuindo – não que ela esteja sendo diminuída – pelo fato de tratar-se de subcomissão.

Ao mesmo tempo, no requerimento da subcomissão, de que já fazia parte o Senador Flexa Ribeiro, acompanhando as obras da Usina de Belo Monte, eu gostaria que fossem incluídas junto as duas obras do nosso Estado, o Estado de Rondônia, as obras de Santo Antônio do Jirau. Gostaria que esta subcomissão incorporasse essa obra. Então, fica aqui minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Peço ao Senador Ivo Cassol para formalizar essa sugestão, já que a comissão de acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte já existe e, portanto, isso precisará ser objeto de deliberação do plenário na próxima reunião ordinária.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Positivo. Por que dei a idéia, qual o motivo da minha sugestão? Porque, ao mesmo tempo, tanto a Jirau como e Santo Antônio, as duas obras que já estão em andamento não se repita o erro na Belo Monte. Ao mesmo tempo, dá tempo também de acompanhar, especialmente o nosso Estado, toda a parte de compensação que os consórcios têm que fazer. As obras no nosso Estado estão em pleno vapor, e o Senador Raupp tem acompanhado também. As obras estão a pleno vapor, mas as compensações infelizmente andam a passos de tartaruga. Assim, esta Comissão acompanhando, aqui no Senado, vai dar mais agilidade para que a compensação seja efetivada. Vou fazer isso por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Sr. Presidente, pela importância dessa discussão do Código Florestal aqui, para esta Comissão, eu também sou levado a crer que não vamos conseguir dar conta com uma subcomissão. Talvez tenhamos que realmente ampliar o nosso tempo de serviço aqui coletivamente. O que eu queria propor é que, no rol das entidades, organizações e personalidades a serem convidadas, pudesse ser incluída a Rede GTA, que é o Grupo de Trabalhadores da Amazônia, o Conselho Nacional dos Serin-

gueiros, a Organização Amigos da Terra e o Instituto de Pesquisa da Amazônia, o IPAM.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador, por favor, repita: GTA, Conselho Nacional de Seringueiros, Ipam...Faltou um.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Organização Amigos da Terra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pois não. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou na mesma linha do Senador Jorge Vianna e dos outros Senadores que se pronunciaram após sua fala. Eu me preocupo muito com as subcomissões. Esta Comissão historicamente, principalmente nos últimos oito anos que estou aqui no Senado, tem tido um quórum muito baixo. Hoje, até tem um quórum bom porque as outras comissões terminaram rapidamente as suas pautas. Havia poucas matérias para serem deliberadas. Mas já houve dia de uma comissão começar meio-dia, e muitos saírem porque passa o horário e chega até a Ordem do Dia do Senado Federal. Então, se a Comissão pudesse tratar diretamente dessas questões, sem que fosse preciso criar a subcomissão, eu acho que seria interessante.

Já temos a Subcomissão da Amazônia, de que a maioria dos Senadores aqui faz parte também. Vejo que aqui a Amazônia está em grande maioria, até pela situação ambiental, pelos problemas ambientais da Amazônia. Aqui somos de dez a doze, e nove são da Amazônia. Nessa fileira aqui, 100% da Amazônia, mais a Senadora Kátia Abreu, que está na Mesa. Se não são, defendem a Amazônia.

Proponho uma pessoa a mais... Aí me preocupa também, Sr. Presidente, a quantidade de autoridades e convidados que estão sendo colocados aqui. O projeto que está na Câmara, de relatoria do Deputado Aldo Rebelo, está pronto para ser votado. A tendência é votar logo após o Carnaval, quando ele virá para o Senado. Nós vamos ser atropelados aqui, vamos ter que trabalhar rápido pra poder ouvir essas pessoas e votar também. Não podemos perder todo o ano para votar este Código Florestal aqui no Senado Federal.

Quero propor uma pessoa a mais – estou falando que há muitas, mas quero propor mais uma, que veio de uma troca de idéias com a Senadora Kátia Abreu, de colocarmos também um constitucionalista, um especialista em Direito Ambiental, para tratar do direito adquirido dos proprietários de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – V. Ex^a tem sugestão de nome?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não. Podemos depois verificar

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pois não. Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu penso que uma das poucas unanimidades que existem a respeito do tema do Código Florestal, tema que tem extremado tanto as opiniões, é o fato de que o Código Florestal atual precisa ser atualizado, porque ele já foi superado pelos fatos. E mais: o Senador Blairo Maggi referiu-se, na reunião anterior, ao fato de que, hoje, as normas infralegais se transformaram num cipoal inextrincável, que gera uma enorme insegurança jurídica. Daí a necessidade de atualizar o Código Florestal.

Entendo, Sr. Presidente, por mais que haja o debate com especialistas, com sábios, com produtores, enfim, que o debate por mais amplo que seja, não vamos avançar enquanto o Governo, que tem uma maioria fortíssima nesta Casa – eu diria uma maioria esmagadora e que não cessa de demonstrar a sua força –, o Governo não unificar o seu ponto de vista sobre o assunto. Eu penso que boa parte da celeuma que se criou poderia ser mais bem administrada se o Governo unificasse o seu ponto de vista. O que nós vimos na legislatura e no Governo passado era o Ministro do Meio Ambiente falando uma linguagem, e o Ministro da Agricultura fazendo outra, como se fossem dois governos separados, ou tratando de dois países diferentes. Entendo que, se não houver uma unificação das vistas do Governo em relação a isso, nós não teremos um balizamento que dê – digamos assim – um rumo para a maioria governista nesta Casa.

Não estou com isso subestimando... – perdoem-me os meus companheiros, os meus colegas que são membros da base do Governo. Não subestimo, evidentemente, a autonomia de pensamento e de decisão de cada um, mas é óbvio que os fenômenos da maioria parlamentar e da liderança governamental existem, isso é próprio do Parlamento.

De modo que, concordando com todas as sugestões feitas até agora, eu proporia que começássemos o debate com a audiência dos representantes do Governo Federal, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente. Uma vez que, conforme diz o Senador Raupp, a matéria deverá ser votada na Câmara logo, em pouco tempo, nós devemos começar já com isto: com a audiência dos representantes do Governo. Assim, teríamos pelo menos um panorama sobre o que pensa o Planalto a respeito desse assunto e, talvez, essa oportunidade de se apresentarem aqui, na Comissão do Senado, forneça uma ocasião para

um bom diálogo entre eles para que se entendam, se é que já não estão entendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Há dois Senadores inscritos. Vou inscrever V. Ex^a em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É só um aparte à fala do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Tem a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É que S. Ex^a fez referência – e eu concordo com ele – ao fato de que o Governo tem de se posicionar a respeito da revisão do Código Florestal e propôs que nós ouvíssemos o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura. Insisto que devemos ouvir também o Ministério do Desenvolvimento. Gostaria de acrescentar, se possível, o Ministério do Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Vou passar a palavra ao Senador Eduardo Braga e, em seguida, aos dois Senadores que solicitaram nova inscrição. Vou passar novamente a palavra.

Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é para, ao concordar com as colocações feitas ainda há pouco pelo Senador Aloysio, reforçar que nos precisamos, efetivamente, ampliar o debate sobre o novo Código Florestal. Talvez, Senador Rodrigo Rollemberg, fosse interessante discutir nesta Comissão a formação de uma subcomissão para...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O Senador Taques já fez essa proposta? Então eu me associo à proposta do Senador Pedro Taques, porque creio que esse seria um grande avanço no sentido de preparar a Casa para o grande debate sobre o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

(Pausa)

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, observando tudo o que foi dito, chego à conclusão de que há um consenso em torno da necessidade de se debater esse tema.

Agora, com todo respeito aos que defendem a não-formação de uma subcomissão, registro que fica a impressão de que uma subcomissão de uma comissão é uma perfumaria, é algo sem valor algum, que só tem o objetivo de fazer agenda, como disse a nobre

Senadora Kátia Abreu. Eu penso que a subcomissão tem a sua importância, porque o tema poderá ser debatido com mais especificidade. A minha impressão, ao ler o Regimento Interno, é essa e não a de que uma subcomissão é perfumaria, é só para marcar agenda. Não é essa a intenção. Entendo que o Regimento não dá esse desprezo às subcomissões.

Ao fazer essa observação, lembro que posso, mais uma vez, estar equivocado, e reconheço a minha capacidade de estar, quase sempre, equivocado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Reitero que a Comissão avaliará e deliberará sobre a proposta de V. Ex^a na próxima reunião ordinária.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não estou conformado também, porque entendo que o propósito do Senador Pedro Taques é a expressão desta Comissão. Nós precisamos dar especificidade, dar uma atenção diferenciada, sem prejuízo de outros trabalhos, para a temática do Código Florestal. Como a Mesa vai encaminhar esse assunto e, na próxima reunião, conversando com o proponente, Senador Pedro Taques, acredito que encontraremos uma mediação, eu queria só me associar à iniciativa e já dar um passo adiante quanto ao que já foi levantado pelo ilustre Senador Aloysio.

Ilustre Senador Aloysio e nobre Senadora Kátia Abreu, acho que a dimensão que podemos dar começa, necessariamente, por quem devemos convocar para vir aqui. E eu, como Vice-Líder do Governo, penso que esse tema já foi debatido exaustivamente – necessita ser debatido mais, claro –, mas estamos na sua fase conclusiva. A Senadora Kátia Abreu nos informou que temos uma data limite que vai impor ao País uma situação difícil em qualquer região.

Então, queria ser objetivo aqui e dizer que eu encaminharia, hoje ainda, um requerimento convidando para esse tema – e queria ver a apreciação dos meus colegas, associando-me com a Senadora Kátia Abreu –, nesta ordem: Aldo Rebelo, queria propor um convite à ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva e, em terceiro lugar, à Ministra do Meio Ambiente.

Se fizermos isso, trazemos o debate aqui para o Senado com visões diferentes, que contemplam, no meu entendimento, o Governo, a visão independente, que nós todos sabemos, da ex-Ministra, ex-candidata à Presidência e ex-Senadora Marina Silva, e, obviamente, começando por aquele que reúne hoje uma posição, o Deputado Aldo Rebelo.

Então, gostaria de saber se a Presidência concorda em, hoje à tarde ainda, estar encaminhando um

requerimento apresentando – e queria que a Comissão apreciasse – o convite ao Deputado Aldo Rebelo, concordando com a ilustre Senadora Kátia Abreu, e me associando ao Senador Aloysio, trazendo a Ministra do Meio Ambiente e a ex-Ministra Marina Silva. Penso que assim teríamos uma visão que poderia reunir muito do que se discute sobre esse tema e, a partir daí, a Comissão ou a Subcomissão daria a condução adequada a esse tema nesta Casa.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Vou passar a palavra à Senadora Kátia Abreu e depois eu gostaria de me inscrever como autor do requerimento.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, gostaria ainda de argumentar, até mesmo com o Senador Jorge Viana – acho a ideia ótima de trazer a Ministra e a ex-Ministra –, e fazer a sugestão de uma pequena inversão.

Nos últimos dias, o que mais acentuou o debate? A relação da opinião da ciência com relação ao tema. Então, acredito que teríamos uma oportunidade ímpar, já que esse debate está tão quente depois da opinião da SBPC e da ABC, se pudéssemos começar pela opinião dos cientistas: Aldo Rebelo, SBPC e ABC, que, na verdade, têm praticamente uma opinião só, e Embrapa e Alysson Paulinelli, que é um cientista independente.

Teríamos, portanto, não apenas o debate político, mas o debate científico em primeiro lugar. Sabemos que não existe unanimidade na ciência e é importante que a sociedade saiba disso. Há alguns querendo influenciar as pessoas dizendo que a SBPC e a ABC, que merecem o nosso maior respeito, têm uma opinião única e universal. E não é. Mesmo porque, se reserva legal fosse universal e reconhecida do ponto de vista científico como uma tese universal, deveria existir reserva legal na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, no Canadá, em todos os países do mundo.

Assim como os transgênicos, o que nós enfrentamos? Uma diversidade de opiniões científicas: cientistas a favor do transgênico e cientistas contra o transgênico. E venceu o debate político de quem tinha maioria com relação ao quórum da CTNBio. Então, essa decisão, depois de amparada pela ciência, é nossa, política. Acredito que nós precisamos apresentar ao Brasil cientistas que pensam de forma diferente neste momento, porque isso não pode ser consolidado como uma opinião universal da SBPC e da ABC, repito, com todo o respeito que merecem de nós.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Só resumindo: Aldo Rebelo... A minha proposta, primeiro requerimento para a próxima audiência pública: Aldo Rebelo, SBPC e ABC, Embrapa e Alysson Paulinelli, que fazia parte da SBPC e se desfilou por conta dessa opinião.

Ficaríamos com duas opiniões que pensam de uma forma e duas que pensam de outra. O Allison Paulinelli sozinho é quase uma entidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Vou passar a palavra ao Senador Jorge Viana e, em seguida, peço licença a V. Ex^{as} para encaminhar.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Eu queria, com todo respeito, endossar as palavras da nobre Senadora Kátia Abreu no sentido da importância de trazermos a ciência para este debate e que ela possa nos balizar. Mas eu queria fazer uma preliminar, nobre Senadora.

Recentemente, o mundo viveu a maior crise econômico-financeira. E não foram os Nobel de Economia que foram convocados para decidir qual caminho econômico o mundo deveria tomar. Foi a reunião do G-20 que foi convocada, dos políticos, dos líderes mundiais, para encontrar ou não um caminho. Então, vindo para o nosso tema, ele envolve a ciência, mas é um tema político. O nosso País necessita de tomar uma decisão: como quer tratar uma temática tão atual na agenda do planeta. Nós estamos discutindo mudança climática, nós estamos discutindo modernização ou não da atividade produtiva. O Brasil acabou de assumir compromissos internacionais de redução de emissão de gases de efeito estufa. Eu queria colocar para apreciação dos nobres colegas, se nós fizéssemos, sem nenhum prejuízo de incorporar plenamente no calendário as preocupações da nobre Senadora que tão envolvida está nesse tema.

Mas acho que esta é uma Casa política; a decisão será política. Se essa decisão política pudesse ser tomada embasada no técnico-científico, tanto melhor. E quando eu sugeri os três encaminhamentos, absorvendo o Deputado Aldo, que trabalhou, que andou por todos os Estados, que conversou e que é parte dessa decisão, ele vindo abrir para que tomemos pé de até aonde ele chegou...

E eu complemento trazendo a ex-Ministra Marina Silva, ex-Senadora, que dedicou sua vida a esse tema, que, com certeza, fará um contraponto político e argumental com a proposta do Sr. Aldo, aí eu me associo ao nobre Senador Aloysio: trazemos o Governo, a atual Ministra do Meio Ambiente, que agora não é mais substituta.

A partir daí, no meu entendimento, nós teremos talvez as três maiores autoridades políticas do tema: o

Relator, a ex-Ministra que está envolvida diretamente nesse tema e a atual Ministra. Em seguida, cumpriremos essa agenda.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Senador Jorge Viana, um aparte, por favor.

Só para corroborar com o que acabou de argumentar o Senador Jorge Viana. Na verdade, esse debate é político. Evidentemente, nós precisamos da opinião da ciência, mas não deixa de ser um debate político. Por que esse debate tomou essa proporção? Porque é um debate ímpar no mundo, não temos exemplo lá fora. Pelo contrário, o Brasil vai ser exemplo para o mundo. Por isso, não podemos importar exemplos do Japão, de outros países, porque não têm. Daí a importância desse debate, que é responsabilidade desta Comissão. Eu acho que é um debate político, mas, apesar de ser um debate político, nós precisamos, sim, ouvir a ciência. Mas não deixa de ser um debate político. Acho que nós precisamos aglutinar nesse debate todas as pessoas que possam contribuir com ele. E acho que a ex-Ministra Marina Silva tem muito com que contribuir. Nós precisamos abrir o leque. Nós precisamos discutir de uma forma desapaixonada. Precisamos discutir com o compromisso de sair daqui o melhor. E é isso que proponho e por isso que corroboro com a sugestão do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, PSB – DF) – Eu vou sugerir um encaminhamento. Quero dizer que, como autor do requerimento, fico muito feliz de ver o interesse que esse assunto vem despertando. Tenho convicção absoluta de que esse será o tema mais importante e mais acalorado desta Comissão ao longo deste ano. Entendo que o Senado, de forma exemplar, poderá cumprir o seu papel de Casa revisora, através de bom senso e com a experiência que nós temos aqui, de ex-Governadores, de pessoas que atuam na área, de produtores rurais, de ambientalistas, construir uma proposta que seja boa para a produção brasileira, que garanta que o Brasil continue a ser um grande produtor de alimentos, um grande produtor de agroenergia, mas que possa fazer isso de forma exemplar e com sustentabilidade ambiental.

Todos os nomes sugeridos até aqui, no meu entendimento, são de pessoas extremamente qualificadas e que têm uma contribuição muito significativa a dar a este debate, pessoas como Aldo Rebelo, Relator da Comissão Especial da Câmara; a ex-Ministra Marina; a atual Ministra, Isabella; o presidente da Embrapa, Pedro Arraes; o presidente da Embrapa Florestas, Gustavo Curcio; o ex-Ministro Alysson Paulinelli, uma referência para todo mundo, não apenas para o Brasil, especialmente na agricultura tropical; o nosso querido Eliseu Alves. Há a experiência dos presidentes de

federações estaduais das diversas regiões do País, como também dos representantes do Governo, e, como sugerido pelo Senador Flexa Ribeiro, o MDIC tem de estar neste debate, além de outras organizações não governamentais apresentadas pelo Senador Anibal Diniz e pelo Senador Paulo Davim.

Eu queria fazer uma sugestão. Primeiro, que nós aprovássemos todos esses nomes, o que vai fazer com que tenhamos um ciclo de debates maior do que quatro audiências públicas. Entendo que nós não devemos estar preocupados com o número de audiências públicas, em função da importância desse tema. Temos de amadurecer ao máximo esse tema para que, quando o projeto aprovado pela Câmara chegar ao Senado, nós já tenhamos condições de apreciá-lo e votá-lo rapidamente.

Eu queria fazer algumas sugestões. Primeiro, que, no máximo, a gente tenha quatro pessoas por audiência pública, para que a gente possa ter um bom resultado disso, possa provocar o debate, e que, em todas elas, a gente busque garantir o contraditório, que a gente tenha opiniões diferentes que possam ser apreciadas pelo conjunto da Comissão. E que possamos ouvir, como sugeriu o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Governo em primeiro lugar, o que pode ser ouvir o Governo junto com o Relator Aldo Rebelo e com algum outro palestrante. Eu imagino que, se a gente, se a Comissão for debater aqui neste momento o formato de cada audiência pública, dificilmente nós chegaremos a um consenso.

Eu gostaria de sugerir que a Comissão delegasse à presidência da Comissão, junto com a secretaria, a montagem desse conjunto de audiências públicas, respeitando estes critérios: que tenhamos, no máximo, quatro pessoas, quatro convidados por audiência pública e que respeitemos o contraditório, para que a gente possa ampliar, aprofundar esse debate, a fim de encaminhar da melhor forma possível a contribuição do Senado à revisão do Código Florestal.

Eu gostaria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, PSB – DF) – ...de encaminhar dessa forma.

Se todos os Senadores concordam com esse encaminhamento, eu vou submeter à votação.

Se todos concordam, coloco em votação o requerimento com todas as sugestões apresentadas pelos Senadores. Eu gostaria que todos formalizassem as suas sugestões à Comissão, sugestões apresentadas oralmente a esta Comissão.

Coloco em votação o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, eu só pediria a V. Ex^a que incluísse também na relação o ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Ótima sugestão: ex-Ministro Roberto Rodrigues.

Então, com essa sugestão acrescentada, esse adendo acrescentado pelo Senador Flexa Ribeiro, eu coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, somente para uma ligeira explicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Aprovado esse requerimento, posteriormente, as diversas categorias de produtores e de trabalhadores teriam direito a participar dos debates, numa convocação adequada em audiências públicas que serão convocadas por V. Ex^a. Tenho certeza absoluta de que uma lei a ser aprovada pelo Congresso como a do Código Florestal tem repercussões econômicas e também repercussões sociais. O objetivo é evitar a concentração de renda, a concentração fundiária e permitir também aos pequenos produtores a possibilidade de participarem da economia nacional com os mesmos direitos dos grandes.

Essa é a indagação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF.) – Respondo a V. Ex^a, Senador Valadares, dizendo o seguinte: todas essas instituições e nomes que foram apresentados pelos diversos Senadores foram aprovados e acolhidos pela comissão por unanimidade. Isso não impede que qualquer Senador, a qualquer tempo, apresente outras sugestões de audiências públicas e outros nomes, que poderão ser convidados em outras audiências públicas a serem promovidas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item nº 3 da pauta.

Requerimento de autoria da Senadora Marisa Serrano e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requerem a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos regimentais do Senado Federal, em virtude da comemoração do Dia Mundial da Água, no dia 22 de março corrente, para que seja debatida a política de uso racional da água. Para tanto, serão convidados o Presidente da Agência Nacional de Água, representantes do Mapa e do Instituto Sociambiental.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente. A Base do Governo encaminha o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 4 da pauta.

Requerimento de autoria da Senadora Marisa Serrano e do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Requerem, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos termos do art. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para promover o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

A título de sugestão, devem ser convidadas autoridades e representantes da autoridade civil, a seguir: Mário Negromonte, Ministro de Estado das Cidades; Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Jorge Viana e, em seguida, Senador Cícero Lucena.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Acho da maior importância que esse requerimento seja apreciado, mas temos aqui um problema. Acabei de participar de duas outras comissões, hoje, com convite a ministros. Na CAE, por exemplo, vamos ter já o Ministro Mantega aqui, na nossa Casa, no Senado. Uma parte dos que compõem essa comissão vão estar lá e outra parte também. E eu queria que a Mesa apreciasse a possibilidade de ver como poderíamos, para aproveitar a intenção de discutir Minha Casa, Minha Vida, regimentalmente, como poderíamos fazer uma alteração, tendo em vista que, aqui, o Ministro Mário Negromonte, Ministro das Cidades, responsável diretamente pela implementação do programa do Governo Federal ser convidado, a Sr^a Maria Fernanda, Presidente da Caixa, responsável pelo financiamento do programa... Mas a incluímos aqui mais o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, estamos trazendo para nossa comissão... Penso que, aí, o próprio Senado teria que otimizar melhor esses convites. E minha sugestão era de que pudéssemos, pelo menos, fazer uma alteração

e não termos aqui, para discutir um tema que pode ser integralmente debatido e respondido por parte do Governo, a presença da Ministra do Planejamento e do Ministro da Fazenda, por exemplo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu queira, Sr. Presidente, encaminhar voto contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Ainda não está em encaminhamento de votação, prezado Senador. Estamos ainda em discussão. Quero dizer que há um requerimento na mesa de aditamento a esse requerimento, de autoria do Senador Cícero Lucena, a quem vou passar a palavra em seguida, que pede para incluir ainda os representantes da sociedade civil, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Dr. Paulo Simão, e o Presidente da Federação Nacional de Corretores de Imóveis, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, quero registrar a importância de que esse assunto seja debatido nesta Comissão pela repercussão que têm em todo o Brasil as possíveis mudanças que podem ocorrer nesse projeto, principalmente na preocupação de construir esse programa onde tem infraestrutura, que é algo que, vamos dizer assim, mudou o rumo desse programa. Acho que há uma compreensão de todos quanto a essa necessidade, mas também de que ele seja debatido, para acomodar um grande projeto que foi desenvolvido, de grandes, pequenos, micro, até de construtores individuais, para o qual agora a Caixa vai adotar novas medidas.

Então, quero parabenizar os autores desse requerimento.

Proponho o requerimento de aditamento, para que tenhamos um pouco da visão daqueles que prestam esse serviço, porque o Governo, na verdade, é o financiador do programa, mas precisamos ouvir aqueles que executam o programa, no caso, na ponta, que são os construtores, bem como aqueles que fazem as transações comerciais, que são os corretores.

Se me permitem os autores... Estou ouvindo o Senador Aloysio Nunes, que acha que há uma boa ponderação por parte do Senador no sentido de diminuir o número de representantes do Governo, no caso, os dois Ministros, da Fazenda e do Planejamento, e deixar a Caixa Econômica e o Ministério das Cidades. É com isso que o Senador Aloysio também está concordando, além desses dois representantes da sociedade civil que o requerimento não havia citado, mas que já admitia.

Espero que com isso o Líder possa rever o seu voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Aloysio, a Senadora Marisa, o Senador Cícero pelo seu aditamento e dizer que esse programa é da maior importância do Governo Federal. Ele está possibilitando o acesso à casa própria por parte de parcela da sociedade brasileira de baixa renda.

Há muito tempo se sabe que baixa renda só pode ter acesso à casa se essa casa for subsidiada como está sendo, mas eu me preocupo – e aí vem o momento oportuno, Senador Raupp, em trazer à discussão nesta Comissão de Fiscalização e Controle o corte anunciado pelos jornais de mais de cinco bilhões de reais no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Quando a Presidente deu declarações de que as obras do PAC não sofreriam cortes no orçamento, ela, lamentavelmente, corta Minha Casa, Minha Vida, que faz parte do PAC.

Então, a vinda dos Ministros, Senador Aloysio, vai ser importante para que eles possam realmente esclarecer o corte que foi feito exatamente no programa do qual a atual Presidente era a mãe.

É importante que nós possamos reverter esses cinco bilhões que foram retirados para dar acesso a mais brasileiros e continuar esse programa, que merece aplauso de todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, no interesse de nós termos aqui um debate sobre esse tema, eu tenderia a ficar com a proposta do Senador Jorge Viana, que foi também endossada pelo Senador Cícero Lucena.

Aqueles que vão discutir a questão sob o lado fiscal, o corte, poderão fazê-lo perante a Comissão de Assuntos Econômicos. Lá esse tema poderá ser amplamente discutido inclusive.

Vamos discutir a situação fiscal. A proposta feita por V. Ex^a no âmbito daquela Comissão foi aprovada, então podemos utilizar aquele ambiente para discutir o programa do ponto de vista, digamos assim, das despesas do Governo no seu conjunto, reservando para esta Comissão um enfoque mais específico do Programa Minha Casa, Minha Vida, que era a nossa intenção, da Senadora Marisa Serrano e Minha.

Então, assim sendo, eu ficaria com esta posição: convidarmos o Ministro Negromonte, a Presidente da

Caixa Econômica Federal e as autoridades ou os convidados sugeridos pelo Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Consulto o Senador Jorge Viana se concorda com essa proposta. Neste caso, parece-me que há um consenso e vamos encaminhar desta forma.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Então, com o aditamento do Senador Cícero Lucena, com a sugestão de...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – PR) – Sr. Presidente, esta é a Casa da moderação, do equilíbrio, e os Senadores Aloysio Nunes, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são pessoas ponderadas, equilibradas. Vamos aceitar a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Isso facilita o trabalho da Presidência, nobre Senador Valdir Raupp.

Em votação o requerimento, item nº 4 da pauta.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há um requerimento extrapauta, do Senador Cícero Lucena, que requer audiência pública desta Comissão com a finalidade de analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, o qual estabelece política para coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos e aproveitamento de detritos.

Ele propõe o convite à Sr^a Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, ao Sr. Victor Bicca, Presidente do Cempre, ao Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, ao Sr. Severino Lima Júnior, representante do Movimento Nacional de Reciclagem, e ao Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Eu submeto, primeiro, à apreciação do Plenário a inclusão do presente requerimento extrapauta.

Aqueles que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Coloco agora em votação o mérito do requerimento. Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Como foi retirado, em função de ter recebido emenda e por solicitação do Relator, o item 5 está excluído da pauta. Portanto, não temos mais nenhum item a ser apreciado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Apenas uma sugestão de agenda. Como o dia 22 de março é o Dia Mundial da Água, a minha sugestão é que, na preparação do nosso calendário, possamos realizar a audiência pública aprovada por esta Comissão por iniciativa da Senadora Marisa Serrano nesse dia, dia 22, se for possível acomodar com o nosso calendário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Sim. Se for possível, se for no meio da semana, V. Ex^a será atendido, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Agradeço a presença das nobres Senadoras e dos nobres Senadores. Declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador João Durval, nos termos do art. 88 do RISF, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Vital do Rego, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Ivo Cassol e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Wilson Santiago, Aécio Neves, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e Maria do Carmo Alves. **Havendo número regimental**, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2011/2012. O Presidente Eventual, Senador João Durval, comunica que os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente da

CDR, respectivamente. De acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida os Senadores Vital do Rego e Lídice da Mata para atuarem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim são eleitos por unanimidade. A Presidência proclama o resultado, empossa os eleitos e os convida para sentarem à mesa. Após as considerações iniciais do Senhor Presidente Benedito de Lira, usam da palavra os Senadores Ana Amélia, Vital do Rego, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Rita, Eduardo Amorim e Ciro Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **João Durval**, Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 5ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 2011/2012. Até o presente momento, temos a seguinte indicação: para Presidente, Senador Benedito de Lira; para Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores titulares as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas para a votação, de acordo com o art. 60 do Regimento Interno. A eleição será feita em escrutínio secreto. A chamada dos membros será nominal.

Chamada nominal para a votação.

(Procede-se à votação.)

(Continua a chamada da votação)

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Vital do Rêgo e Lídice da Mata para atuarem como escrutinadores. (Pausa.)

Os Senadores indicados foram eleitos com 11 votos. Convido os Senadores eleitos para ocuparem seus lugares à Mesa e, em seguida, se o desejarem, usarem da palavra. (Pausa.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, funcionários da Casa, imprensa, empresários da atividade turística, meus amigos e minhas amigas, sinto-me muito feliz na tarde de hoje por ter recebido dos companheiros Senadores desta Casa esta manifestação de confiança e, ao mesmo tempo, de solidariedade. Sobre a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – eu tenho conversado com os membros, com alguns deles, conversei muito com o Amorim, meu companheiro da Comissão como Vice-Presidente -, temos o propósito de ela não ser apenas mais uma Comissão. Entendo que ela é da maior importância para este País e particularmente para as regiões do Brasil. No que diz respeito à região Nordeste, é uma das coisas que me dá muita alegria. Vamos dedicar carinho e atenção às regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste, porque se trata de uma comissão para o Brasil, para o Brasil que é, sem dúvida nenhuma, um país que tem um apelo turístico extraordinário. É um país, por exemplo, que tem o que praticamente nenhum outro tem, que é o sol, em muitos dos nossos Estados, Vanessa, durante 360 dias no ano. Que diga o Vital do Rêgo e que diga o Senador João Durval.

Eu conversava, há poucos instantes, com a Diretora da Casa. Naquela oportunidade, eu dizia para ela, Lídice: – Doutora, nós precisamos de espaço, porque não é concebível, por exemplo, que comissões permanentes, Vital, não tenham espaço físico capaz de desenvolver um trabalho, até porque a Vanessa já me comunicou – logicamente que será decisão do plenário – que irá fazer uma proposta de uma subcomissão para a Região Norte, tendo como sede o Estado do Amazonas.

Tenho informações de que o Senador Wellington deseja fazer uma subcomissão para tratar do desenvolvimento regional, com especialidade puxando pelo Nordeste. E outros parlamentares deverão fazer a mesma coisa. E nós desejamos realmente fazer um trabalho bom. Para isso, lógico, temos que contar com a participação de todos os Senadores que compõem esta Comissão. Não foram os onze votos, Vital, o que daria a entender que os outros Senadores não têm interesse pela Comissão. Muito pelo contrário. Hoje, por exemplo, pela manhã, Ana, eu estava em seis comissões, correndo de uma para outra, de uma para outra, que é o que deve estar acontecendo agora, à tarde, com os companheiros que não estão conseguindo chegar aqui. Além do mais, temos uma matéria muito importante que será hoje votada pelo plenário do Senado Federal. Tenho como norma na minha vida pública, trabalhar. E nós vamos trabalhar. Vamos trabalhar e quero conchamar a todos, porque o trabalho que fizemos aqui terá

reflexos para o Brasil, terá reflexos para as regiões, não somente no que diz respeito a disseminar maior ação no turismo nacional, porque não é possível, por exemplo, que tenhamos que continuar com os números que, muitas vezes, não condizem com o tamanho e com a qualidade das regiões brasileiras em relação a outros países do mundo. Quando vi, por exemplo, Paris – e estive lá há uns anos – com um frio maior do que se possa imaginar em termos de beleza. Paris é uma cidade bela, mas temos aqui regiões belíssimas. Eu conversava com os empresários do turismo e dizia o seguinte: eu ouvia falar muito em Caribe e Cancun. Ouvia falar nessas praias maravilhosas que há lá fora. E, ao chegar lá, qual não foi a minha frustração – não sei se é porque sou nordestino e, além do mais, matuto – quando olhei para as águas deles, achei bonitas as águas, desta cor em determinados momentos, mas, quando olhei para a praia Rita, um metro e meio de praia para se locomover e tomar banho... E Morro de Pedras? Eu digo: minha gente, praias, Cancun e Caribe temos no Brasil.

Cancun temos na Bahia, em Alagoas, no Piauí; nós temos em João Pessoa, no Ceará. Nós temos no Sul, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, apesar da água de lá ser diferente da nossa. Nós temos água em Alagoas, por exemplo, que a qualquer hora do dia ou da noite ela tem 37º C de temperatura; água morna em que o turista quando chega do Sul ele fica totalmente entusiasmado.

Determinado setor lá foi invadido, Senador Durval, por italianos, na região norte do meu Estado, ocupando espaços, comprando gleba de terras e construindo prédio e mansões. Passam alguns meses na Itália e, quando chega a época fria lá, eles correm para o Nordeste. Então, eu queria dizer aos companheiros Senadores que nós vamos fazer um trabalho e vou pedir a colaboração, a contribuição de todos. Na próxima reunião, provavelmente, estabelecer a pauta de trabalho por conta das outras comissões que nós temos. Aqui, ninguém é exclusivo da Comissão de Desenvolvimento Regional, temos outros compromissos. Eu gostaria muito, com o apoio de vocês, porque aqui tem o Presidente e o Vice para dirigir os trabalhos, mas as ações serão de todos, as ações serão de todos aqueles que têm compromisso com este País e com as regiões brasileiras.

Por isso nós teremos oportunidades, muito tempo, para conversar sobre as coisas que digam respeito ao desenvolvimento regional, das regiões mais sacrificadas do País, em relação às regiões mais desenvolvidas. Nós precisamos fazer um Brasil igual, senão nessas próximas décadas, mas que cada um de nós

possa implantar a semente, porque precisamos de um País igual.

Daqui a pouco, vamos discutir o salário mínimo. E hoje mesmo me perguntavam: – O senhor está satisfeito com o salário mínimo que vai votar hoje?-. Eu disse: – satisfeito não estamos, mas precisamos pisar no chão. Qualquer governante gostaria, sem dúvida nenhuma, de dar o máximo que pudesse para atender a essas necessidades. Agora, não a diante dar e, depois, não poder honrar com os compromissos.

Então, é de fundamental importância que nós possamos pensar dessa forma. Precisamos trabalhar muito, principalmente você, Vanessa, que é de uma região belíssima, grandiosa, mas que o desenvolvimento ainda não chegou como chegou em São Paulo, como chegou no Rio Grande do Sul, como chegou no Paraná, como chegou no Rio de Janeiro; como chegou nessas outras regiões, Senador Durval. Por exemplo, a sua Bahia é um Estado privilegiado pela História, pelas maravilhas do tempo, pelo povo extraordinário, por tudo aquilo que ela representou e representa para o País, nos idos do Descobrimento, de nossa vida brasileira.

Então eu quero dizer que este País, na minha visão, é o melhor país do mundo. Não sairei dele nunca, Senadora Ana, para morar fora dele, porque já passamos por momentos de dificuldades aqui e eu não saí, Senador Amorim, porque acho que não há lugar no mundo melhor do que o Brasil para morar. O que a gente precisa é só trabalhar para que as pessoas tenham dignidade de vida.

Está no turismo a porta de entrada para o maior desenvolvimento. Quando ouço, leio nessas revistas ou nos meios de comunicação: Paris recebe 50 milhões de pessoas para verem a Torre Eiffel, aquelas avenidas bonitas de Paris. E nós recebemos 5 milhões, 10 milhões. Nós temos que receber 50 milhões e eles 5 milhões, porque nós temos muito mais do que mostrar e nós temos muito mais o que aprender.

Por isso eu queria dizer aos meus companheiros da minha satisfação. Obrigado pelo apoio e contem conosco, que vamos trabalhar aqui o máximo que pudermos. Não tenho hora, o Presidente não tem hora; qualquer hora do dia e da noite, porque eu vim para cá para isso, e é exatamente isso que eu vou fazer. É lógico que ninguém faz nada sozinho, e preciso do apoio de todos os companheiros e companheiros para que a gente possa fazer um belo trabalho. Sabem por quê? Porque amanhã, quando a gente deixar a Comissão, a gente possa dizer: rapaz, essa Comissão cumpriu realmente com o seu papel e hoje ela é diferente das outras.

Muito obrigado. Estou muito feliz por isso.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Questão de ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ana tem precedência sempre.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer aos colegas, mas especialmente minha manifestação é de muita honra de pertencer a esta bancada, que trouxe à Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nosso Benedito de Lira, e fico feliz que nosso Líder, Francisco Dornelles, tenha feito uma escolha extraordinária para trabalhar em favor do desenvolvimento regional e do turismo, já que os desafios que aguardam nosso País e todas as regiões para 2014, e mais ainda todos os brasileiros, é muito grande.

Então, disponha do meu trabalho. Tenho certeza de que, sob o comando do senhor, Presidente, e do Vice-Presidente, teremos uma produtividade muito grande. O Sul, que é visto como a maravilha do Brasil, não tem as mesmas condições, ou pelo menos as informações não são adequadas à realidade que nós vivemos. Para o senhor ter uma ideia, Presidente, no Rio Grande do Sul, que é um Estado considerado desenvolvido, em 116 Municípios do meu Estado, as sedes municipais não têm acesso asfáltico. Vou repetir: 116 Municípios – e de regiões maravilhosas, muito bonitas.

Então, temos um trabalho muito sério a fazer: não só encontrar alternativas de um desenvolvimento regional equilibrado, mas também de buscar as condições de melhorar a logística de todas as Regiões, especialmente o Sul e, claro, o seu Nordeste, que é tão bonito, como o senhor cantou. Eu conheço suas praias e digo também que podemos muito mais se fizermos um esforço coletivo a partir da Comissão que acaba de ser instalada, sob seu comando e do Vice-Presidente, Senador Eduardo.

Muito obrigada pela concessão da palavra e obrigada ao colega também, pela concessão da vez.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente Benedito de Lira, Vice-Presidente Eduardo Amorim, trago a palavra do PMDB, que teve a grata satisfação de, no Colégio de Líderes, participar de uma reunião em que o PT, sob a liderança do nosso queridíssimo Francisco Dornelles, indicava para o partido a preferência na direção desta Comissão, uma Comissão que vem renovada, reformulada e traz consigo uma diretoria vibrante e motivada.

Estive com Eduardo já, estive com V. Ex^a outras vezes e vi com que entusiasmo, com que vocação, com que animação V. Ex^a assume os trabalhos de uma Comissão que tem, no seu bojo, no seu escopo, nas suas responsabilidades, no seu objetivo cuidar do desenvolvimento integrado das Regiões e do turismo deste País.

E bem o fizeram outros colegas Senadores quando propuseram a fusão desses dois objetivos, Benedito, desenvolvimento regional com turismo, porque esta Comissão tem essa amplitude de falar, por exemplo, sobre obras de infraestrutura, que têm tudo a ver com desenvolvimento regional, obras, por exemplo, que estamos desenvolvendo por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, e ao mesmo tempo focar na indústria turística, nos desafios que temos para implantar neste Brasil o turismo que tanto desejamos.

Estão aí a Copa do Mundo e as Olimpíadas batendo às nossas portas, e nós temos a Comissão com a missão, com o trabalho de V. Ex^{as} e de todos os nossos pares de adaptarmos essa realidade que chega de forma galopante.

Por isso, tenho a satisfação de poder integrar esta Comissão, sentir essa energia, essa vibração e dizer que V. Ex^a conta com este paraibano, que conhece as agruras e as vicissitudes do Nordeste, mas teima em acreditar e ter esperança. Conto com nosso trabalho, conto com nosso empenho e conto com a palavra e a participação do PMDB apoiando os atos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente. O senhor está vendo que aqui a gente fala pela ordem, depois é a vez de quem está sentado na segunda fileira, Senadora Lídice. Mas, Presidente Benedito de Lira, primeiro eu quero dizer da minha alegria, dizer a V. Ex^a, dizer a Eduardo Amorim, colegas da Câmara dos Deputados, que chegamos juntos a este Senado Federal, da minha alegria em vê-los na Presidência desta Comissão.

Eu passei menos tempo que V. Ex^a na Câmara, fiquei doze anos, mas, nos doze anos em que lá estive, pertenci à Comissão de Desenvolvimento Regional, porque, eu que não nasci na Amazônia, eu nasci no Sul do País, mas vivo, por opção, na Amazônia, acho que uma das grandes marcas dos nossos mandatos, nós que representamos o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, é exatamente lutar pela diminuição das desigualdades sociais, mas, sobretudo, das desigualdades regionais, porque não conseguiremos jamais diminuir a desigualdade social se não diminuirmos as desigualdades regionais.

O Brasil pagou um alto preço para que outras regiões se desenvolvessem. Não vamos pensar que Itaipu tenha sido construída com o suor, o sangue apenas dos sulistas, daqueles que vivem no Sudeste, não. O povo do Nordeste dedicou muito de si para que Itaipu fosse construída, muito, mas muito mesmo, como o povo do meu Norte também. Então, eu quero dizer que é com muita alegria que eu estarei do seu lado, Senador Benedito de Lira, ao lado de Eduardo Amorim, e tenho certeza e a convicção de que vamos desenvolver um grande trabalho.

Nós temos às nossas portas a Copa do Mundo. Várias de nossas cidades são sedes da Copa do Mundo. O turismo tem muito a ver com a Copa do Mundo, e nós precisamos ajudar. Muito mais do que debater é ajudar a fazer com que esse grande evento, talvez o maior evento do mundo, aconteça.

Quero dizer à Senadora Ana Amelia, que, primeiro, nós comentávamos aqui, Ana Rita e eu, que esta Comissão tem um terço de mulheres praticamente. Então, V. Ex^a terá uma ajuda feminina de peso no desenvolvimento dos trabalhos. Mas quero dizer a Senadora Ana Amelia que, no meu Estado, não chegam a dez o número de Municípios que são atendidos com asfalto, porque nem estradas nós temos. Nós só temos os rios. Nem estradas nós temos, nós só temos os rios! Agora, para chegar da capital a alguns Municípios são trinta dias de barco e, por isso mesmo, devíamos ter um sistema, por exemplo, de aviação regional, de transporte aéreo regional, muito melhor e mais desenvolvido do que nós temos, porque para lá não é um luxo, é uma necessidade, inclusive no salvamento de vidas. Mas é sobre tudo isso que vamos tratar aqui.

Então, cumprimento V. Ex^a. E também concordo; eu acho que o seu Partido, que é o Partido de Ana Amelia, de Ciro, acertou na escolha. Benedito de Lira é uma pessoa que nós não temos apenas um profundo carinho, Senador, não apenas um profundo carinho. Eu, particularmente, tenho, mas tenho um profundo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Respeito pela sua dedicação no Parlamento em prol não só do povo do Nordeste, de Alagoas, mas do Brasil inteiro. Cumprimento-o, desejando a ambos um trabalho muito bom nestes próximos dois anos. E aqui é isto: a gente se elege para dois anos. Aqui é tudo em dobro. Na Câmara, elegíamos as Comissões para um ano, não é, Senador Ciro? Aqui são dois anos. Então que estes dois anos sejam anos de muito trabalho pela frente e de muito sucesso. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, querida.

Senadora Lídice. A Lídice foi a primeira Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados e agora, com a sua experiência por aquilo que pôde fazer como Presidente, vai ajudar muito aqui, a Comissão, Lídice. Então, com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu quero, justamente, saudar a eleição de V. Ex^a e do Senador Eduardo Amorim, que vejo como uma eleição que traduz essa nossa necessidade de trabalho nesses dois temas.

Acho que essa discussão sobre desenvolvimento regional é uma discussão que deveria ter a atenção central do Senado, já que esta é a Casa da Federação, é a Casa da discussão das diferenças regionais e da necessidade de sua integração.

Estive recentemente, Senador Benedito, com o Ministro da Integração Regional e pude ouvir a sua exposição... sobre o seu pensamento a respeito de como deve funcionar aquele Ministério, não mais tendo a marca apenas de um Ministério para o Norte e Nordeste, mas sim um Ministério de integração do Brasil. Creio que esse é o conceito que nós devemos tomar como nosso nesta Comissão. Nós temos que discutir à luz da necessidade de integrar o Brasil e de o desenvolvimento se dar combatendo as desigualdades regionais.

Nesse sentido, inclusive, apresentarei requerimento na próxima sessão solicitando a presença do Ministro da Integração Regional aqui para apresentar o seu plano de trabalho para este ano, que considero uma referência de partida para o nosso debate, os investimentos daquele Ministério para a integração regional.

Também, Sr. Presidente, espero poder contar ou espero poder contribuir, melhor dizendo, com o trabalho de todos vocês com essa experiência que V. Ex^a já citou que pude ter como Presidente da Comissão de Turismo na Câmara dos Deputados, a possibilidade que tive de participar do Cebratur, que são os congressos brasileiros de turismo que nós realizamos, Senado e Câmara, todos os anos, no final do ano. Pude coordenar o congresso que tratou justamente da crise do transporte aéreo no Brasil, naquele momento de crise que nós vivemos após os desastres aéreos que lamentavelmente ocorreram. Enfrentamos novas crises. Estamos diante, agora, da crise dos aeroportos, da falta de infraestrutura aeroportuária para dar conta do desenvolvimento do Brasil, do crescimento do transporte aéreo e também da preparação da Copa do Mundo.

Estive com o Ministro dos Portos também, propondo a ele que nós criássemos, dentro do Ministério dos Portos, uma superintendência, uma coordenação, algo semelhante que pudesse se debruçar sobre a situação

dos receptivos turísticos nos portos brasileiros, já que esse é um grande nó do turismo marítimo no Brasil, que será essencial também para aportarmos todas as necessidades de hospedagem na Copa do Mundo, além, é claro, das políticas de desenvolvimento da hotelaria nacional e de toda a cadeia produtiva do turismo que nós temos certeza de que precisamos debater nesta Comissão.

Portanto, quero saudar V. Ex^a, dizer que estou aqui para contribuir com uma confiança muito grande de que V. Ex^a vai nos conduzir para um grande e profícuo debate que será norteador da nossa ação para a integração e o desenvolvimento do Brasil. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL)

– Muito obrigado, querida Lídice. É por isso, companheiro João Durval, que nós estamos muitíssimo bem servidos. Veja o elenco de mulheres que nós temos aqui, que hoje, na verdade, é quem conduz, é a vez. E é preciso que a gente tenha muito cuidado, senão as coisas se degingolam.

Querida Rita, com a palavra.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Senador Benedito de Lira, Senador Eduardo Amorim, quero parabenizá-los pela posse hoje, aqui, como Presidente e Vice-Presidente desta Comissão e gostaria de ratificar o que a nossa companheira, Senadora Vanessa falou. Realmente esta Comissão tem um número expressivo de mulheres. Acho que nós, mulheres, temos um compromisso e uma responsabilidade muito grande e com certeza iremos contribuir muito com esta Comissão. Mas gostaria também de dizer que quando se fala na Comissão de Desenvolvimento Regional, logo que estávamos aqui, discutindo a nossa participação nas comissões, a informação que eu recebi foi de que esta Comissão funcionava muito pouco, praticamente não funcionava.

Nós temos o compromisso, Senador Benedito – já conversamos sobre isso -, de fazer com que esta Comissão realmente funcione. E vai funcionar! Pelo perfil dos nossos Senadores aqui presentes, das nossas Senadoras, Senador Eduardo, esta Comissão tem um brilhante trabalho pela frente, há muito o que fazer, com certeza dará uma contribuição muito grande para as discussões aqui no nosso Senado, aqui na nossa Casa, e muito irá contribuir com as discussões, no âmbito nacional, para o desenvolvimento do nosso País e para o desenvolvimento das nossas regiões.

Quero, ainda, focar que, quando falarmos em desenvolvimento, é importante não perdermos de vista o desenvolvimento social e ambiental. Acho que foi importante esta Comissão também trazer para si a questão do turismo, porque o turismo é uma porta importante, um caminho importante para contribuir para o desenvolvimento do Brasil e das nossas regiões. Mas, ao pensar

nesse desenvolvimento, ao discutir esse desenvolvimento, é importante que a gente busque sempre articular o desenvolvimento social e ambiental.

Eu digo isso porque sou do Espírito Santo e algumas das grandes questões lá do nosso Estado – inclusive estamos nos empenhando para tentar ajudar o nosso Governador a resolver isso – é a questão do porto de Vitória, do aeroporto, das ferrovias e das rodovias. Acho que esses são temas que, com certeza, iremos debater aqui, temas que tem rebatimento em várias outras regiões do nosso País.

É importante, conforme os nossos Senadores disseram aqui, pensar o desenvolvimento de forma integrada, articulada, para que o Brasil todo possa avançar e que as regiões todas possam crescer de forma harmônica, de forma solidária, de forma a valorizar o seu potencial. Penso que o Brasil tem um potencial muito grande, conforme o Senador Benedito dizia. O Brasil é muito rico. O Brasil é muito bonito. O Brasil tem valores importantes. Precisamos dar visibilidade e potencializar aquilo que o Brasil tem de bom, de muito bom, e que estão nas cinco regiões do nosso País. Então, é importante o crescimento harmônico de todas essas regiões. E com certeza esta Casa, por meio desta Comissão, dará a sua contribuição.

Portanto, quero me colocar à disposição inteiramente do nosso Presidente, do nosso vice-Presidente e dos demais companheiros e companheiras desta Comissão, no sentido de oferecer as nossas contribuições para o trabalho se desenvolver da melhor maneira possível. Agradeço aqui esse espaço. Juntamente com vocês, vamos caminhar juntos nesses trabalhos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – PI)

– Muito obrigado, Rita. Com a palavra o meu querido companheiro e vice-Presidente Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Sr.

Presidente, sendo muito breve, em face de outras instalações que estão ocorrendo em outras comissões, simultaneamente, quero aqui agradecer aos colegas, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo voto de confiança. Espero ajudar a materializar essa confiança. Para tanto, tenho certeza de que não faltarão energia e motivação necessárias – e isso dá para perceber no olhar do nosso Presidente. Mas, caso isso aconteça, Sr. Presidente, estamos aqui do seu lado, com energia extra, com energia sobressalente, para que possamos ter sucesso garantido, com convicção de que esta Comissão, nos próximos dois anos, terá uma importância enorme face ao crescimento que o País e todos nós e o povo brasileiro almejamos.

As desigualdades sociais existem, muitas delas fruto de muitas perversidades ao longo de nossa his-

tória, algumas delas já diminuídas, mas há muito o que se fazer, de norte a sul, de leste a oeste, e é nosso dever e nossa obrigação.

Portando, Presidente, conte conosco. Mais uma vez, colegas Senadores e colegas Senadoras, obrigado pelo voto de confiança, espero corresponder a essa confiança.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, V. Ex^a será, sem dúvida alguma, um companheiro que irá ajudar com absoluta tranquilidade nas aspirações desta Comissão.

Tem a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Apenas para saudá-lo na sua eleição para a Presidência e ao nobre Senador Eduardo Amorim. Quero dizer que os desafios desta comissão serão enormes; fico muito feliz por fazer parte de uma comissão tão importante desta Casa. O que a Senadora Ana Rita falou é uma realidade: as pessoas não dão importância como deveriam dar à questão do desenvolvimento. Esse é um erro histórico não apenas do Congresso, mas também do País. No dia em que colocarmos o desenvolvimento à frente da economia, as coisas poderão ser de outra forma. Aqui no País se discute muito quem é o Ministro da Economia, mas precisamos começar a pensar e a discutir e a dar mais importância ao desenvolvimento não só aqui na comissão, mas no País como um todo. Temos muito o que fazer. Dois nobres Senadores do Nordeste, uma região que tem contrastes até agravados nos últimos tempos, mas as oportunidades são enormes!

Temos o turismo, o grande carro-chefe que pode corrigir todas essas desigualdades nacionais, temos que trazer discussões de altíssimo nível aqui para a comissão, debater situações absurdas como, por exemplo, o País estar menos servido por companhias aéreas em quantidade de cidades do que há 20 anos. Temos que fortalecer nossa aviação regional, as empresas que entram às vezes apenas para canibalizar ou para encerrar outras empresas.

Tem muita coisa para ser discutida aqui nesta Casa, Sr. Presidente. Acho que sua escolha e a do Eduardo vai dar outra dimensão, trazendo para esta Casa discussões de altíssimo nível. Conte com o nosso trabalho, nosso apoio. O Partido Progressista fica muito honrado de tê-lo na presidência desta comissão. Parabéns pela escolha que todos nós fizemos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao meu companheiro Ciro Nogueira. Deixei por último agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, participaram deste evento.

Agradeço ao meu partido, conseqüentemente, ao lado do partido, o bloco que participou da montagem

destas comissões. Quero agradecer ao Senador João Durval, por ter presidido esta reunião solene. Digo aos companheiros que a secretaria da comissão entrará em contato com cada membro porque precisamos ver com cada um os compromissos que têm agendado para cada dia da semana nas outras comissões. Precisamos fazer nossas reuniões com o plenário cheio para que possamos dar uma dimensão diferente. É o que desejamos fazer. Vamos fazer desta comissão um foro de grandes debates, da melhoria de vida das regiões, enfim, o que for necessário, Rita, nós faremos, com o apoio de todos os companheiros, com as experiências, como acabamos de ouvir a companheira Rita, a Lídice.

Nós estamos chegando agora, mas já vimos de outras jornadas políticas em outras casas legislativas nos nossos Estados e na Câmara Federal. Vamos convocar a sociedade brasileira que tenha vinculação com os dois temas fundamentais que são o desenvolvimento regional e o turismo no País. Precisamos melhorar o turismo brasileiro, precisamos fazer com que o turismo brasileiro possa se destacar no cenário internacional porque temos tudo para isso. Eu dizia, quando fui ao Caribe, que, na verdade, se tivéssemos a estrutura que existe lá, isso aqui seria uma explosão porque as coisas daqui são totalmente diferentes das de lá. Então, contem comigo. Não vou ter hora nem dia para trabalhar. Quero dizer aos companheiros que viemos aqui para isso. Amorim, nosso mandato, fique certo de uma coisa: o desejo nosso, como é o seu desejo, o desejo da comissão é que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado seja uma comissão diferente da de ontem.

Há uma coisa a que as pessoas, às vezes, não dão muito crédito, sabe, Rita? Não há muito interesse em brigar por esta Comissão. Aqui se briga pela Comissão de Constituição e Justiça e pela omissão de Infraestrutura. Quanto tempo nós perdemos, porque, na verdade, esta Comissão, que tem um potencial extraordinário de ser uma belíssima comissão e amanhã – reparem o que estou dizendo, anotem – no próximo biênio a luta por esta Comissão vai ser grande, porque ela vai ter um papel fundamental naquilo que é importante para o País e é importante para as regiões.

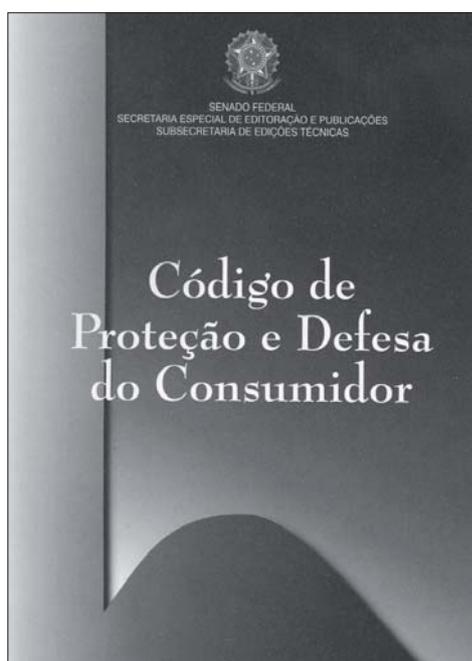
Quero agradecer a todos, inclusive aos funcionários, empresários, e pessoas da imprensa que aqui se encontram e encerrar esta reunião e convocar outra. Nessa oportunidade a Secretaria cuidará disso, fazendo uma checagem para saber qual é o melhor horário e o melhor dia para reunir nossa Comissão. Como acabei de dizer, queremos que os membros desta Comissão venham para cá para debater os grandes problemas nacionais. Esse é o papel fundamental da Comissão.

Muito obrigado e até logo mais, no Plenário da Casa.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 100 páginas

OS: 2011/10790